

Semanário
Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 - Série VII - N.º 735
28 de Janeiro de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22/25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

A «concertação» estilo Cavaco: «gorilas» para calar sindicatos

Pág. 1/Semana

SOLIDARIEDADE COM ANGOLA

NÃO À CAMPANHA DE PROMOÇÃO DOS LACAIOS DA ÁFRICA DO SUL

O programa inserido no último «Jornal de Sábado» (dia 23) da RTP-1 relativo à situação criada no sul de Angola pela continuada agressão das tropas da África do Sul racista contra a República Popular de Angola não pode passar sem o mais veemente protesto e firme condenação dos comunistas, dos democratas, de todos os portugueses amigos sinceros do povo angolano. Ele insere-se numa vasta campanha das forças reacçãoárias portuguesas e estrangeiras contra a República Popular de Angola tendo como elemento central a promoção do agente da África do Sul e do imperialismo norte-americano, Jonas Savimbi. Vem na sequência de outras graves operações propagandísticas da Unita, como a visita de Savimbi ao Parlamento Europeu (com convite de deputados do PSD) e das visitas ao chamado «quartel general» da Unita de conhecidos membros e deputados do PSD, CDS, PS e mesmo de um assessor do Presidente da República, de ofertas públicas de Alberto João Jardim para o acolhimento de Savimbi na Madeira.

Este programa de «Jornal de Sábado» constitui um novo e grave acto de hostilidade para com o governo legítimo da RPA e o povo angolano. No preciso momento em que o território da RPA é alvo, na região de Cuito Canavale, de uma agressão de grande envergadura por parte das tropas dos racistas sul-africanos, a RTP, ao mesmo tempo que, de facto, desculpabiliza e justifica a agressão, toma a seu cargo a defesa e promoção dos fanticos da Unita, cuja existência e actividade destruidora seria entretanto impossível sem o apoio directo dos racistas de Pretória e do imperialismo norte-americano.

Ao entrevistar um indivíduo apresentado como «o representante da Unita» e ao afirmar que «em Lisboa há representantes do dr. Savimbi», a RTP vem desmentir múltiplas afirmações do governo segundo as quais o território português não seria utilizado para actividades hostis à RPA e ao seu governo legítimo. É uma situação que exige um pronto e inequívoco esclarecimento do povo português por parte do Governo do PSD, cuja política de duplicidade em relação a Angola é frontalmente contrária ao desenvolvimento de relações de amizade e cooperação entre Portugal e a RPA nas quais o povo português está profundamente interessado.

Tudo indica que a reacção internacional procura dar uma nova dimensão à campanha visando a promoção da Unita e enganar a opinião pública quanto à verdadeira natureza da situação criada com a ocupação do sul de Angola pelas tropas racistas da África do Sul.

O PCP, que sempre denunciou e condenou o envolvimento de Portugal na estratégia subversiva e agressiva do imperialismo na África Austral, chama a atenção para as manobras em curso visando a organização de uma visita de Savimbi a vários países da Europa Ocidental, entre os quais Portugal. A sua vinda ao nosso país, a concretizar-se, constituiria uma verdadeira provocação à RPA e um insulto aos sentimentos de amizade e solidariedade do povo português para com o povo angolano que luta corajosamente em defesa da independência, da soberania e da integridade territorial da sua pátria. Ela só poderia realizar-se com a conivência indistigável do Governo português, do qual o PCP exige uma pública, clara e inequívoca afirmação de rejeição.

O PCP apela à classe operária, aos trabalhadores, às organizações democráticas para que através dos meios ao seu alcance (tomadas de posição, moções aprovadas em reuniões, etc.) manifestem a sua solidariedade para com o povo da RPA em luta contra os racistas sul-africanos, expressem o seu repúdio por uma eventual visita de Savimbi a Portugal e exijam que o Governo português ponha definitivamente fim às actividades hostis à RPA em território português.

26 de Janeiro de 1988

O Secretariado do Comité Central
do Partido Comunista Português



Manifestação em Braga contra o pacote laboral

BRAGA SAIU À RUA CONTRA PACOTE LABORAL

Manifestações e outras acções de protesto convocadas para **Santarém** e **sector metalúrgico** no dia 4 de Fevereiro, para **Coimbra** no dia 5 e para **Lisboa, Porto, Aveiro** e **Faro** no dia 6



Trabalhadores da Comelna saem em manifestação do plenário da Voz do Operário

Continua a luta na INDEP Carris, Sorefame, Cometna Mundet, Cel-Cat, Autosil, Covina, enfermeiros



Plenário de trabalhadores da Carris em Santo Amaro

ÁLVARO CUNHAL NAS BEIRAS



Amanhã no distrito de Coimbra

17 h - Visita à Cooperativa Operária de Produção Cerâmica «Estrela de Conimbriga», em *Condeixa-a-Nova*

19.30 h - Convívio na Casa do Povo da *Marmeleira, Souselas*.

21.30 - Sessão de esclarecimento no Teatro Avenida em *Coimbra*.



Sábado no distrito da Guarda

11 h - Encontro com representantes da Comunicação Social do distrito no Centro de Trabalho do Partido em *Seia*.

12 h - Inauguração pública do CT reconstituído em *Seia*.

15 h - Encontro de militantes comunistas do distrito da Guarda na União Desportiva de *Seia*.

18.30 h - Convívio no CT de *Seia*.



Domingo no distrito de Castelo Branco

10 h - Encontro de militantes do PCP na Assembleia Municipal da *Covilhã*.

17.30 h - Encontro com a Comunicação Social do distrito no Centro de Trabalho de *Covilhã*.

18.30 - Encontro com jovens no CT

Editorial

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 735

28 de Janeiro de 1988

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Unir esforços — conter a ofensiva da direita

Figueira da Foz, a bela e laboriosa cidade e porto de pesca do Mondego, deve inspirar Cavaco Silva para as manobras políticas mais arrojadas.

Em Maio de 85 foi na Figueira da Foz que o actual Primeiro-Ministro, após a sua hábil vitória no Congresso do PSD, iniciou a caminhada que o levaria cinco meses mais tarde, nas eleições antecipadas de Outubro, à chefia do primeiro governo unipartidário da direita, ainda que nessa altura parlamentarmente minoritário.

No último sábado, sob o mesmo sortilégio inspirador da Figueira da Foz, embora com a truculência e a falta de serenidade a que nos habituou nesta fase de evidente refluxo da sua popularidade política, o Primeiro-Ministro anunciou a arrancada na Assembleia da República e na semana em curso das propostas governamentais «respeitantes às mudanças fulcrais» na estrutura económica e social do País, através das leis de «transformação das empresas públicas em sociedades anónimas», passando pelas leis da rádio e de alienação das participações e da propriedade do Estado na imprensa estatizada, seguidas de imediato da nova legislação laboral e do pacote das leis agrárias, silenciando-lhes compreensivelmente a notória inconstitucionalidade.

Continuando o seu périplo pelo Norte renovou no domingo, no II Congresso dos Jovens Agricultores, em Leça do Balio, e nos mesmos moldes pouco serenos, as ameaças «àqueles que tentam impedir o Governo de levar à prática o seu plano e já nos deviam conhecer suficientemente para saberem que só nos deixaremos influenciar pela vontade do povo português».

O último acto deste ciclo fechou-se de maneira significativa com a inqualificável intervenção, ordenada subtilmente pelo Primeiro-Ministro aos seus «seguranças» pessoais, contra a delegação da CGTP-IN na assinatura «solene» do Acordo de Rendimentos e Preços no Conselho de Concertação Social, de que a central sindical unitária dos trabalhadores é membro de pleno direito — um acto insolente e violento definidor da natureza do Governo cavaquista.

Porém, as agressivas palavras do Primeiro-Ministro na Figueira da Foz e em Leça do Balio e o agressivo comportamento comandado dos seus «seguranças» contra o coordenador e os outros componentes da delegação da CGTP-IN, assentam num evidente equívoco quanto «à vontade do povo português».

Em Maio de 85 Cavaco Silva iniciava a marcha para o seu ascenso político que atingiu o auge com as eleições de 19 de Julho do ano transacto. Em Janeiro de 88 é já num percurso claramente declinante da sua popularidade política que profere as arrogantes ameaças contra os que «tentam impedir os planos do Governo».

As chamadas «mudanças fulcrais» que o cavaquismo pretende impor ao País tem na actualidade como pano de fundo um panorama político e social algo diferente onde significativas alterações se produziram nos factores conjunturais objectivos e nos factores subjectivos que o favoreceram em 19 de Julho.

É numa situação de manifesta quebra na sua base de apoio e numa conjuntura onde afloram com nitidez focos de instabilidade e de incertezas

e em manifesto arrepiado da «vontade popular» que o Primeiro-Ministro pretende agora acelerar o ritmo da ofensiva restauracionista visando a destruição do regime democrático saído do 25 de Abril e das suas principais conquistas: as nacionalizações, a Reforma Agrária, os direitos e liberdades do povo e dos trabalhadores, o Poder Local democrático, o sistema eleitoral baseado na proporcionalidade democrática do voto dos cidadãos, numa palavra: visando a restauração do poder dos monopólios e das formas latifundiárias de propriedade e de exploração da terra, o regresso dos peculiares métodos de violência do Estado monopolista.

É neste pano de fundo, onde o movimento popular de massas se afirma como componente essencial mais dinâmica da contestação social à política cavaquista, que se situa a acção e a luta das forças democráticas e se precisam as suas responsabilidades fundamentais numa linha de rumo de contenção dos planos contra-revolucionários do cavaquismo, como primeira exigência, de uma necessária mudança que se impõe, como exigência segunda, na política nacional.

O projecto das reprivatizações — leia-se, de destruição das nacionalizações — no conteúdo e na forma, constitui a parte essencial de um todo que integra o pacote laboral, o pacote agrário, as leis eleitorais e outras numa contra-revolução legislativa que reduziria a cacex do regime democrático e abriria as portas, pela via dos factos consumados, à revisão inconstitucional da Constituição, à subversão das instituições democráticas e ao consequente regresso do capitalismo monopolista de Estado com todo o seu cortejo de implicações sociais e políticas.

Quando se ouve proclamar nos arraiais do cavaquismo a «subordinação do poder económico ao poder político» vem imediatamente à lembrança dos que viveram o «antigamento» as trocas periódicas das «postas» e das «pastas» entre as figuras de proa dos antigos grupos monopolistas e do antigo regime.

A ofensiva actual de reprivatização das empresas públicas, da sua transformação em sociedades anónimas é exigida pelos círculos do grande capital e os seus representantes no Governo cavaquista em nome de um ajustamento à realidade Ocidental, à «moda» inglesa e francesa, e o mesmo se aduz como argumentação justificativa dos projectos de destruição da Reforma Agrária.

Pretende-se negar o conteúdo nacional e democrático das transformações económicas e sociais operadas em Portugal pelo 25 de Abril e copiar «modelos» que nada têm a ver com as nossas realidades nacionais.

De facto a realidade portuguesa distingue-se fundamentalmente de outras realidades da Europa Ocidental, que a actual integração na CEE não pode obrigar nem aconselha a copiar.

Não houve em nenhum outro país da Europa Ocidental um 25 de Abril nem conquistas políticas, económicas e sociais como as que o povo português obteve com o triunfo do patriótico «Movimento dos Capitães». Subverter Portugal de Abril é o objectivo central do plano contra-revolucionário da direita. Impedi-lo é um dever indeclinável das forças democráticas e do povo português.

A venda para já dos 49% do capital de algumas empresas públicas mais rentáveis ao sector privado surge como um passo prévio para a destruição completa das nacionalizações na revisão constitucional em perspectiva e destina-se a garantir os interesses «fulcrais» do grande capital num período transitório de custos imprevisíveis a suportar pelo Estado.

As reivindicações da CIP de outorga imediata da maioria do capital das empresas públicas ao capital privado é uma manobra táctica destinada a facilitar ao Governo as alterações de fundo que pretende impor na estrutura económica do País. Só aceitaria os 49% — diz o angélico Ferraz da Costa — se a parte privada ficar com a gestão e o Estado como «observador» com os seus 51%!

Interesses inconfessáveis estão por detrás das propostas e das medidas do Executivo cavaquista.

Belmiro de Azevedo, o «barão» da SONAE, associado ao grupo Cupertino de Miranda e amigo de Cadilhe, diz que «não comprará nem uma acção dos 49%». Só irá à Bolsa disputar as empresas públicas mais lucrativas (como a Unicer, a Cimpor, a Tabaqueira) se ao seu grupo puder juntar um Banco (no caso vertente da SONAE, a integração do BPA que nele detém interesses de vulto) e as coisas apontam para a satisfação das suas pretensões.

Outro cavalheiro do capital bancário do «antigamento» — Fernando Ulrich — alerta: «O Executivo não explicou como se processará a passagem das privatizações parciais para as totais. Quem o souber — diz ele intencionalmente — terá vantagens...»!

É neste momento que assume todo o seu verdadeiro carácter sabotador a gestão da direita nas empresas públicas ao longo dos últimos 12 anos. De mil e uma formas foi delapidado o capital público nos Bancos nacionalizados, nas Seguradoras, nas grandes empresas dos sectores básicos da nossa economia.

Despesas sumptuárias com carros, mobiliário luxuoso de gabinetes, compadrios, corrupção, transferências indevidas de encargos agravaram a situação financeira e estão na base dos défices de exploração de várias das empresas públicas. Só na Banca nacionalizada, num total de 74 gestores, 54 eram do PSD, do CDS e da área da direita.

Torres Campos, gestor da CIMPOR no período 75/82, tem completa razão quando denuncia o facto de nos anos «de 80 a 83 os governos de direita terem utilizado (e continuaram a utilizar) as Empresas públicas para contraírem empréstimos no estrangeiro utilizados depois para equilibrar as despesas públicas. Eram obrigadas — diz Torres Campos — a recorrer aos empréstimos estrangeiros vendendo-lhes negado o crédito interno». Eram frequentes os pedidos de favores pessoais dos ministros para colocação da sua gente nas empresas, sem que os gestores mais escrupulosos pudessem impunemente resistir às solicitações.

O esbanjamento sumptuário dos fundos do Estado tem sido igualmente norma em diversos departamentos públicos onde directores e subdirectores-gerais e outros da clientela governante têm enterrado milhares de contos.

Não é assim de estranhar que o sector público e nacionalizado seja hoje atacado pela direita e pelos círculos do grande capital privado como sendo um «cancro» e um prejuízo para o Estado.

Nas Intenções de reestruturação do Governo cavaquista, escondem-se de facto interesses e

manobras inconfessáveis que é imperioso não perder de vista no momento actual.

A assinatura do acordo de Rendimentos e Preços — a que os divisionistas da UGT, com Torres Couto à cabeça, deram o seu aval — é um atentado contra a estabilidade no emprego, é um escalão no agravamento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral, coloca-os sob o arbítrio da exploração patronal nas suas formas mais brutais e repressivas.

A liberalização absoluta dos despedimentos individuais e colectivos, a contenção dos salários num tecto salarial abaixo da taxa real de inflação e do aumento dos preços, a liquidação numa vasta escala dos direitos e garantias sociais dos trabalhadores é o que o Governo pretende agora impor através da aprovação do seu pacote laboral pela maioria domesticada do PSD na Assembleia da República.

Na crescente avalanche de descontentamento contra os propósitos do Governo ombream já em potentes acções de massas — greves, manifestações, concentrações — trabalhadores com filiação partidária a mais diversa — incluindo do PSD — e sem partido.

Depois do grande plenário nacional de 700 trabalhadores em Braga em defesa dos seus direitos, uma impressionante manifestação reuniu na capital minhota milhares de trabalhadores.

Ontem, à hora de fecho do nosso jornal, estavam nas ruas do percurso do Rossio a S. Bento dezenas de milhares de trabalhadores em protesto contra o pacote laboral.

Greves e lutas de grande combatividade desenvolvem nas zonas industriais. A unidade e determinação caracterizam as greves e lutas da Carris, da INDEP, da Sorefame, da Cometa, da Mundet, da Cel-Cat, da Autosis, da Covina, dos enfermeiros, numa potente luta por melhores salários, pelo emprego, contra a repressão.

No dia 4 em Santarém, no dia 5 em Coimbra, no dia 6 em Lisboa, Porto, Aveiro e Faro novas grandes acções estão previstas de protesto contra a política antioperária e antidemocrática do Governo que trarão a lume a quebra da sua base social e política de apoio.

Na Reunião do Comité Central do PCP de 22/23 de Julho e na de 11 de Dezembro do ano transacto era dito que «os resultados das eleições de 19 de Julho não traduzem a real correlação de forças na sociedade portuguesa».

Decorridos cinco meses a realidade social e política nacional, mesmo para os «analistas» da direita, confirma este desiderato da correlação de forças em desfavor da direita cavaquista governante.

Esta realidade é imperioso que as forças democráticas tirem as necessárias conclusões, que reencontrem de novo o caminho da convergência e da acção comum na frente institucional e política.

A posse da maioria parlamentar absoluta pelo cavaquismo não coloca como fatal a execução do plano contra-revolucionário pela direita restauracionista.

O PCP não deixará uma só Iniciativa de lado para travar o caminho à direita.

Forçar o Governo Cavaco/PSD a recuar é, na hora actual, uma perspectiva real do movimento popular e democrático.

Resumo

20
Quarta-feira

O PCP acusa o Governo de não publicar um novo índice de preços «por este revelar uma taxa de inflação superior à que tem sido divulgada» ■ O terceiro dia de greve dos trabalhadores da Carris regista adesão de cem por cento ■ O ministro da Defesa, Eurico de Melo, e o embaixador de França em Lisboa discutem acordo sobre o estacionamento francês na Base das Flores ■ Governo da Nicarágua decreta o levantamento do estado de emergência e a abolição dos tribunais populares ■ O Parlamento Europeu decide criar uma comissão para investigar o tráfico ilegal de resíduos radioactivos ■ Dirigentes da direita de Israel revelam a existência de divergências quanto à política de violência nos territórios ocupados ■ Dirigentes do «Grupo dos Seis» apelam, em Estocolmo, para assinatura de um tratado entre EUA e URSS sobre a redução dos arsenais estratégicos.

21
Quinta-feira

A Assembleia da República aprova a proposta do Governo de Lei da Rádio e rejeita os textos propostos pelos PCP e PS ■ A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública protesta contra a intenção do Ministério da Saúde de privatizar diversos serviços dos hospitais ■ Os trabalhadores da Cometa concluem, em plenário, que a administração deve ser substituída e aprovam propostas para a reestruturação da empresa ■ O primeiro-ministro da Baviera, Josef Strauss, mantém conversações com o chefe de governo moçambicano, Mário Machungo ■ O mediano da ONU, Diego Cordovez, inicia conversações com as autoridades paquistanesas com vista a acordar um programa de paz no Afeganistão ■ O governo italiano admite acallar os «F-16» americanos que ainda se encontram em Espanha.

22
Sexta-feira

O «Semanário Económico» revela que o ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, ordenou a instauração de inquérito oficial às sete OPVs do Grupo Sonae de 21 de Dezembro, na Bolsa do Porto ■ A ministra da saúde, Leonora Beleza, confirma a intenção de desmantelar o Hospital Júlio de Matos e a alienação dos respectivos terrenos ■ Oelo Saraiva de Carvalho apresenta, no Tribunal de Trabalho, o pedido de habeas corpus ■ Trabalhadores da Carris terminam semana de greves. A FSTRU acusa o Governo pelo transito causado pela greve ■ O PSD propõe, no Parlamento, um «acordo de cavalheiros» para limitar a propaganda política ■ EUA apresentam, pela primeira vez, em Genebra, um projecto sobre as armas espaciais ■ O secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, propõe a realização de uma conferência internacional sobre a paz no Médio Oriente ■ O Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), inicia, em Madrid, o seu 31.º Congresso ■ Franz Josef Strauss anuncia, em Maputo, que a RFA vai financiar a recuperação de Cabora Bassa ■ Deputados italianos exigem discussão da transferência ou não, dos «F-16» para a Itália.

23
Sábado

Álvaro Cunhal reúne-se com os militantes comunistas da Função Pública, em Lisboa, onde afirma que a base eleitoral do PSD foge à esquerda e à direita. Por outro lado o semanário «Expresso» publica uma sondagem segundo a qual a popularidade do PSD e do Governo decrescem em 17 e 15 por cento, respectivamente ■ Encerra o V Congresso do Algarve com um apelo ao desbloqueio da regionalização ■ No Encontro dos Trabalhadores Agrícolas, em Avis, realimenta-se a defesa da Reforma Agrária e a recusa do «pacote agrícola» ■ Milhares de trabalhadores desfilam, em Braga, contra «pacote laboral» do Governo ■ O mediador da ONU, Diego Cordovez, chega a Cabul para conversações com vista à obtenção de um cessar-fogo no Afeganistão ■ O Egipto e a Tunísia anunciam o reatamento de relações diplomáticas ■ Registam-se manifestações nos territórios ocupados palestinianos, enquanto Israel impõe recolher obrigatório em Jerusalém.



Manifestação de protesto contra ocupação israelita

24
Domingo

Representantes dos partidos «Verdes» do Sul da Europa terminam reunião em Lisboa, divulgando uma declaração a exigir a retirada dos aviões «F-16» do sul do continente europeu e o fim da construção de centrais nucleares ■ Tem lugar em Lisboa um espectáculo com artistas portugueses e soviéticos integrado no 2.º Encontro de Amizade entre as juventudes dos dois países ■ Ministros da Agricultura da CEE decidem, em Bruxelas, isentar Portugal da obrigatoriedade de congelamento de terras até 1996 ■ O PSOE reelege, no seu 31.º congresso, Felipe Gonzalez como dirigente, sob as críticas da UGT ■ Países da Liga Árabe adoptam resolução para apoiar os palestinianos dos territórios ocupados ■ A polícia de choque do Bangladesh mata quatro pessoas e fere 100 durante uma carga contra opositoristas que se manifestavam no sul do país ■ Josef Strauss encontra-se com o líder terrorista da UNITA, Jonas Savimbi, informa a rádio oficial sul-africana.

25
Segunda-feira



O representante da CGTP, Carvalho da Silva, é impedido violentamente do uso da palavra

O representante da CGTP-IN no Conselho da Concertação Social, Carvalho da Silva, é impedido pela segurança de Cavaco Silva do uso da palavra, na sessão de assinatura do Acordo de Política de Rendimentos para 1988, contra o qual votaram a CGTP e a CIP ■ O ministro da Educação, Roberto Carneiro, anuncia a interrupção das aulas do preparatório e secundário no dia 9 de Fevereiro para debater reforma do ensino ■ Professores e alunos da Faculdade de Letras iniciam debate sobre a reorganização dos planos curriculares nos ensinos básico e secundário ■ Médicos do Hospital Júlio de Matos contestam decisão de Leonora Beleza sobre a alienação dos terrenos do estabelecimento ■ Helmut Kohl garante a Hosni Mubarak que apoiará uma conferência internacional de paz para o Médio Oriente ■ Aborígenes australianos lançam-se ao mar, como forma de protesto contra a cerimónia do bicentário da Austrália, com a presença dos príncipes de Gales.

26
Terça-feira

O PSD aprova, na Assembleia da República, proposta governamental que reduz de 19 mil escudos para 8 contos o subsídio para os jovens à procura do primeiro emprego ■ Os trabalhadores da Carris, que se encontram em greve, concentram-se em frente à residência do Primeiro-Ministro, que continua a recusar receber os trabalhadores ■ Inicia-se a primeira volta das eleições para a Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra ■ A JS anuncia que decidiu estreitar diálogo com o Komsomol da URSS, aceitando um convite para visitar aquele país este ano ■ Uma delegação do PCP é recebida por Mário



O Presidente da República recebe delegação do PCP

Soares, para analisar a situação política nacional e internacional ■ Daniel Ortega chega a Espanha, encontrando-se com Felipe Gonzalez ■ O Japão junta-se à campanha dos EUA e da Coreia do Sul contra a Coreia Democrática ■ Helmut Kohl inicia visita à Checoslováquia, tendo-se encontrado com o chefe do governo de Praga, Lubomir Struzel.

Avante!

Propaganda de todos os países UNICEF

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa. CODEX. Tel. 76 83 45

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa. Tel. 24417

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais. Av. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa. Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcão de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

Repúdio do «pacote laboral» • Próximas manifestações e jornadas em Santarém, Coimbra, Aveiro, Porto e Lisboa

Saem à rua em Braga milhares de trabalhadores

Aprovando uma importante resolução a que faremos referência mais detalhada noutra oportunidade, a Conferência Nacional da CGTP-IN sobre os direitos dos trabalhadores, reunida em Braga nos dias 22 e 23 do corrente, terminou, apesar da chuva, a meio da tarde de sábado, com um anel humano na rua, que percorreu as principais artérias da cidade.

Mais de um milhar de delegados aprovou por aclamação o documento principal da Conferência, que incide naturalmente sobre o repúdio do «pacote laboral» do Governo Cavaco.

A manifestação, convocada pela União dos Sindicatos de Braga, partiu em desfile do Teatro Circo, onde decorrerá a Conferência, percorrendo parte da Avenida da Liberdade, passando pela Arcada, Largo de S. Francisco, Rua do Castelo, Rua Francisco Sanches, Rua do Souto, Largo de S. João do Souto e Largo Carlos Amarante, voltando a entrar na avenida principal pela Rua Gonçalves Sampaio.

Milhares de trabalhadores

de todos os pontos do distrito concentraram-se junto do local da Conferência a partir das 16 horas de sábado e iniciaram o desfile ostentando centenas de panos, cartazes e bandeiras.

Na manifestação incorporaram-se também os participantes na Conferência, que pugna, designadamente, por um debate «aberto, público e participado» sobre toda a legislação laboral.

As palavras de ordem contra o projecto do Governo, virado contra os interesses, direitos e garantias dos trabalhadores, vibraram durante toda a manifestação. «Pacote laboral só interessa ao capital», os apelos à unidade e à vitória contra a ofensiva do



Governo e do grande patronato, a canção «Vencemos» e o lema de sempre «CGTP-UniDade Sindical» ecoaram na cidade.

Na concentração junto ao Teatro Circo, que precedeu o desfile de protesto e de ape-

lo à luta, foram aprovados textos de repúdio contra o «pacote», que foi alvo de uma moção aclamada na rua.

Também não faltaram os apelos à solidariedade activa, pois esta luta é de «to-

dos os trabalhadores».

Sem incidentes, na tarde fria e chuvosa, soou bem alto o protesto: «o capital não tem pátria» — intervenção de um representante galego do movimento sindical espanhol.

Para os trabalhadores que se manifestaram em Braga, como vai acontecer noutras localidades do País, o Governo terá que suprimir «limitadamente um projecto, que põe em causa direitos consagrados nas leis portuguesas e na própria Constituição da República» e também pelas normas internacionais adoptadas pela OIT-Organização Internacional do Trabalho.

Outras manifestações

Eram, entretanto, anunciadas manifestações do mesmo tipo para a próxima quinta-feira, dia 4, em Santarém, dia 5 em Coimbra, e 6 em Aveiro, Porto e Lisboa.

Nestes casos e em outras localidades que porventura venham ainda a ser anunciadas, o objectivo das iniciativas sindicais é o repúdio definitivo do «pacote laboral» e a abertura às discussões susceptíveis de aperfeiçoar as leis do trabalho.

Governo provoca grave incidente no Conselho de Concertação Social

• Cavaco impede Carvalho da Silva de usar da palavra, usando a força

Uma atitude inqualificável da parte de Cavaco Silva assinalou na segunda-feira passada a assinatura do acordo de rendimentos e preços no Conselho de Concertação Social. (Ver **Em Foco**, nesta edição). O Primeiro-Ministro e o seu Governo, que tinham planeado uma sessão pública, depois da assinatura daquele documento no CPCS, impediu pela força a CGTP de usar da palavra na sua qualidade de membro daquele organismo de concertação social. Recorde-se que o «acordo de política de rendimentos para 1988» não foi subscrito pela CIP e pela CGTP-IN.

Carvalho da Silva, coordenador da Central unitária e seu representante no CPCS, chegou mesmo a ser empurrado pela «segurança» de Cavaco Silva que, segundo observadores presentes na sala, actuou desse modo depois de um sinal do próprio Primeiro-Ministro. Em conferência de imprensa, a CGTP

confirmaria essa actuação prepotente de Cavaco Silva, sublinhando que, apesar de Manuel Carvalho da Silva ter solicitado a palavra ao chefe do Governo, este não só não respondeu como fez sinal «à segurança para afastar os representantes da CGTP-IN do local onde se encontravam».

Coordenador afastado de «forma violenta»

A CGTP, assinando ou não o acordo, deveria ter direito a usar da palavra na sua qualidade de membro do Conselho e como participante nos trabalhos que levaram à conclusão do acordo a quatro. Mas no acto público aberto à comunicação social, que se seguiu à assinatura, afirma a CGTP, a Central sindical unitária «foi impedida de usar da palavra» e o seu coordenador, que pretendia

fazer uma intervenção, foi afastado «de forma violenta do local pelo chefe da segurança do Primeiro-Ministro».

No encontro com os jornalistas depois do incidente, os representantes da CGTP no Conselho (CPCS) disseram que «o Primeiro-Ministro parece querer colocar-nos no tempo em que quem discordava não tinha direito a expressar-se».

Mas os tempo são outros, queira ou não Cavaco Silva.

Publicamente, Manuel Carvalho da Silva classificaria a atitude do chefe do Governo de «prepotente e ilegal».

A gravidade do incidente torna-se ainda mais significativa, se nos lembrarmos que se passou em plena sessão do Conselho Permanente de Concertação Social.

Carvalho da Silva disse aos jornalistas que, se o acordo era do Conselho, «teria que ser assinado em sessão do CPCS».

Como se refere com mais pormenor no caderno **Em Foco** desta edição do «Avante!», o acordo de rendimentos foi subscrito apenas pelo Governo, através do ministro das Finanças, Cadilhe, pela UGT, a CCP (Confederação do Comércio Português) e pela CAP. Por dele discordarem, naturalmente por motivos muito diferentes, antagónicos, a CIP e a CGTP não assinaram o acordo.

Esse facto levou o Governo a só permitir que intervissem, na sessão pública, depois da assinatura, os membros do CPCS que subscreveram o acordo de rendimentos para 1988. Os outros «parceiros sociais» foram apenas convidados a assistir ao acto aberto à comunicação social.

Na conferência de imprensa, que deu depois de reunir a sua comissão executiva, a CGTP considerou **inadmissível**, como disse Manuel Lo-

pes, que «elementos» policiais sejam chamados a intervir numa reunião do Conselho de Concertação».

Para aquele membro do executivo da Central, o que se passou segunda-feira no CPCS corresponde à atitude incompreensível que seria, por exemplo, «o presidente da Assembleia da República» chamar a polícia «para mandar calar um deputado da oposição que quisesse fazer uma declaração de voto».

Governo «nervoso e crispado»

Para o coordenador da CGTP, Carvalho da Silva, «o Governo está nervoso e crispado». Mas tem que encarar a realidade. Não pode comportar-se como o Governo de «uma camada restrita da sociedade portuguesa», mas como Governo do País.

Entretanto, a Executiva da CGTP, depois de uma reunião de emergência, decidiu pedir audiências ao Presidente da República e ao Presidente da Assembleia da República, bem como ao Primeiro-Ministro. Àqueles órgãos de soberania a CGTP irá expor as ocorrências e suscitar a sua apreciação. Junto do chefe do Governo procurará saber a razão por que foi excluída do acto público do CPCS.

No mesmo dia, sabia-se que as **pequenas e médias empresas (PMEs)** consideraram urgente a sua participação, como **parceiro social**, no CPCS. O organismo que congrega as PME é a Confederação Portuguesa das Pequenas e Médias Empresas (CPME) que, integrando o Conselho, está ciente de aí desempenhar «um papel fundamental na ampliação da representatividade e do equilíbrio daquele órgão consultivo do Governo» — o CPCS.

Mikhail Gorbatchov

POR UM MUNDO SEM ARMAS NUCLEARES

Colecção «Paz e Socialismo»

Em Portugal, como um pouco por toda a parte, tem-se por vezes a incómoda sensação de que passa despercebida à generalidade dos cidadãos a importância de situações e acontecimentos a que o tempo vem conceder o significado de verdadeiros toques a rebato que muitos não escutam. O ocorrido com a assinatura do acordo de rendimentos e preços é um destes casos.

Conforme se sabe, o Conselho de Concertação Social aprovou aquele texto do agrado do Governo com dois votos contra: o da Confederação patronal CIP e da CGTP-Intersindical Nacional. Na sessão solene da assinatura propôs o executivo que apenas falassem as entidades subscritoras, ao que a CGTP, naturalmente, se opôs. Num gesto de boa vontade, a central sindical admitiu que usasse exclusivamente da palavra o Primeiro-Ministro — o que mereceu a concordância do Governo.

Chegada a sessão, dando o dito por não dito e comportando-se como gente de duvidosa idoneidade, o Governo fez que falassem também os outros signatários do acordo, UGT, CCP, CAP, etc. Quando o coordenador nacional da CGTP, Carvalho da Silva, protestou publicamente contra a segregação e a miserável quebra do acordo, o prof. Cavaco Silva ordenou aos seus «gorilas» que silenciassem o dirigente sindical.

É evidentemente desnecessário explicar, seja a quem for, que o objectivo de toda a operação foi o de silenciar a voz da CGTP, de impedir que, lado a lado com os elogios do Governo, dos patrões e dos «amarelos», surgissem as duras críticas ao acordo apresentadas pela CGTP. Que a CIP apareça a fornecer a cobertura à operação de silêncio é de uma transparência que não convence o mais tolo: podem os patrões da CIP calar-se, que Cavaco fala por eles! Mas a questão é que todos os portugueses deveriam reflectir sobre o que sucedeu.

O Conselho de Concertação Social é um órgão institucional onde todos os membros têm iguais deveres e direitos, consignados em lei. Não se trata de atribuições que nenhum Governo possa modificar a seu belo prazer, alterar conforme quer e não quer. Para quem duvidasse porém das apetências ditatoriais de Cavaco Silva, da sua efectiva incompatibilidade com as regras de convivência e funcionamento democráticos — aí temos a prova provada.

Primeiro, uma operação toda pensada para silenciar um adversário e a sua crítica. Depois uma manobra de mentiras, uma falta a um compromisso, um governo que se comporta como um vulgar burlão não cumprindo os acordos que assume. Finalmente, quando toda a manobra se esboroa, recurso à polícia, à violência, à repressão.

Um famoso poema de Bertold Brecht recordava aos alemães — sem grandes resultados, é triste confessá-lo — os perigos que envolve supor que repressão, a violência e o arbítrio só se abate sobre os outros. A barbárie nazi deu às consequências desse esquecimento dimensões cujas feridas ainda hoje não sararam. Mas também aqui, em Portugal, soubemos durante quase meio século que as coisas não acontecem só aos outros. Não foram só outros que conheceram a PIDE, não foram só outros que foram despedidos e perseguidos, não foram só outros que morreram na guerra ou de lá regressaram cruelmente mutilados.

Dez anos de política de direita também já deram para verificar que não são só outros os que vêem as empresas encerradas e o emprego perdido, que não são só outros os que têm salários em atraso, não são só outros que vivem de biscates, que não são só outros que têm filhos devastados pela droga, que não são só outros que têm contratos a prazo, que não são só outros os que têm os filhos desempregados, que não são só outros os que têm de novo emigrar, que não são só outros os que pagam as imposições da CEE, que não são só outros os que não têm dinheiro para pagar medicamentos ou consultas médicas. Cavaco Silva, Miguel Cadilhe, e etc. tornaram, com este aviso, inteiramente injustificável a dúvida: quando podem, calam os outros. Todos os que podem. E os outros — somos todos nós.

■ R.C.

Trabalhadores

Privatizar... os lucros (8)

... da Rodoviária Nacional



«Privatização de alguns sectores à vista», «Governo divide Rodoviária Nacional». É assim mesmo, com todas as letras, que o «Tempo» (o jornal daquele senhor que faz as reportagens antes de ir ao local, que é, talvez, para poder passear com os amigos que o aguardam lá fora) descobre a sensação da semana para o seu suplemento económico. Fraca sensação, que só o poderá ser para os leitores do dito semanário, a quem são dadas com muito mais regularidade informações sobre casamentos, coscuvilhices, regatices e outras notícias.

Recordemos algumas verdades que os trabalhadores e as suas estruturas representativas têm dito sobre o assunto e que se mantêm perfeitamente actuais.

«Afirmar que a RN tem uma dimensão excessiva, como se diz no Programa do Governo, é um enorme disparate» — acusava a Comissão Central de Trabalhadores da Rodoviária Nacional no número de Setembro de 1987 do seu boletim, fazendo uma análise do programa e da política do executivo de Cavaco e do PSD para a empresa.

«Apesar do continuo baralhar dos muitos mandatários dos interesses capitalistas na RN» — recordava a CCT — ela tem vencido barreiras e assegurado uma «crescente melhoria dos serviços que presta», sobretudo devido à «dedicação, competência e combatividade dos seus 12 mil trabalhadores». A Rodoviária Nacional é assim uma empresa pública com rodas para andar.

Diferente é o entender do Governo: considera que a RN é «excessivamente grande», tem de ser reduzida e reestruturada, com a constituição de várias empresas regionais e a separação da Rodoviária das «actividades colaterais ao transporte regular de passageiros». Isto refere-se nomeadamente, segundo tudo leva a crer, a carreiras interurbanas em «expressos».

E daí?

Como consequência da formação de empresas regionais, quer elas sejam baptizadas de sociedades anónimas, quer tenham qualquer outro nome, a RN perderá o estatuto de empresa pública — afirma a CCT num comunicado de finais de Outubro.

Passando a ser um grupo de empresas privadas, os seus trabalhadores seriam

prejudicados de várias formas: perderiam muito do poder reivindicativo que hoje têm, depois de divididos por diversos grupos de pouca representação e teriam que se submeter às alterações resultantes dos interesses dos novos agrupamentos patronais (transferências, despedimentos, deslocações, flexibilização de horários).

Com as alterações que o patronato e o Governo pretendem introduzir na legislação laboral, «nas mãos dos patrões vão ficar a faca e o queijo» e muitos dos direitos e regalias conquistados ficarão em risco. «Manterão as empresas os subsídios de doença e o complemento de reforma? Continuarão a admitir os tempos de assistência à família? Irão manter os refeitórios e o subsídio de alimentação? E que salários?» — interroga a comissão de trabalhadores da RN, convidando a lembrar o que se passava antes do 25 de Abril e o que se passa hoje com as empresas privadas.

Vem aqui a propósito a denúncia de um caso passado logo após as eleições de 19 de Julho na Auto Viação Almeida & Filhos: alegando dificuldades financeiras, a gerência desta transportadora privada fez comunicar «a todo o pessoal e a todos os motoristas em particular, que sempre que surjam avarias graves, acidentes ou gastos resultantes de situações de irresponsabilidade, terão os responsáveis, após o levantamento do respectivo inquérito, de suportar os prejuízos causados. Em caso de recusa e após o respectivo processo disciplinar, serão imediatamente despedidos».

Na própria Rodoviária já há quem queira antecipar-se

Prejuízos?

«A situação das empresas de transportes, quando da sua nacionalização, não era famosa: as frotas eram velhas e reduzidas, o transporte era insuficiente e de má qualidade, a situação económica e financeira das empresas chegava a ser péssima.

«Nestas empresas, o caso mais evidente é o da Rodoviária Nacional. Formada a partir de 93 empresas (muitas delas sem escrita), herdou uma situação em que as dívidas ultrapassavam o valor dos seus bens em mais de 1,6 milhões de contos. Hoje, mesmo do ponto de vista financeiro, a situação revela-se incomparavelmente melhor, como aliás acontece com todas as outras empresas públicas.

«Todavia, as grandes vantagens das empresas públicas revelaram-se nos investimentos em frota e na consequente melhoria do transporte, em quantidade e qualidade.

«Também os trabalhadores dos transportes, cuja produtividade cresceu grandemente, viram melhorar as suas condições de trabalho e os seus níveis salariais. A política de recuperação capitalista iniciada de forma marcante em 1977 e acentuada a partir de 1980, não só atacou os direitos, regalias e salários dos trabalhadores, como conduziu à estagnação no investimento e, desde a primeira hora, procurou evitar o saneamento financeiro das empresas.

«De facto, o Estado nem efectuou o saneamento financeiro da situação herdada das empresas nacionalizadas, nem financiou devidamente importantes investimentos em renovação e aumento das frotas, e entregou sempre indemnizações compensatórias insuficientes.

«No caso da Rodoviária Nacional, só o não cumprimento de compromissos assumidos, por parte do Estado e, no fundamental, em períodos onde a decisão dependia do PSD (1980 a 1986), leu a empresa em mais de 20 milhões de contos.

«Com o despudor de quem diz grandes mentiras e com o ar de quem fala de cátedra, o Governo fala de prejuízos da RN e do que o Orçamento do Estado deu a esta empresa.

«Esquece que as dívidas do Estado à RN são muito superiores aos prejuízos desta.

«Esquece ainda que todos os anos a RN dá muito mais ao Orçamento do Estado do que recebe deste.»

«Circular» — órgão da FESTRU, n.º 45, Dezembro de 1987

na liquidação de direitos dos trabalhadores. A CCT denunciou oportunamente um aviso para o recrutamento de um guarda para o CEP 08, no qual a Divisão de Pessoal punha como condições o desempenhamento de tarefas de guarda, porteiro e servente, trabalhando por turnos ou com horário fixo em Azeitão, Setúbal e Palmela, com ordenado de guarda e sem direito a uma série de regalias consagradas no acordo de empresa.

Não só os trabalhadores, naturalmente, sofrem com a ofensiva contra a RN. Além

da eliminação de mais de 2 mil postos de trabalho até 1991, nos planos a médio prazo do Governo para a empresa constam números e factos preocupantes para os passageiros. Quem pode ficar tranquilo sabendo que a Rodoviária Nacional vai adquirir, até 1991, uma média de 98 viaturas, quando, aos ritmos normais de abate, serão precisas 123 viaturas novas por ano? «A frota em breve vai perder toda a capacidade concorrencial» — alertava o boletim da comissão de trabalhadores.



O Governo quer partir a RN: os sectores rentáveis, privatiza-os; os encargos, passa-os para as autarquias

Trabalhadores

Debates
amanhã
e sábado

A par das lutas sectoriais e nas empresas, o movimento sindical unitário tem programadas para os próximos dias importantes iniciativas dedicadas ao debate de questões que preocupam seriamente os trabalhadores.

Na sexta-feira, 29, reúnem em Coimbra cerca de 700 representantes dos trabalhadores da **carreira administrativa da função pública**. A Federação do sector (FSTFP) anunciou que se realizaram já centenas de reuniões para eleger participantes neste 1.º Encontro Nacional do grupo profissional mais numeroso da administração pública.

Com a participação prevista de mil delegados e convidados, realiza-se no **sábado, dia 30, a partir das 10 horas, no teatro Curvo Semedo, em Montemor-o-Novo, um encontro regional pela defesa e criação de emprego, por melhor protecção social**. O encontro é promovido pelas uniões sindicais e os sindicatos da agricultura dos distritos de Beja, Évora e Portalegre e tem como objectivo fundamental analisar os problemas do emprego e do desemprego no Alentejo e a revisão da legislação laboral pretendida pelo Governo e as alterações no funcionamento da segurança social (nomeadamente as implicações do decreto 36/87, sobre o acesso ao subsídio de doença).

A União dos Sindicatos de **Setúbal** organiza, também no sábado e com início às 10 horas, no salão nobre da Câmara Municipal da capital sadina, um **debate distrital sobre emprego precário**. «Largos milhares de trabalhadores — afirma-se numa nota da USS à imprensa — desenvolvem a sua actividade sem qualquer tipo de contrato ou de direitos sociais e sindicais, numa situação de completa precariedade e sujeitos à absoluta arbitrariedade dos contratadores de mão-de-obra e das próprias empresas onde prestam serviço».

Em **Leiria**, na sede do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritório (Rua Henrique Sommer) realiza-se no dia 30, a partir das 15 horas, um **plenário distrital de jovens dirigentes, delegados e activistas sindicais**. Em foco vai estar o pacote laboral do Governo (sobretudo a proposta de lei dos contratos a prazo) e as suas implicações para a juventude. Recordamos que, a serem passadas à prática as intenções de Cavaco, do PSD e do grande patronato, os jovens até 25 anos poderiam ser sempre contratados a prazo.

Ainda no sábado, o Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul e RA dos Açores efectua um encontro sobre o **ensino e o exercício da enfermagem**, a partir das 9.30, no LNEC, em Lisboa. O encontro é aberto aos enfermeiros e alunos das escolas de enfermagem.

Há que viabilizar a INDEP e pôr fim à repressão!

Por toda a parte se luta contra a ofensiva do patronato e do Governo

Só na passada sexta-feira a Comissão Executiva da INDEP e o Governo reabriram todos os sectores das fábricas de Braço de Prata e Moscavide, pondo fim a duas semanas de *lock-out* — como as estruturas sindicais prontamente classificaram o encerramento ilegal da empresa depois de, na noite de 7 de Janeiro, a polícia de intervenção ter entrado na empresa e espancado os trabalhadores concentrados junto à administração. Enquanto se mantém por resolver o problema principal — a viabilização da empresa e a manutenção dos postos de trabalho — multiplicam-se as medidas de intimidação e repressão. Desenvolvem-se lutas de trabalhadores noutras empresas e sectores e o movimento sindical unitário prepara activamente a jornada de 6 de Fevereiro contra o pacote laboral, que só viria agravar ainda mais as condições de vida e de trabalho de milhões de portugueses.

A administração da INDEP não tem permitido, com instruções orais nesse sentido, a entrada nas fábricas dos 25 trabalhadores suspensos (mais duas suspensões foram anunciadas no dia 23), **mesmo aos membros da CT e delegados sindicais — a quem o acesso ao local de trabalho é expressamente garantido pela lei 46/79**. Além disso, a Comissão Executiva da INDEP mandou fazer listas dos trabalhadores que não participaram na paralisação espontânea de dia 7.

Os trabalhadores e as suas organizações não se têm deixado intimidar e continuam a dar mostras de grande unidade e firmeza. Antontem realizaram-se plenários de delegados de secção, para ontem estava marcado um plenário descentralizado em Braço de Prata e em Moscavide. Circula na empresa um abaixo-assinado de solidariedade para com os trabalhadores suspensos.

A comissão de trabalhadores da INDEP participou entretanto numa reunião da Comissão Parlamentar de Defesa, quinta-feira passada, onde foi patente o consenso favorável à viabilização da empresa e à defesa dos postos de trabalho, na linha das posições assumidas pelas ORT's. O partido do Governo é que repisou as posições já conhecidas que apontam para a destruição da INDEP.

O Sindicato dos Metalúrgicos anunciou, entretanto, que se propõe apresentar na Organização Internacional do Trabalho uma denúncia da actuação do Governo em todo o processo da INDEP e recorrer para as instâncias judiciais «em face dos órgãos de gestão da empresa, pela prática ilegal de *lock-out* e pelos graves prejuízos materiais e morais causados aos trabalhadores e à economia do país».

Metalúrgicos param dia 4

No âmbito da jornada nacional anunciada pela Federação para o sector, os sindicatos dos metalúrgicos de Lisboa e Porto decidiram convocar paralisações para o próximo dia 4 de Fevereiro.

Os metalúrgicos estão a mobilizar-se igualmente para as iniciativas contra o pacote laboral marcadas para 6 de Fevereiro.

Em **Lisboa** a paralisação do sector da metalurgia e metalomecânica será de duas horas; simultaneamente, realizar-se-ão acções de protesto descentralizadas em diversos locais do distrito. No **Porto** os metalúrgicos paralisam no segundo período de trabalho para participarem em acções de protesto junto à delegação do Ministério do Emprego.

A luta é contra o pacote laboral do Governo, pela actualização dos salários, contra a intransigência patronal nas negociações do contrato, pelo direito ao trabalho, pela viabilização das empresas e pelo pagamento dos salários em atraso.

Actualmente, lembra o sindicato de Lisboa, **mais de 4 mil postos de trabalho estão ameaçados de destruição a curto prazo**.

Sorefame

Os trabalhadores da Sorefame (Amora) e da Equimetal, com contrato de cessão de exploração à SGM (Sociedade Geral Metalomecânica) terminam hoje 3 dias de greve (4 horas diárias), como repúdio pelos «métodos e formas como foi feita a escritura de trespasse da Sorefame/Amora para a SGM», pela «rápida» negociação do caderno reivindicativo e contra a retirada de direitos e regalias — informou o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul.

Carris

Continuam a registar uma adesão da ordem dos cem por cento, como acontecera na semana passada, as paralisações retomadas segunda-feira na Carris e que, segundo a decisão do plenário de trabalhadores efectuado dia 21, poderão prolongar-se hoje (das 10 às 14 horas) e amanhã (das 16 às 20). Para hoje está marcado novo plenário na estação de Santo Amaro.

Para **terça-feira estava convocada uma concentração de trabalhadores junto**



Os trabalhadores da Cometna deslocaram-se ao Ministério da Indústria na passada quinta-feira, após um plenário em que foi unânime a preocupação e o repúdio relativamente aos projectos da Metalgest (a holding do IPE para a metalomecânica pesada) que prevêem o despedimento de 500 trabalhadores e o encerramento da fábrica da Amadora

à residência oficial do Primeiro-Ministro.

A decisão de prosseguir a greve foi tomada devido à posição de intransigência negociada da administração da Carris — reconhecendo esta, segundo a FSTRU, estar «sob forte controlo do Ministério da tutela, que pretende tornar o processo negociado da Carris um referencial para a contratação colectiva no ano corrente».

Entre os motivos para a continuação da luta, foram referidos no plenário da semana passada o «completo alheamento» do Governo em relação ao conflito, «espelhando a intenção de exercer o poder de forma autoritária e acicatando a opinião pública a revoltar-se contra os trabalhadores da Carris»; os valores «manifestamente insuficientes» avançados na mesa de negociações (6,5% de aumento na tabela, 5,5 na massa salarial global). Os trabalhadores mantêm a exigência da redução do horário para 40 horas semanais.

A Carris poupou, segundo a FSTRU, 232 mil contos da massa salarial prevista para 1987 e o plano a médio prazo prevê um aumento superior ao que a administração agora indica.

No plenário foram apresentadas muitas manifestações de solidariedade para com a luta do pessoal da Carris. O Governo e a administração foram responsabilizados por todos os transtornos causados aos utentes e foi reafirmada a disponibilidade dos trabalhadores para continuar as negociações e desbloquear o conflito.

Salvar a Mundet

Está marcada para hoje mais uma reunião da assembleia de credores da Mundet. Os trabalhadores e o sindicato dos corticeiros do Sul (STICS) esperam que esta reunião tenha resultados satisfatórios e permita definitivamente avançar com a aplicação do plano de viabilização da empresa, garantindo os postos de trabalho nas duas unidades fabris do Seixal e do Montijo.

Na segunda-feira à tarde realizou-se uma concentração junto à secretaria de Estado da Segurança Social (o maior credor e presidente da comissão de credores), a única entidade que, nas reuniões anteriores, tem discordado daquele plano, o qual conta, no entanto, com o apoio dos bancos principais credores. Entre as acções desenvolvidas pelos trabalhadores contam-se ainda um abaixo-assinado que circulou entre os comerciantes, pedidos de audiência ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, ao Centro Regional de Segurança Social de Setúbal, ao Governador Civil e ao delegado do Governo no distrito e uma conferência de imprensa anteontem em Lisboa.

CEL-CAT insiste na ilegalidade

A CEL-CAT continua a insistir na sua posição ilegal de não aplicar os aumentos salariais já acordados a todos os trabalhadores, o que levou as estruturas sindicais a convocar novas greves de quatro horas alternadas para anteontem e hoje.

Para quarta-feira estava prevista a realização de um plenário junto ao Ministério do Emprego.

A luta dos trabalhadores da CEL-CAT foi desencadeada ainda em Outubro, mês em que a nova tabela deveria ter começado a vigorar. Desde essa altura já foram efectuadas mais de 100 horas de greve na empresa, sempre com índices muito elevados de participação.

Em Dezembro — recorda o SIESI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, maioritário na CEL-CAT) — a administração decidiu aplicar os aumentos aos trabalhadores de escritório representados pela FETESE (da UGT), por esta ter, entretanto, subscrito o acordo de revisão salarial nos termos pretendidos pela entidade patronal.

«Ao deixar de fora os trabalhadores representados pela comissão negociadora sindical liderada pelo SIESI — protesta a direcção deste sindicato — a administração procedeu a uma discriminação com base na filiação sindical», posição manifestamente ilegal.

Autosil recua

A administração da Autosil manifestou aos representantes dos trabalhadores a sua disponibilidade para recomençar as negociações do caderno reivindicativo para 1988. Na reunião da passada quinta-feira ficou agendada para 9 de Fevereiro a primeira sessão da discussão.

Os trabalhadores reuniram em plenário no dia 25, segunda-feira, e mandataram os seus representantes para apresentarem uma contraproposta às medidas que a administração pretendeu impor depois de ter suspenso a negociação unilateralmente.

Covina

A comissão negociadora sindical da Covina está a analisar a nova contraproposta apresentada segunda-feira pelos representantes da administração. A hora em que encerrávamos esta edição não estava ainda confirmada a realização de um plenário de trabalhadores, hoje ou amanhã, ou de mini-plenários nas diversas secções.

Recordamos que o facto de a comissão negociadora patronal vir agora propor 7,5 por cento de aumento na tabela salarial e a diminuição da carga horária dos turnos se segue a dois períodos de greve (14-15 e 20-21 de Janeiro), ambos com uma adesão muito próxima dos 100 por cento.

Enfermeiros

Os enfermeiros docentes das escolas de enfermagem entrarão em greve a partir de 1 de Fevereiro se não for resolvida «satisfatoriamente» a questão dos atrasos no pagamento dos retroactivos e da actualização da letra (decorrentes da aplicação de um decreto de Março de 1987) — informou o sindicato do Sul e Açores.

As greves previstas a semana passada para os Hospitais Cívicos de Lisboa, o hospital de Santa Maria e a maternidade Alfredo da Costa foram desconvoçadas porque estas instituições canalizaram verba destinada a outros fins para o pagamento da dívida (letra) aos enfermeiros. Mas, alerta o sindicato, «o problema de fundo mantém-se, pois a Gestão Financeira continua sem enviar a respectiva verba».

Trabalhadores

No Algarve, por exemplo

As promessas eleitorais estão por cumprir

«É elementar que se exija o cumprimento das promessas eleitorais» — afirma a União dos Sindicatos do Algarve ao tornar públicas 3 moções aprovadas pelo recente plenário ali realizado e que decidiu, recordamos, promover no dia 6 de Fevereiro uma acção distrital contra o projecto governamental de alteração às leis laborais.

As moções recordam as promessas eleitorais do PSD e denunciam o facto de a política de Cavaco Silva e do Governo não levar ao cumprimento de compromissos que foram apenas o isco para caçar votos desprevenidos; concretamente, exigem a criação da região administrativa do Algarve, a revogação do Decreto-Lei 36/87 (subsídios de doença) e o combate à economia paralela e ao trabalho ilegal.

Uma nota da União (USAL) comenta notícias sobre o aumento da tuberculose, principalmente no Algarve e no sector da construção civil.

Tuberculose e turismo

O governador civil, recorda-se no documento, manifestava-se, quase ao mesmo tempo que vinham a público os dados sobre a tuberculose mas a propósito da campanha por um turismo de qualidade, «contra certas obras e a sua duração até altas horas da noite, o que causaria uma péssima imagem junto dos turistas».

«Apoiámos a iniciativa do sr. governador-civil, mas la-

mentamos que o faça só na perspectiva de preservar a qualidade do turismo» — diz a USAL, sublinhando que «muito mais importante a ter em conta seria o factor social».

No Algarve trabalha-se à luz de holofotes muito para além da meia-noite, nomeadamente em cofragens e — denuncia a União dos Sindicatos, explicando que isso se verifica porque «número significativo de obras são feitas, desde as fundações, em regime de trabalho precário, na sua componente ilegalmente clandestina (trabalho à tarefa, sub-aluguer de mão-de-obra, ou mesmo trabalho liberal, como se de advogados ou médicos se tratasse».

Por outro lado, os salários são baixos, pelo que «grande número de trabalhadores precisa de um complemento salarial para poder subsistir» e vê-se obrigado a recorrer ao *biscate*. Assim, o trabalho, além de se prolongar muitas vezes pela noite dentro, efectua-se ainda ao sábado e mesmo domingo de manhã. «Há casos — afirma a USAL — em que o período de descanso já é devido às máquinas».

Esta é uma «situação indigna a que é preciso pôr cobro» e que contrasta com as promessas eleitorais de uma vida melhor feita pelo PSD.

Também na campanha eleitoral o PSD se juntou às outras forças que afirmavam que não podia haver desenvolvimento no Algarve sem a regionalização. No dia 11 deste mês, no entanto, protestam os sindicalistas, o deputado do PSD Mendes Bota afirmou que desta vez ainda não seria criada a região administrativa do Algarve por a tal se opor a direcção do partido.

Esta revelação, no entender da USAL, «vem, infelizmente, justificar posições anteriormente assumidas por esta União de que ao PSD não interessa a regionalização nem o desenvolvimento integrado do Algarve.»

Na construção civil os salários são baixos, impera o emprego precário e há obras onde se trabalha até altas horas à luz de holofotes



Mais segurança social?

A aplicação do decreto regulamentar 36/87 — alerta-se ainda na nota — «está a criar gravíssimos problemas a um número crescente de trabalhadores» e têm-se mesmo verificados situações de algum dramatismo junto

ao Centro Regional de Segurança Social, em Faro, «pois há pessoas que não conseguem conter o seu desespero».

Como exemplo, aponta-se o caso de um trabalhador que, no princípio do ano passado, teve um desastre que o reteve no hospital alguns meses. Voltou ao trabalho,

mas em Outubro adoeceu e está há 3 meses sem poder trabalhar. O CRSS informou-o, cumprindo o tal 36/87, entretanto, de que não tem direito a receber subsídio de doença, já que não apresentou 15 dias com registo de remunerações no decurso dos 3.º e 4.º meses anteriores ao início da baixa.

CRSS de Aveiro sem quorum para a dívida dos patrões

A inoperacionalidade do Conselho Regional de Segurança Social, provocada por sucessivas faltas de quorum, «mais reforça» a necessidade de participação do movimento sindical unitário na gestão da segurança social — afirma a União dos Sindicatos de Aveiro num comunicado sobre o adiamento sucessivo da discussão naquele CRSS das dívidas do patronato.

A primeira reunião onde este ponto constava na ordem de trabalhos deveria ter-se realizado a 9 de Dezembro de 1987. Não houve quorum. No dia 20 de Janeiro a cena voltou a repetir-se.

«Quando alguém, como a CGTP-IN ou as suas estruturas, numa actuação viva e responsável, pretende que tais órgãos assumam plenamente as suas, embora parcas, funções, logo eles deixam de funcionar e deliberar, por premeditada falta de quorum» — comenta a USA, recordando que «entre outras questões, a dívida à segurança social choca-se com interesses de grupo que alguns representam no Conselho».

Para a União «a experiência confirma que só uma profunda alteração da composição do CRSS permitirá transformá-lo num órgão operativo, capaz de assumir as suas funções».

A dívida do patronato à segurança social — recorda a USA/CGTP-IN — ultrapassa no distrito de Aveiro os 6 milhões de contos.

Law's Apparel fechou

Encerrou as suas portas a empresa Law's Apparel, deixando sem emprego 400 mulheres que ali trabalhavam contratadas a prazo. A União dos Sindicatos do Distrito de Évora criticou publicamente a actuação do governador civil e do delegado do Ministério do Emprego por, desde a abertura da firma, em 1986, «terem optado por uma postura

de cobertura às anomalias existentes na empresa e denunciadas pelo movimento sindical».

A Law's Apparel — recorda a USDE — abriu durante o «período cavaquista das vacas gordas», sem autorização do ministro da Indústria, com todas as 400 trabalhadoras a prazo, com um refeitório para apenas 15 pessoas, sem serviço médico ou de enfermagem, com 5 casas de banho e 6 duchas. A empresa trabalhava no ramo dos lanifícios e a sua produção era exportada para os EUA.

Governo quer privatizar serviços hospitalares

Estão a realizar-se no Ministério da Saúde reuniões com vista a preparar a entrega a empresas privadas da exploração dos serviços hospitalares de alimentação, tratamento de roupas e vigilância — denunciou a comissão executiva da Federação da Função Pública. «Nem os trabalhadores, nem os utentes, beneficiam com uma solução deste tipo» — afirma a FSTFP. Beneficiam, sim, as empresas, «cujo único objectivo é o lucro».

A Federação e os sindicatos manifestaram-se contra a filosofia que está por trás desta intenção governamental e frisa que «os serviços mencionados são estruturas importantes de apoio para uma eficiente e correcta prestação de cuidados de saúde» e que «há que dotar os hospitais de todos os meios económicos, humanos e estruturais, de modo a poderem exercer cabalmente a função de prestação de cuidados de saúde».

Na sexta-feira, em conferência de imprensa, a ministra da Saúde ia mais longe e confirmava a intenção de desmantelar o Hospital Júlio de Matos e alienar os terrenos onde este se encontra.

Os médicos daquela unidade manifestaram em assembleia sectorial o seu «vee-

mente repúdio» por tal decisão de Leonor Beleza e do Governo, afirmando que «ela prejudica gravemente a assistência psiquiátrica hospitalar e é manifestamente contrária a imperativos científicos, históricos, patrimoniais e éticos».

Também o Sindicato dos Médicos da Zona Sul comentou as afirmações da ministra, denunciando o facto de Beleza e Cavaco já não conseguirem esconder o objectivo de liquidação dos serviços de saúde do Estado «através de uma premeditada degradação da sua organização, do afrontamento não dialogante dos profissionais de saúde e, agora, da venda do património».

O SMZS decidiu desenvolver a partir desta semana uma campanha de denúncia das responsabilidades «do Ministério e dos seus organismos superiores no caos a que chegaram os serviços de saúde».

Governo cria instabilidade na função pública

O Governo fomenta a instabilidade na função pública e promove a discriminação e as injustiças salariais — acusou o plenário dos 24 sindicatos e 2 federações que constituem a Frente Comum daquele sector. O plenário reuniu no dia 19 para analisar o processo negocial suspenso pelo Governo «sem justificação plausível».

A acusação fundamenta-se no aumento da precariedade de emprego, na estagnação das carreiras profissionais e nos «aumentos chorudos para os funcionários políticos à custa da diminuição do poder de compra da maioria dos 450 mil trabalhadores da função pública». Os representantes dos TFPs protestaram «contra a dualidade de critérios adoptada pelo Governo, quando impõe, como medida de austeridade, um aumento salarial de 6,5 por cento para os trabalhadores da função pública e, simultaneamente, pretende aumentar os militares em 13,1% e as chefias da função pública, pessoal de gabinetes ministeriais e titulares de cargos po-

líticos em percentagens que vão dos 30 aos 60%.

O plenário decidiu exigir ao secretário de Estado do Orçamento a reabertura das negociações sobre o regime remuneratório e outras questões, como horário de duração de trabalho, férias, faltas, e licenças, carreiras e formação profissional. Foi ainda sublinhado que o salário líquido dos TFPs «não pode, de forma alguma, sofrer diminuição» com a aplicação do imposto profissional, de acordo com a lei do Orçamento de 1987.

Casas da Malagueira finalmente prontas a habitar?

A Executiva da União dos Sindicatos do Distrito de Évora alertou, numa nota à imprensa, para notícias vindas a público que dão conta de que as casas da Malagueira vão finalmente ser acabadas e entregues, «após oito anos de sistemático boicote por parte dos governos (e, em particular, dos governos do prof. Cavaco Silva) e do seu representante no distrito».

Aquele organismo analisou na sua reunião do passado dia 15 a situação de mais de 1200 famílias carenciadas de habitação e inscritas nos respectivos serviços municipais da Câmara. Congratulando-se pela perspectiva de as casas da Malagueira poderem, finalmente, ser entregues, mas tendo em conta «notícias incertas», a CE da União manifesta a sua estranheza por só agora o Governo e o seu governador civil se estarem a mostrar interessados na resolução de tão grave problema; por afastarem a entidade com capacidade legal (Câmara Municipal) da fiscalização sobre os critérios que estão subjacentes à possível entrega de casas; e por se integrarem neste problema «entidades estranhas à problemática habitacional».

A Executiva afirma que «estará atenta ao desenrolar dos factos, com vista a que sejam salvaguardados os interesses das famílias mais carenciadas».

Terra

Contra projecto de latifúndio a Reforma Agrária vai resistir

Estamos perante uma proposta de lei claramente inconstitucional que pretende antecipar a revisão da Constituição — afirma-se na conferência de Imprensa promovida pela FENCA — Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção — e realizada anteontem em Lisboa. Os representantes dos trabalhadores agrícolas sublinharam que é legítimo classificar assim a nova proposta de lei contra a Reforma Agrária, pelo que se sabe e tem vindo a público e através das próprias declarações do Ministro da Agricultura e do Primeiro-Ministro.

Acusando o Governo de haver cozinhado a proposta com a colaboração da CAP e sem qualquer participação das cooperativas, dos trabalhadores ou sequer dos pequenos e médios agricultores conforme estipula a Constituição, os representantes da FENCA e dos Sindicatos chamaram a atenção para o facto de se estar — a confirmar-se o que tem vindo a público — perante uma iniciativa legislativa que «levaria à reconstituição ou recomposição do latifúndio com a liquidação das UCP/Cooperativas Agrícolas, violando frontalmente os artigos 96 e 97 da Constituição».

Uma lei contra a Reforma Agrária

«Nenhuma UCP/Cooperativa estaria ao abrigo das novas disposições (i) legais, nem mesmo aquelas poucas que têm contratos de uso da terra celebrados com o Estado e estão a pagar elevadas contraprestações», alerta o documento distribuído aos jornalistas na conferência de imprensa. «Várias cooperativas nessas condições têm sido alvo de processos de reserva que

incidem exactamente sobre a área que têm arrendada».

«O mesmo se pode dizer em relação aos pequenos agricultores que, aliados para pedirem terras das UCP's/Cooperativas, estão hoje a ser aceleradamente expulsos dessas áreas para serem entregues aos grandes proprietários reservatários.»

E o documento revela os principais traços da nova lei contra a Reforma Agrária:

— Desaparecimento dos limites para as áreas das «reservas»;

— Estímulo ao absentismo, uma vez que mesmo os que não exploram directamente as terras teriam direito a uma reserva também sem limite de área;

— Fim dos indivisos, podendo as reservas ser multiplicadas por tantos quantos os herdeiros de uma herança indivisa, os comproprietários ou os titulares de um património rústico;

— Legítima e declara eficazes as falsas doações e todos os demais actos de divisão da propriedade realizados pelos agrários entre 25 de Abril de 1974 e 29 de Julho de 1975 com vista à diminuição da área expropriável e conse-

quente fuga à aplicação da lei;

— Hasta pública com vista à entrega para exploração das áreas excedentárias das reservas — se alguma coisa sobrasse — e, mesmo assim, depois e só depois de pagas as indemnizações definitivas;

Reabertura de todos os processos de reservas demarcadas nos últimos onze anos para serem aumentadas de acordo com a nova lei.

Sensibilizar e informar

Face a estes novos e graves perigos que pesam sobre a Reforma Agrária, os Secretariados das UCP's, os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas e a FENCA decidiram levar a efeito várias iniciativas com a finalidade de sensibilizar e informar correctamente a opinião pública e os deputados, por um lado e, por outro, para aprovarem formas de luta em defesa da Reforma Agrária:

— Convite, já concretizado, à Comissão Parlamentar de Agricultura e Pescas e a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, assim como aos órgãos de informação, para uma visita à Reforma Agrária — à cooperativa «1.º de Maio de Avis» e à UCP «A Luta é de Todos», em Mora — no próximo dia 10 de Fevereiro;

— Realização do II Encontro (extraordinário) da Reforma Agrária, no próximo dia 20 de Fevereiro, em Alcácer do Sal (no Cine-Teatro), com a presença de 1000 delegados e centenas de convidados,

sob o lema: «Não à nova lei do latifúndio; com a Reforma Agrária/lutar pelo progresso do País»;

— Encontros de delegados das UCP's/Cooperativas Agrícolas em todos os distritos da Reforma Agrária, alguns dos quais já realizados: Évora — 28/12; Portalegre (em Avis) — 23/1; Beja — 26/1; Setúbal (em Alcácer do Sal) — 5/2; Santarém (em Coruche) — 10.2;

Plenários em todas as UCP's/Cooperativas Agrícolas.

Não cruzar os braços

Sublinhando que a nova lei em preparação contra a Reforma Agrária «não pode ser vista isoladamente do resto da legislação e medidas diversas para a agricultura assim como do resto das diversas iniciativas legislativas do Governo e do PSD (projecto de revisão constitucional, privatizações, pacote laboral e lei dos despedimentos, OE para 1988)», na conferência de imprensa foram ainda recordadas as propostas e projectos governamentais na área da agricultura que levam à concentração da propriedade e à desorganização do processo produtivo.

«Estamos pois», afirmaram, «claramente, perante um vasto, diversificado e ambicioso projecto do Governo e do PSD que visa, em todos os domínios da vida institucional, económica e social, romper com o regime democrático construído com o 25 de Abril,

alterar o seu perfil e conteúdo, reconstituir uma dinâmica capitalista e latifundiária.»

Por fim, sublinhando que o que está em causa diz respeito a todo o movimento democrático, sindical, operário, a todos os trabalhadores, democratas e progressistas, os promotores da conferência de imprensa declararam:

«Não cruzaremos os braços. Tal como temos lutado há mais de 11 anos a esta parte, iremos continuar a fazê-lo em defesa do pão, do trabalho, da paz e estabilidade no emprego, com a confiança de que, de novo frontalmente provocada, a Reforma Agrária saberá reagir e manter-se de pé.»

Nacional



Praça da Liberdade

Azevedo

o direito de tomar o futuro nas mãos

S. Pedro de Azevedo precisa de ser freguesia. Porque é toda uma zona que a Estrada da Circunvalação separou. Porque dista da sede de Campanhã 3 km. Porque tem grandes carências básicas. Porque foi discriminada. Porque os seus moradores sentem e sabem que, alegando os seus próprios órgãos autárquicos, os seus representantes, tendo os seus próprios meios financeiros e outros, sendo Freguesia, ganham um instrumento para melhorar o governo da sua «casa», da sua terra.

Azevedo precisa e pode ser freguesia, ultrapassa largamente os limites mínimos fixados na Lei n.º 11/82, tem gente trabalhadora, com coragem e capacidade para agarrar o destino nas suas próprias mãos.

Não se compreende pois que a Junta de Freguesia de Campanhã invente argumentos, procurando travar o vento de mãos abertas...

Chama «pretensio documento» a um abaixo-assinado com centenas e centenas de assinaturas, incluindo a do pároco local e diz «pensa esta autarquia que essa não é de facto a vontade maioritária dos moradores». Entretanto, em 18 meses, não mexeu uma palha para ouvir esses mesmos moradores, cuja vontade invoca.

Diz que separar Azevedo «resultaria em retirar a esta autarquia grande parte da identidade Histórico-Cultural». Como se a História e a Cultura fossem retalháveis ou adulteráveis pela criação de uma nova freguesia, como se este acto, sim, não fosse fazer história, fazer cultura, transformar a divisão administrativa, adequando-se à evolução da vida, às necessidades reais das populações.

Finalmente, duvida que «a população beneficiasse» (é típico de quem não acredita em si, não acreditar nos outros...).

Os membros do PSD e do PS que compõem a Junta de Freguesia de Campanhã estão a actuar como donos de uma propriedade de escravos, estão fora do tempo... Lamentável é que não consigam distinguir interesses partidários, mesquinhos, quando estão em causa unicamente os interesses das populações.

S. Pedro de Azevedo será Freguesia, mais cedo ou mais tarde.

E o PCP — a cuja iniciativa parlamentar se deve o projecto de Lei de 3/6/86 de criação da Freguesia de S. Pedro de Azevedo — tem a satisfação, e porque não o mérito, de uma vez mais interpretar a realidade, a vontade do povo de Azevedo.

■ B. V. B.

Encontro em Avis em defesa da Reforma Agrária

Realizou-se no passado sábado, na Casa do Povo de Avis um encontro de Solidariedade em defesa da Reforma Agrária, nele participando mais de 250 pessoas — trabalhadores das UCP's/Cooperativas, eleitos nas autarquias, trabalhadores das autarquias locais, dirigentes sindicais e outros democratas entre os quais o brigadeiro Pizarat Correia. Esteve ainda presente Luis Roque, deputado do PCP, uma delegação da Comissão Distrital de Portalegre do PCP, sendo o único partido a estar presente, apesar de terem sido convidados todos os deputados do distrito assim como os partidos fora da área do Governo.

No Encontro, todas as intervenções apontaram duas direcções fundamentais: as grandes preocupações para a Reforma Agrária e para a agricultura em geral e particularmente para o distrito de Portalegre, se o chamado pacote agrícola de Álvaro Barreto/Cavaco Silva fosse por diante (numa das intervenções afirmava-se mesmo que era um plano terrorista desenvolvido por Cavaco Silva a soldo dos interesses da CEE, contra os interesses nacionais). A outra

direcção das intervenções era a disponibilidade para a luta. As várias demonstrações de solidariedade que ali vieram foram encorajadoras para continuar e reforçar a luta em defesa da Reforma Agrária.

Nesse sentido foi impressionante o acolhimento dado às palavras do militar de Abril, conhecedor da realidade que é a Reforma Agrária. Pizarat Correia disse não trazer nada senão a sua amizade, a sua solidariedade aos homens, às mulheres, aos jovens que no dia-a-dia nos campos do Alentejo continuam a defender os seus postos de trabalho lutando e produzindo, sublinhando a importância da unidade entre todos os democratas.

A encerrar os trabalhos interveio Lino de Carvalho, dirigente da FENCA, que teceu duras críticas à política desenvolvida pelos sucessivos governos contra a Reforma Agrária, ao longo destes 12 anos de ofensiva e particularmente agora com a perspectiva deste novo pacote legislativo contra os interesses vitais das camadas que trabalham a terra, nomeadamente os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores.

Lino de Carvalho sublinhou que a FENCA está solidária com as lutas que vierem a ser desenvolvidas no distrito e que oportunamente serão apresentadas por esta organização iniciativas regionais as quais visam intensificar a luta contra a política agrícola de Cavaco Silva.

No decorrer do Encontro foi sublinhado que ao longo dos anos os governos se têm recusado ao diálogo.

Como salientou Manuel Vitorino, dirigente da Unidade de Trabalhadores de Campo Maior, «é um facto, nós devemos ao Estado 30 mil contos, queremos acertar contas porque o Estado deve-nos cerca de 80 mil contos... A UCP «29 de Julho» nada deve ao Estado, mas este deve-lhe cerca de 60 mil contos». Outros exemplos foi dando para concluir: «... Estamos dispostos a acertar contas, vamos dialogar, deixem-nos trabalhar, deixem-nos produzir para bem do nosso distrito e da nossa pátria».

Outro momento comovente foi quando uma jovem de 14 anos subiu à tribuna e afirmou: «... sou uma jovem que nasceu com Abril, trabalho na

Reforma Agrária, não sei o que foi o fascismo, mas sei o que significa viver em liberdade. Apelo aos democratas, aos patriotas que nos apoiem na nossa luta que é justa...».

O Encontro finalizou apontando algumas acções de luta para o distrito de Portalegre, entre outras:

— Campanha de esclarecimento nas UCP's/Cooperativas, aldeias e vilas dos concelhos onde existem cooperativas para ganhar os trabalhadores e as populações para a sua defesa;

— Realizar no mês de Março iniciativas em defesa da Reforma Agrária nas cidades de Elvas, Ponte de Sor e Portalegre;

— Lançar um apelo distrital assinado por personalidades da vida social, económica e política do distrito em defesa da Reforma Agrária;

— Realizar em data a definir uma jornada de luta a nível do distrito, contra o pacote agrícola.

O encontro decidiu ainda apoiar todas as lutas de massas que venham a ser desencadeadas a nível da região contra o chamado pacote de Álvaro Barreto/Cavaco Silva.

Assembleia da República

«Pacote agrícola» Governo abre guerra contra a agricultura

Ao abrigo de direitos regimentais e constitucionais que lhe assistem, o PCP recorrerá da admissibilidade dos diplomas elaborados pelo Governo e conhecidos por «pacote agrícola» logo que estes entrem na Assembleia da República, anunciou o Grupo Parlamentar comunista em conferência de imprensa no decorrer da qual foi ainda passado em revista, para além das medidas que o Executivo tem em carteira, o estado actual da nossa agricultura, designadamente à luz dos acordos estabelecidos com a CEE.

Analisando a situação desde a nossa entrada no Mercado Comum há cerca de dois anos, Rogério Brito manifestou a sua convicção de que o Governo continua a «não ter uma política agrícola nem estratégias autónomas para o desenvolvimento da nossa agricultura», limitando-se a sua actuação ao «enquadramento e aplicação dos regulamentos e programas comunitários», os quais, segundo disse ainda, estão longe de «corresponder ou de se compatibilizar com a dimensão das exigências dos interesses nacionais».

Ação negligente

Acusando o Executivo de prosseguir uma política «negligente e demissionária» contrária aos interesses do sector e do País, Rogério Brito (que se encontrava acompanhado por Álvaro Brasileiro, Ilda Figueiredo e Lino de Carvalho) afirmou que uma tal política não só conduz ao agravamento dos profundos desequilíbrios estruturais existentes como reduz na prática a escassa margem de manobra proporcionada pelo período de transição à nossa agricultura.

Decreto ofende gestão democrática dos hospitais

O Grupo Parlamentar do PCP condenou publicamente o decreto-lei que aprova o decreto-lei sobre gestão hospitalar recentemente aprovado, considerando-o ofensivo dos princípios democráticos de gestão dos hospitais por, entre outras coisas, os transformar em «empresas geridas por pessoas nomeadas e da confiança do Governo». Por este motivo, e fazendo uso de um direito, o PCP anunciou já que chamará à ratificação pela Assembleia

da República o referido decreto-lei que, de acordo com notícias de alguns jornais, foi já aprovado em Conselho de Ministros e promulgado pelo Presidente da República.

O novo diploma agora aprovado, ainda segundo informações divulgadas em órgãos da comunicação social, não difere no essencial e nos seus fundamentos do decreto de gestão apresentado na anterior Legislatura, o qual, como é sabido, foi chumbado

Deputados comunistas visitam a Moita

Prosseguindo uma prática regular de contacto e aproximação com os seus eleitores, os deputados comunistas José Manuel Maia, Apolónia Teixeira e Álvaro Amaro, eleitos pelo círculo de Setúbal, visitaram recentemente a Moita, tendo na oportunidade estabelecido encontros com diferentes sectores da vida do concelho, designadamente no plano autárquico, industrial, associativo e do ensino.

No decorrer da visita os deputados comunista participaram em reuniões com representantes dos trabalhadores e da administração da fábrica corticeira Silva e Arroja, tendo ainda contactado com trabalhadores da Fábrica Corticeira Ibérica, actualmente encerrada.

Das reuniões efectuadas

ressalta a preocupação comum pelo futuro de algumas empresas, designadamente pela falta de apoio das entidades governamentais. É o caso da fábrica Silva e Arroja neste momento em dificuldades por não lhe ter sido ainda concedido um empréstimo na ordem dos cinco mil contos de há muito solicitado com vista a renovar o seu parque de máquinas e assim viabilizar a empresa.

Os deputados comunistas participaram também em reuniões com os eleitos a tempo inteiro da Câmara Municipal da Moita e tiveram ainda ensino, de se avisar com o conselho directivo e com representantes dos estudantes da Escola Secundária da Baixa da Banheira.

Deste encontro importa sublinhar, de acordo com

Os factos assim o comprovam, bastando referir a título de exemplo o brutal agravamento da nossa balança agroalimentar que só nos primeiros sete meses de 1987 em relação a igual período de 1986 conheceu um agravamento das importações em mais de 37 milhões de contos contra uma subida das exportações de apenas dois milhões de contos.

Quanto ao crédito e financiamento às explorações agrícolas o panorama também não é animador, tendo-se registado um agravamento das distorções como o atesta o facto de apenas 0,5 por cento do total das explorações agrícolas do continente terem beneficiado ou virem a beneficiar do apoio, em relação aos primeiros 14 meses de aplicação do regulamento 797.

A estrutura desequilibrada da distribuição regional do crédito ou dos financiamentos a fundo perdido (só o Ri-



Os deputados comunistas Rogério Brito, Ilda Figueiredo, Álvaro Brasileiro e Lino de Carvalho dão a conhecer em conferência de imprensa a posição do PCP relativamente ao estado em que se encontra a nossa agricultura e ao anunciado «pacote agrícola» do Governo

batejo e Oeste e o Alentejo absorveram mais de 50 por cento do montante global dos apoios concedidos), as elevadíssimas percentagens de projectos recusados e o facto de apenas 3 por cento do total dos investimentos ser destinado às pequenas explorações agrícolas familiares, constituem outros tantos exemplos que reflectem a gravidade da situação com que a nossa agricultura se defronta.

No que diz respeito à área das infra-estruturas de transformação e comercialização de produtos agrícolas e de organização dos circuitos de mercado, a opinião da bancada comunista, é de que a orientação dos investimentos e desse mesmo mercado está a ser entregue à «lei do mais forte», sem atender a aspectos tão importantes como sejam a eficiência económica, a repartição dos rendimentos ou os custos sociais e económicos.

Reedição agravada

Mas seria em torno do pacote agrícola, nomeadamente em torno das propostas legislativas respeitantes aos baldios, emparcelamento rural, arrendamento rural, indemnizações e Reforma Agrária, que os deputados comunistas presentes na conferência de imprensa teriam as mais cerradas críticas ao Governo, considerando-as no seu conjunto uma «reedição agravada» das apresentadas na anterior legislatura.

Do que já é do domínio público, segundo informou Lino de Carvalho, pode inferir-se que a proposta referente ao arrendamento rural se traduzirá, caso venha a fazer vencimento, numa «maior dependência e insegurança para os rendeiros» e num agravamento da sua exploração, enquanto que a proposta de lei sobre baldios se propõe retirar a sua gestão e usufruto aos povos através dos respectivos compartes e a de emparcelamento rural não esconde os seus propósitos coercivos na definição e aplicação de medidas de emparcelamento visando a concentração da propriedade à custa da liquidação das pequenas explorações.

Fenido de profunda inconstitucionalidade e dirigida para a reconstituição praticamente integral do latifúndio está ainda o diploma referente à Reforma Agrária no qual se prevêem, de acordo com as informações disponíveis, a elevação da pontuação das reservas para 91 mil pontos sem limite de área, o desconto de benfeitorias, o fim dos indevisos, a legitimação das falsas doações realizadas pelos agrários no início do processo da Reforma Agrária e a reabertura de todos os processos de reservas.

«Em face das inúmeras irregularidades, ilegalidades, indicadas actos de corrupção e desrespeito aos tribunais de que o Governo e o MAP têm sido comprovada e sistematicamente acusados — concluiu Lino de Carvalho — poder-se-á dizer que o que o Governo pretende com esta nova lei é amnistiar-se a si próprio, acelerando o processo de destruição da Reforma Agrária e de reconstituição dos latifúndios».

Conflito na Carris

Um grupo de deputados comunistas apresentou na Assembleia ao abrigo de disposições constitucionais e regimentais um requerimento solicitando ao Governo uma informação sobre a sua actuação no conflito em curso na Carris, designadamente sobre se pensa ou não desbloqueá-lo «dando instrumentos mais flexíveis» à administração da empresa ou se, pelo contrário, pretende continuar a «apostar na política de confrontação social».

Do programa onstou ainda um encontro com a direcção e trabalhadores da Cooperativa de Consumo Banheirense e contactos com comissões de moradores existentes no concelho. A culminar a deslocação ao concelho da Moita realizou-se uma sessão pública com a população na Baixa da Banheira, sessão muito participada durante a qual as deputadas Odete Santos e Apolónia Teixeira foram solicitadas a responder a numerosas questões e problemas colocados pelos presentes.

Para o Grupo Parlamentar do PCP os trabalhadores «têm razão» — a sua luta é por «salários dignos», afir-

mando que a proposta referente ao arrendamento rural se traduzirá, caso venha a fazer vencimento, numa «maior dependência e insegurança para os rendeiros» e num agravamento da sua exploração, enquanto que a proposta de lei sobre baldios se propõe retirar a sua gestão e usufruto aos povos através dos respectivos compartes e a de emparcelamento rural não esconde os seus propósitos coercivos na definição e aplicação de medidas de emparcelamento visando a concentração da propriedade à custa da liquidação das pequenas explorações.

Fenido de profunda inconstitucionalidade e dirigida para a reconstituição praticamente integral do latifúndio está ainda o diploma referente à Reforma Agrária no qual se prevêem, de acordo com as informações disponíveis, a elevação da pontuação das reservas para 91 mil pontos sem limite de área, o desconto de benfeitorias, o fim dos indevisos, a legitimação das falsas doações realizadas pelos agrários no início do processo da Reforma Agrária e a reabertura de todos os processos de reservas.

«Em face das inúmeras irregularidades, ilegalidades, indicadas actos de corrupção e desrespeito aos tribunais de que o Governo e o MAP têm sido comprovada e sistematicamente acusados — concluiu Lino de Carvalho — poder-se-á dizer que o que o Governo pretende com esta nova lei é amnistiar-se a si próprio, acelerando o processo de destruição da Reforma Agrária e de reconstituição dos latifúndios».

ma — posição diversa da que têm em relação ao Governo a quem responsabilizam pela «continuação e agudização do conflito» dada a orientação intransigente e sobreceira de apresentar uma proposta salarial que, tendo em conta a taxa de inflação esperada, a produtividade e o aumento da carga fiscal se traduz numa «diminuição dos salários reais».

Acordos de defesa com os EUA

O Grupo Parlamentar do PCP propôs na passada semana em conferência de líderes parlamentares a realização urgente de uma sessão de perguntas ao Governo centrada nas questões de renegociação dos Acordos de Defesa estabelecidos com os EUA, do cumprimento das cláusulas e das contra-partidas por parte da administração norte-americana e da ampliação das facilidades

de utilização do território nacional por parte das Forças Armadas americanas (designadamente na eventual deslocação dos aviões F-16 da base espanhola de Torrejón).

De acordo com uma nota do gabinete de imprensa do Grupo Parlamentar comunista o conhecimento da posição do Executivo de Cavaco Silva sobre esta matéria ganha «redobrada importância»

Governo quer restringir propaganda política

Sem que se perceba muito bem quais as razões para a pressão que lhe deu, o Governo tem ultimamente feito chegar à Assembleia da República sucessivas propostas de lei sobre diferentes assuntos, muitas delas puras reedições de iniciativas chumbadas na anterior legislatura. É manifestamente o caso da proposta de lei apreciada em plenário sexta-feira última relativa à afixação de publicidade ou de propaganda, bem como a realização de inscrições ou de pinturas murais.

O presente diploma retoma um projecto de lei anterior do PSD — na altura acusado pela oposição de conter graves inconstitucionalidades — e o que é curioso, embora em abono da verdade isso já seja normal, é que o tenha feito sem ter levado minimamente em conta qualquer surto de gestão ou contributo anteriormente prestado pelos partidos da oposição. Ou seja, como salientou José Manuel Mendes ao definir a posição do Partido sobre esta matéria, «as más soluções persistem» e o PSD e o seu Governo posto perante uma «lucida e generalizada oposição» trata de se fechar «como ostra na defesa de

um plano que contém inulteriormente com direitos fundamentais da Constituição do País».

Acusando a iniciativa em análise de confundir propaganda política com publicidade comercial, de misturar realidades que são distintas e de seguir caminhos e «usar pseudo-argumentos tortuosos», José Manuel Mendes salientou da tribuna que «ninguém defende a liberdade de pichar os Jerónimos, arrasar a janela manuelina do Convento de Tomar com um brioso cartaz, tapar a porta de entrada da moradia de Cavaco Silva com uma malha de garridos colantes que gritem: viva o pro-

fessor Freitas do Amaral».

A questão é, com efeito, outra bem diferente. O que está em causa é o exercício da livre expressão e divulgação do pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, preceito constitucional que só pode ser sujeito a restrições no caso de eventual colisão de interesses e normas.

Nem sequer o argumento aduzido pelo PSD de que se trata apenas de criar um mecanismo regulador «passível de elaboração pelo legislador ordinário e pelos órgãos da administração local», colhe qualquer apoio nas restantes bancadas. É que, «nesta lógica falsificadora», como disse o deputado comunista, «se iludem aspectos de grande relevância», a saber: primeiro, não tem natureza regulamentar um corpo de preceitos que se mova na área dos direitos, liberdades e garantias, por forma a prescrever limitações indebitas; segundo, só a lei poderá restringir tais direitos; tercei-

ro, qualquer delegação de competências nas Câmaras Municipais é inteiramente vedada quanto à produção de normativos inovatórios.

Está-se, pois, em presença de um diploma, como frisou, que «instaura a censura prévia ao conferir amplos poderes de regulamentação às autarquias». Ao controlar e manipular órgãos de comunicação social do sector público com destaque para a televisão e dispor de apoio claro da maioria dos privados, ao Governo pouco importa que o direito inalienável de propaganda ficare reduzido a espaços limitados, a placards sujeitos ao arbítrio de actos administrativos concretos.

«O PSD tem em mira — alertou José Manuel Mendes — as inscrições murais, as pichagens, os cartazes, tanto de índole comercial como político. Usa um bacamarte parlamentar para obter via legislação, a pulverização de importantes instrumentos de intervenção política».

Aumento das custas judiciais é denegação da Justiça

Os elevados aumentos das custas judiciais recentemente introduzidos por decreto governamental — medida que tem suscitado generalizada iniquetação entre agentes e utentes do sistema judiciário e que é encarada como mais um obstáculo no acesso ao direito — foram objecto de um voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP no qual se exprime a necessidade de uma «urgente ponderação» quanto às consequências de tais aumentos que poderão comprometer «os caminhos da democratização da Justiça» no nosso País, tal como preceitua o artigo 20.º da Constituição da República.

O texto do voto — que acolheu o apoio de todos os grupos e agrupamentos parlamentares à excepção do PSD — sublinha a gravidade da situação decorrente das alterações provocadas, recordando a propósito alguns excessivos aumentos introduzidos nos preparos até ao julgamento, como é o caso de um processo de divórcio que sofre um vertiginoso agravamento que poderá ultrapassar os 400 por cento, atingindo valores que pas-

sam de 17 990\$00 para 74 000\$00.

Entre outros exemplos que podem ser citados, e a que nos referimos já nas páginas do «Avante!», está também a acção de impugnação de despedimento ilegal que poderá implicar agora um dispendio mínimo de 15 000\$00 quando até aqui não ultrapassava os 4370\$00, a intervenção como assistente das vítimas de difamação, injúria, ofensas corporais e outros crimes deixa de custar 4000\$00 para passar a 18 900\$00 ou ainda os recursos para a Relação e para o Supremo Tribunal de Justiça que registam agravamentos de 2160\$00 e 5100\$00, respectivamente, para 15 600\$00 e 37 000\$00.

Na opinião dos deputados comunistas, partilhada por todas as restantes bancadas da oposição, o regime agora estabelecido associado à subida desproporcionada das alçadas, às limitações sérias em matéria de recursos para os Tribunais Superiores, às tributações agravadas dos serviços jurídicos, constitui assim «um rude factor de denegação da Justiça».

Na declaração de voto que

preferiu em nome da sua bancada, a deputada comunista Odete Santos salientou ainda a este propósito que o Governo «veda o acesso à Justiça e aos Tribunais aos cidadãos pobres e mesmo a muitos cidadãos das classes médias», diminuindo deste modo o volume processual nos tribunais para mais tarde vir afirmar que «resolveu a crise dos Tribunais». «É evidente que perante isto — concluiu — o acesso ao Direito é letra morta».

António Mota, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, associou-se numa breve declaração à homenagem afirmando nomeadamente que os «éxitos alcançados não prestam só o futebol Clube do Porto, o Norte, mas fundamentalmente o nosso País e o futebol português».

Vivó Porto

Também os magníficos re-

sultados obtidos pelo Futebol Clube do Porto em competições internacionais foram alvo de um voto de congratulação proposto pela bancada do partido que apoia o Governo, tendo merecido o apoio unânime de toda a Câmara.

António Mota, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, associou-se numa breve declaração à homenagem afirmando nomeadamente que os «éxitos alcançados não prestam só o futebol Clube do Porto, o Norte, mas fundamentalmente o nosso País e o futebol português».

A sensibilidade de um ex-maoísta ou um secreto amor pelos lobbies

Quebrando a mornidão que caracteriza certos períodos do funcionamento em plenário, sem que ninguém o espere, por vezes, dá-se uma erupção que sacode a Câmara, centrando sobre si a atenção da totalidade dos deputados, jornalistas e público (se o há) presente nas galerias.

Faz amanhã oito dias, assim aconteceu. Na origem uma intervenção emplorada do ex-maoísta Pacheco Pereira, hoje deputado com assento na bancada do PSD, manifestando inquietações e múltiplos desgastados pelo aproveitamento alegadamente indevido de um seu artigo sobre os lobbies por parte do deputado comunista José Magalhães.

A resposta à farronca não se fez esperar, proporcionando momentos que o leitor, pelas palavras que transcrevemos a seguir, poderá imaginar: «O sr. deputado trelé; o sr. deputado é um nenúfar, tem uma sensibilidade de orquídea, no sr. deputado não se toca nem com um "pilim", pois tem uma sensibilidade de menino de colégio. Gostava de perguntar se algum leitor normal, que não pertença a um convento na serra da Estrela, ao ler aquilo que eu disse face ao sr. deputado Correia Afonso, não o interpreta normalissimamente». O sr. depu-

Comunicação Social do Estado Privatizações sem transparência

O plenário prossegue hoje a discussão da proposta de lei (n.º 16/V) que prevê a alienação das participações ou bens e instalações detidas pelo Estado em empresas de comunicação social. Mais prosaicamente, do que se trata é do abrir de portas ao leilão e consequente destruição do sector público da comunicação social, intento inconstitucional que o Governo não desiste de levar por diante. A matéria fora já objecto de debate num passado recente quando o PCP tomou a iniciativa de impugnar o presente diploma, diligência que todavia acabou por não surtir efeito devido naturalmente ao peso numérico da bancada que sustenta o partido do Governo. Mas se a impugnação chumbou, o debate então suscitado permitiu no entanto clarificar de forma ineludível as posições em presença e esclarecer e alertar a opinião pública para aspectos graves que perpassam esta iniciativa do Governo de Cavaco Silva.

Tendo como pano de fundo a reedição de uma campanha de detracção acolhida com entusiasmo apenas por certos grupos de interesses, o leilão que o Executivo se apresta a executar apresenta-se assim como claramente inconstitucional para além de continuar envolto num secretismo que de resto o secretário de Estado não só desfez como agravou.

Entre os argumentos que têm sido invocados encontra-se o de que o sector público da comunicação social seria reductor da liberdade de informação. Acontece, porém, que a questão é manifestamente falsa — como se sabe não há qualquer limitação constitucional à criação de jornais —, sendo portanto outros os objectivos que fazem correr o Governo. Quais?

Pelo que se conhece, afirmam-se três: em primeiro lugar, liquidar o sector público e as garantias a ele inerentes; em segundo, utilizar em proveito próprio as instalações, os equipamentos, os trabalhadores (em número reduzido como o Governo espera com a aprovação do pacote laboral); e, por último, conseguir espaços de penetração ideológica mais uma vez à custa do inegável prestígio de que goza a general-

idade dos jornais públicos.

E também não colhe a afirmação proferida por governantes e deputados do PSD de que com a destruição do sector público o Governo perderia «instrumentos de intervenção». A este respeito importa não esquecer que o Governo continuará com a TV e a Rádio na mão sem esquecer que em relação à imprensa embora se destaque dela continuará sem dúvida a colher-lhe os benefícios em privado.

Alvo de críticas é ainda a forma como o Governo se propôs suprimir os impedimentos hoje existentes para alcançar os seus objectivos. Com efeito, recorde-se, o Executivo propõe-se abolir o parecer obrigatório do Conselho de Comunicação Social, criar condições mais favoráveis à aquisição por entidades privadas e ulterior alienação com vista à concentração de empresas, e ainda fazer decair das exigências constantes da lei em vigor quanto à salvaguarda, de uma participação maioritária do sector público no caso de alienação de fracções do capital de empresas públicas de comunicação social.

Revelador da manifesta inconstitucionalidade em que incorre o Governo constitui ainda, por outro lado, a sua pretensão de que a Assembleia da República o autorize a, entre outras coisas, eliminar todas as referências ao enquadramento constitucional das alienações de empresas que hajam sido nacionalizadas, viabilizar a sua alienação total ou parcial e tornar possível a alienação total ou parcial de títulos.

Argumento sustentado pela bancada do PSD que também não resistiu às críticas da oposição foi o de que seria injusto o valor de 70 por cento do montante do salário mínimo nacional previsto na actual lei, se comparado com a situação dos pensionistas do regime não contributivo da segurança social. «Não é o subsídio previsto na lei que é elevado — asseverou Álvaro Amaro — a pensão atribuída nesse regime é que é manifestamente reduzida e nisso as responsabilidades também são do Governo PSD».

Argumento sustentado pela bancada do PSD que também não resistiu às críticas da oposição foi o de que seria injusto o valor de 70 por cento do montante do salário mínimo nacional previsto na actual lei, se comparado com a situação dos pensionistas do regime não contributivo da segurança social. «Não é o subsídio previsto na lei que é elevado — asseverou Álvaro Amaro — a pensão atribuída nesse regime é que é manifestamente reduzida e nisso as responsabilidades também são do Governo PSD».

Materia que ocupou boa parte dos trabalhos de terça-feira foi também a proposta de lei do Governo que institui, no âmbito do regime não contributivo da Segurança Social, para os jovens à procura do primeiro emprego uma prestação pecuniária designada por «subsídio de inserção dos jovens na vida activa».

Condenada pela totalidade dos partidos da oposição esta proposta vem instituir um subsídio de 8600\$00 aos jovens naquelas condições, montante substancialmente inferior aos cerca de 19 000\$00 previstos na lei ainda em vigor aprovada na

anterior legislatura, lei esta que no entanto o Governo — em mais um gesto de rebeldia institucional — se tem recusado a cumprir.

Para isto mesmo chamou a atenção o jovem deputado comunista Álvaro Amaro ao classificar a atitude do Governo de «prepotente», de frustrante para as expectativas dos jovens portugueses que estão desempregados e à procura do primeiro emprego e tanto mais grave quanto existia uma verba inscrita para este fim no valor de 750 mil contos no Orçamento do Estado do ano que passou.

Do ponto de vista da bancada comunista a proposta de lei agora aprovada para além de reduzir espectacularmente o montante a atribuir — facto que põe em causa os objectivos de apoio aos jovens para que afinal a lei em vigor foi criada — dificulta extraordinariamente as condições de acesso ao subsídio. Com efeito, de acordo com o novo diploma, a obrigatoriedade de inscrição no centro de emprego passa de três meses (na actual lei) para seis meses, passa a ser também obrigatório a conclusão com aproveitamento do 9.º ano do curso unificado, de um curso de aprendizagem ou formação profissional, ou então a não inscrição há mais de dois anos em qualquer estabelecimento de ensino oficial ou particular.

Mas, mais grave ainda, como salientou Álvaro Amaro, é a determinação que faz depender a inscrição do candidato no centro de emprego da conclusão do 9.º ano, do curso de aprendizagem ou de «formação profissional». Ou seja, com esta imposição, sublinhou, «não é só o pagamento do subsídio que fica em perigo mas as próprias condições de inscrição nos centros de emprego que são agravadas, ao arripiar da própria legislação em vigor sobre o assunto».

Argumento sustentado pela bancada do PSD que também não resistiu às críticas da oposição foi o de que seria injusto o valor de 70 por cento do montante do salário mínimo nacional previsto na actual lei, se comparado com a situação dos pensionistas do regime não contributivo da segurança social. «Não é o subsídio previsto na lei que é elevado — asseverou Álvaro Amaro — a pensão atribuída nesse regime é que é manifestamente reduzida e nisso as responsabilidades também são do Governo PSD».

Materia que ocupou boa parte dos trabalhos de terça-feira foi também a proposta de lei do Governo que institui, no âmbito do regime não contributivo da Segurança Social, para os jovens à procura do primeiro emprego uma prestação pecuniária designada por «subsídio de inserção dos jovens na vida activa».

Condenada pela totalidade dos partidos da oposição esta proposta vem instituir um subsídio de 8600\$00 aos jovens naquelas condições, montante substancialmente inferior aos cerca de 19 000\$00 previstos na lei ainda em vigor aprovada na

anterior legislatura, lei esta que no entanto o Governo — em mais um gesto de rebeldia institucional — se tem recusado a cumprir.

PCP

Álvaro Cunhal amanhã em Coimbra e em Seia, no sábado

Encontro de militantes do distrito da Guarda

A actual situação política e social, a preparação do XII Congresso e a actividade do Partido na região contam-se entre os temas a abordar no encontro de militantes comunistas do distrito da Guarda, marcado para o próximo sábado, dia 30, em Seia (ver **Agenda**).

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, que nesse dia participará num diversificado programa naquela vila serrana, também estará presente neste encontro de âmbito distrital, que tem como lema «o PCP na defesa da democracia».

A iniciativa registará experiências e intervenções alusivas aos 14 concelhos deste distrito.

Depois de um encontro com a Comunicação Social nas instalações do renovado Centro de Trabalho do Partido (11 horas), Álvaro Cunhal participará na inauguração pública deste CT, reconstruído de acordo com as justas preocupações de salvaguarda de um edifício considerado elemento do património arquitectónico e histórico local.

À tarde, após o encontro a que já nos referimos, o secretário-geral do PCP estará presente no convívio promovido pela organização do Partido no Centro de Trabalho.

Em Condeixa, Souselas e Coimbra

Entretanto, amanhã, o secretário-geral do Partido estará no distrito de Coimbra para um pro-



Militantes comunistas de todos os concelhos do distrito da Guarda estarão em Seia no próximo sábado para um debate de especial significado no âmbito do trabalho do Partido neste distrito serrano

grama que inclui às 17 horas visita e contacto com os trabalhadores da Cooperativa Operária de Produção Cerâmica «Estrela de Conímbriga», em Condeixa-a-Nova; depois, às 19.30 h, jantar-convívio na Casa do Povo da Marmeleira (Souselas) e, já na cidade de Coimbra, o camarada Álvaro Cunhal intervirá numa sessão de esclarecimento promovida pela Comissão Distrital do Partido, no Teatro Avenida.

PCP solidário com trabalhadores

Despedimentos em S. Miguel (Açores)

O PCP declara-se solidário com todos os trabalhadores dispostos a lutar pelos seus direitos e pela defesa dos postos de trabalho, pela salvaguarda do sector público regional, contra o novo pacote laboral do Governo Cavaco, pela criação de condições para a alteração da política económica ruínosa a que o actual Governo do PSD está a conduzir os Açores, reforçada com a adesão à CEE.

Esta uma das passagens da recente nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social pela Comissão de Ilha de S. Miguel, do PCP, na Região Autónoma dos Açores. Nesse documento os comunistas micalenses assinalam assim um conjunto significativo de exemplos que ilustram a ofensiva contra a estabilidade do emprego e os justos direitos de quem trabalha:

- Nos serviços municipalizados de Ponta Delgada, por não respeitar compromissos financeiros assumidos pela Câmara Municipal e pelo Governo Regional, respeitantes a diversas obras de saneamento básico e escoamento de águas, importantes para o concelho de P. Delgada, as obras pararam e mais de 120 trabalhadores, alguns com vários contratos renovados, foram despedidos no fim do ano sem quaisquer garantias de reintegração a curto prazo. O Governo Regional, garantindo no Plano para 88 uma verba extraordinária de 500 000 contos para obras de saneamento básico no concelho de P. Delgada, não é capaz de pagar agora as suas dívidas (em valores aliás muito inferiores) aos serviços municipalizados. A Câmara, aprovando um Orçamento de mais de 800 000 contos para 88 e fazendo transitar um saldo considerável de 87 para 88, nega-se a dotar com verbas já definidas os serviços municipalizados. Obras importantes como as que estava a fazer em St.ª Clara, nos Arrifes e outras, ficam desta forma paradas, com evidente prejuízo para as populações. E os trabalhadores ficam no desemprego. A representação da CDU na Assembleia Municipal de P. Delgada e o PCP, através dos meios ao seu alcance, tudo farão para que a justiça seja reposta no presente caso e denuncia o mais descarado desprezo com que os cidadãos e os trabalhadores

estão a ser tratados pelo Governo Regional e pela Câmara Municipal de P. Delgada;

- A fábrica de Confeccções do Livramento, tão propagandeada como modelo de apoio ao 1.º emprego para a juventude, onde o Governo investiu cerca de 60% dos salários, já fechou na prática as suas portas deixando várias dezenas de açorianos sem trabalho, sem direitos de qualquer espécie e com salários em atraso. Entretanto, um dos dois sócios da firma, pura e simplesmente embarcou para os Estados Unidos...

- A Fábrica de Confeccções da Ribeira Seca, da Ribeira Grande, despediu cerca de 40 trabalhadores;

- A «SAME e FORD» em Ponta Delgada, com o processo em tribunal, foi à falência, tendo o seu patrão saído para o continente, deixando na rua mais de uma dezena de trabalhadores que igualmente ficaram sem quaisquer direitos ou compensações, alguns deles com mais de 11 anos de casa;

- Centenas de tarefeiros da Função Pública viram até à data recusados os subsídios de Natal, entretanto os directores-gerais vão ser aumentados mais de 60 contos por mês;

- As falências de diversas empresas começam a crescer em número preocupante. Algumas, como a Sinaga, já se encontram em situação difícil, e os únicos e principais prejudicados estão a ser os trabalhadores e não os seus responsáveis. A economia regional estagna e regride, mas, como resposta, apenas se vê, da parte do Governo Regional a vontade (ilegal, aliás) de alienar a qualquer preço diversas empresas públicas regionais e de fazer publicar também na Região com rapidez um novo pacote laboral, com a liberalização dos despedimentos...

Almada

Um encontro sobre a emancipação da mulher promovido pela Concelhia de Almada e um plenário da organização do Laranjeiro contam-se entre as múltiplas iniciativas preparatórias da 5.ª Assembleia da organização concelhia de Almada, que decorrerá no fim-de-semana de 12 e 13 de Março.

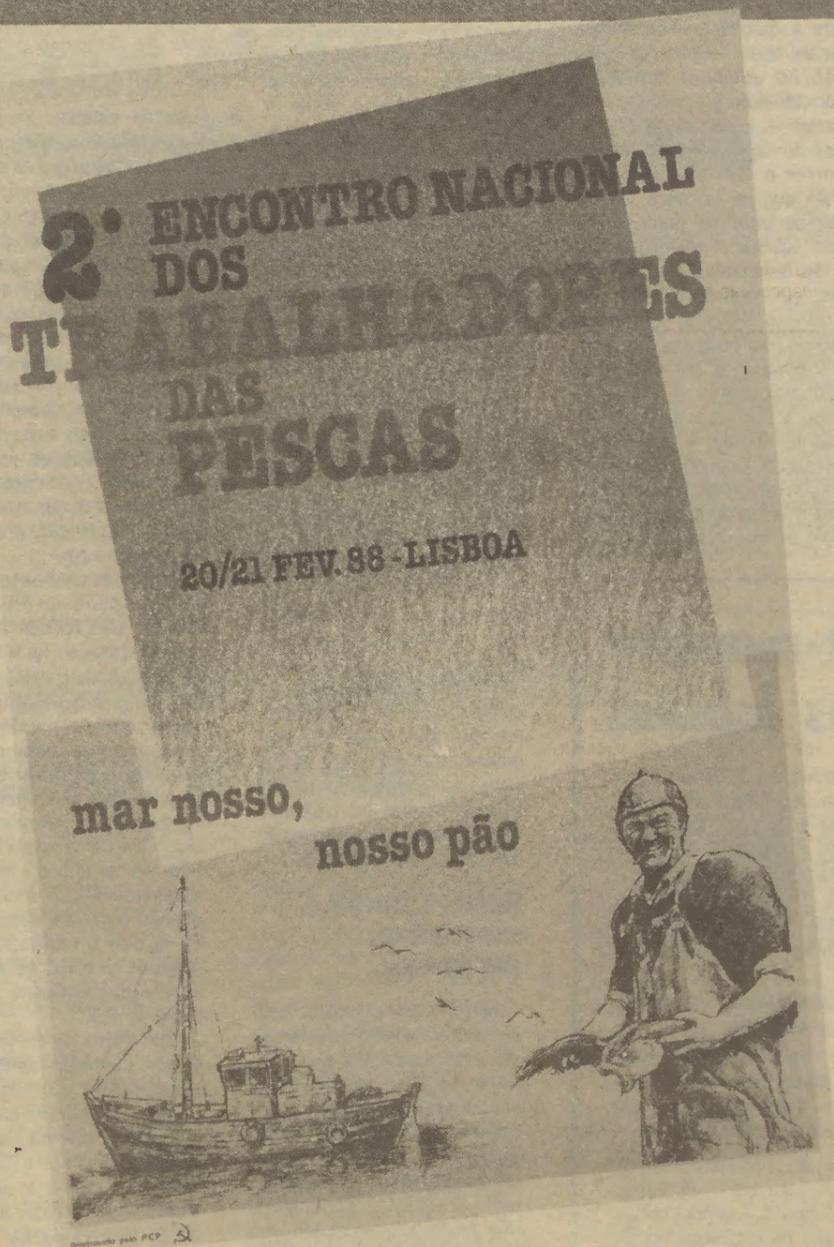
O encontro sobre a mulher terá lugar na Incrível Almada no sábado, a partir das 15 horas. «No debate participa a camarada Odete Santos, deputada na Assembleia da República».

O plenário do Laranjeiro está marcado para amanhã (sexta-feira), às 21 e 30 horas no Centro de Trabalho daquela freguesia. Da ordem de trabalhos consta um ponto de informações, destacando-se a Assembleia da Organização Concelhia e um outro sobre a situação política e social. Nesta iniciativa, em que participará o deputado comunista Rogério de Brito, serão também entregues os cartões do Partido para o biénio 1988/89.

Setúbal

«Para valorizar Setúbal» é o lema da iniciativa que a Comissão Concelhia do PCP leva a efeito amanhã à noite na capital do Sado. Trata-se de um convívio, que inclui jantar, e que tem como objectivo a angariação de fundos para o novo Centro de Tabalo do PCP, na Av. 5 de Outubro.

Neste jantar-convívio haverá intervenções do camarada Blanqui Teixeira, da Comissão Política do PCP e do camarada Fernando António Baptista Pereira sobre o enquadramento arquitectónico deste novo edifício no centro histórico da cidade. Elementos do TAS e Ana Duarte serão ainda outros animadores da iniciativa, que decorrerá num restaurante de Setúbal.



Está a decorrer a fase preparatória do 2.º Encontro Nacional dos Trabalhadores das Pescas, iniciativa do Partido Comunista Português que decorrerá em Lisboa no fim-de-semana de 20 a 21 de Fevereiro próximo. O encontro, que reunirá na capital militantes comunistas e outros convidados oriundos dos principais centros e sectores piscatórios do País, tem como lema «Mar nosso, nosso Pão». Em próxima edição contamos dar aos nossos leitores uma informação pormenorizada desta iniciativa, que está a suscitar vivo interesse e que mobilizará, como já aconteceu no 1.º Encontro, uma participação dinâmica e especializada



Temas da actualidade regional e nacional estiveram em foco na recente reunião plenária da DORAA do PCP, realizada em Ponta Delgada, S. Miguel. Presente nos trabalhos o camarada José Decq Mota, suplente do CC e responsável da DORAA

PCP

Distrito de Santarém

O trabalho nas autarquias

— um dos temas abordados em profundidade no encontro de Alpiarça

As responsabilidades, o trabalho, as perspectivas e orientações dos militantes comunistas nas empresas e no movimento sindical unitário, no Poder Local democrático e na esfera juvenil foram profundamente abordadas pelos comunistas de Santarém, num encontro distrital de quadros realizado no último domingo em Alpiarça. A actualidade e o significado das conclusões a que a reunião chegou devem merecer uma atenção especial. Pela nossa parte contamos dar na próxima semana um apontamento pormenorizado, extraído da rica documentação deste encontro que decorreu com o lema «o Partido e o trabalho das massas». Para já, deixamos aos nossos leitores, e especialmente aos camaradas da Organização Regional de Santarém, um apanhado das principais direcções definidas pelo encontro para «melhorar e reforçar a nossa intervenção», tendo em conta que estão para breve eleições autárquicas.

- Lançar uma campanha de afirmação da CDU, como legítima herdeira do trabalho realizado pela ex-APU, através de iniciativas e da informação às populações, dando força ao lema que tem caracterizado a nossa intervenção: «Trabalho, Honestidade e Competência»;
- Criar Comissões Coordenadoras CDU nos concelhos e freguesias onde seja possível;
- Lançar uma campanha de valorização do trabalho

realizado nas autarquias de maioria CDU, assim como pelos nossos eleitos nas diversas situações de minoria;

- Dinamizar e procurar alargar a expressão unitária da CDU, para além do Partido «Os Verdes» e da Intervenção Democrática, a outros democratas independentes que se identifiquem com os objectivos da coligação;
- Melhorar a informação às populações a nível do PCP e CDU, utilizando formas diversas tais como: informação escrita e audiovisual, comu-

nicação social, regional e nacional e intensificando o contacto directo dos eleitos com as populações, através de visitas, sessões e plenários;

- Promover um Encontro Distrital no último trimestre de 1988 com o objectivo de avaliar o trabalho realizado e aprofundar e definir mais rigorosamente o trabalho a desenvolver;
- Promover reuniões e encontros concelhios para definir concretamente os objectivos e medidas a tomar em cada concelho.

Objectivos

Quer nos órgãos onde estamos em maioria, quer onde estamos em minoria, impõe-se que sejam bem analisados todos os erros, dificuldades e insuficiências verificadas no nosso trabalho e tomadas as medidas necessárias à sua superação.

Nas autarquias em que estamos em maioria, a nossa actividade deve ser norteada pelos seguintes objectivos:

- Procurar solucionar as pequenas obras e acabamentos, dar mais atenção aos espaços verdes e mobi-

liário urbano, à higiene e limpeza e a muitos outros pequenos problemas por vezes mais sentidos pelas populações;

- Procurar melhorar a informação, o atendimento das populações e a eficácia dos serviços;
- Procurar melhorar a resposta a problemas específicos de certas camadas da população, nomeadamente **Juventude, Mulheres e Reformados**;
- Procurar intensificar e melhorar a descentralização em competências e meios para as freguesias e sua responsabilização;
- Reforçar a cooperação intermunicipal, em áreas diversas, rentabilizando melhor os meios das autarquias no interesse das populações respectivas;
- Procurar melhorar as condições de trabalho e valorização profissional dos trabalhadores das autarquias.

Nas autarquias em que estamos em minoria a nossa actividade deve ser norteada pelos seguintes objectivos:

- Defender um funcionamento democráticos dos órgãos nos termos da legislação do Poder Local e do seu efectivo cumprimento;
- Denunciar as medidas antipopulares e antidemocráticas tomadas pela força das respectivas maiorias;



Camaradas oriundos de todos os concelhos do distrito de Santarém encontraram-se em Alpiarça num encontro de quadros em que foram definidas importantes linhas de trabalho do Partido, nomeadamente nas áreas do Poder Local, movimento sindical e juventude. Das conclusões desta iniciativa da ORSA, avançamos hoje um primeiro apontamento dedicado às orientações aprovadas quanto ao trabalho autárquico

- Valorizar no caso das CMs, a acção desenvolvida pelo vereador ou vereadores da CDU no âmbito dos respectivos pelouros e no trabalho geral das Câmaras;
- Procurar ligar a acção dos eleitos às aspirações das populações e acompa-

nhar as suas lutas por melhores condições de vida.

Nas diversas situações de trabalho em maioria e minoria deverão ser tidos em conta os objectivos gerais traçados, sem prejuízo de definição concreta em cada concelho e freguesia.

Três bairros

Proposta uma nova freguesia no Montijo

Por iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português deu entrada, na passada semana, na Mesa da Assembleia da República, um projecto-lei para a criação de uma nova freguesia no concelho do Montijo, abrangendo os Bairros do Afonsoeiro, Alto das Vinhas Grandes e Bela Vista (Três Bairros).

O PCP retoma assim um aspecto do programa eleitoral da APU, de Dezembro de 1986, que colocava ainda

como perspectiva a instalação de uma delegação da Junta de Freguesia naquela mesma zona, enquanto a nova freguesia não fosse criada.

Desde projecto do Grupo Parlamentar do PCP foi entretanto dada a conhecer a intenção, com o devido tempo, aos órgãos autárquicos do concelho que, segundo a lei, deverão obrigatoriamente emitir parecer, ou seja Câmara e Assembleia Municipal e a Assembleia e Junta de

Freguesia de Montijo.

No entender da Comissão Concelhia de Montijo do PCP, a iniciativa agora em curso corresponde objectivamente à necessidade de reforçar a participação popular na condução de áreas do poder dignificadas com o 25 de Abril e melhorar a resposta aos anseios, interesses e reivindicações das populações. Desde logo está igualmente convicta de que não deixará de se manifestar a unanimidade sobre esta matéria, tanto mais que no actual contexto político ela exprimirá a inabalável vontade de prosseguir a defesa do regime democrático.

De modo a chamar o mais rapidamente possível os habitantes daqueles três bairros à discussão pública do projecto-lei do PCP sobre a criação da nova freguesia, a Comissão Concelhia de Montijo do PCP promoveu um debate no passado domingo, dia 24, na Sociedade Recreativa do Afonsoeiro, no qual participou Odete Santos, deputada do PCP eleita pelo círculo eleitoral de Setúbal.

Odete Santos abordou ainda as incidências da revisão constitucional nas áreas do Poder Local, seriamente ameaçada pelos objectivos de subversão do regime por parte do PSD.

«Até sexta-feira, no CT»

Uma iniciativa interessante na Póvoa de Varzim

«Até sexta-feira, no Centro de Trabalho».

Este o lema de um ciclo de iniciativas de carácter político, cultural e de convívio que a comissão de sede do CT da Póvoa de Varzim tem vindo a realizar de forma regular e que tem envolvido algumas dezenas de camaradas.

Foram já temas para colóquios, a propósito da exibição de filmes e outros mate-

riais, a Revolução de Outubro e uma evocação da Fuga de Peniche.

Entretanto, outras actividades estão planificadas para os próximos meses. Em Fevereiro estarão em debate com eleitos da CDU questões relacionadas com os planos de urbanização para o concelho. No dia 20 do mesmo mês, comemorando mais um aniversário do Avante!, decorrerá um coló-

quio subordinado ao tema «a Imprensa do Partido». Os camaradas da Póvoa estão a programar para essa altura uma acção de rua para divulgação e venda do nosso jornal e de «O Militante» (sem dúvida, um bom exemplo para todo o Partido...).

O aniversário do PCP e o Dia Internacional da Mulher são também temas em agenda mas para Março.

MADEIRA

2.ª Assembleia em 17 de Abril

Está já marcada a data da 2.ª Assembleia da Organização do Partido na Região Autónoma da Madeira: 17 de Abril próximo.

No próximo sábado já decorrerá no Centro de Trabalho do Funchal uma iniciativa integrada na actividade preparatória da Assembleia. Trata-se de um encontro concelhio de militantes, em que também será abordada a actualidade política nacional e regional. Igualmente em foco estarão questões relacionadas com o trabalho do Partido, incluindo as tarefas de reforço e melhoramento da acção organizativa.

Entretanto, no próximo dia 2 de Fevereiro, a partir das 18.30 h, decorrerá na capital da Madeira uma reunião de quadros do Partido sobre informação e propaganda. O camarada Vítor Neto, membro do Comité Central, participa nesta iniciativa.

V. Nova de Gaia

5.ª Assembleia em Avintes

A análise da situação política, o aprofundamento dos problemas locais mais sentidos e o reforço do trabalho do Partido na freguesia foram pontos salientes do debate realizado na tarde do último sábado, no decurso da 5.ª Assembleia da organização de Avintes, no concelho de Vila Nova de Gaia.

Uma panorâmica do trabalho desenvolvido pela Junta

de Freguesia, tendo em conta a situação criada pela sua composição actual — apenas o Presidente é da CDU — e as principais propostas de acção até ao final do mandato, a par da necessidade do reforço do trabalho colectivo e da intervenção dos comunistas para a resolução dos problemas locais, foram temas destacados na discussão possibilitada pela As-

sembleia dos comunistas de Avintes.

A composição de um colectivo dirigente para a organização, a edição regular de um boletim informativo dirigido à população e a busca de soluções para resolver as dificuldades criadas pela não existência de um Centro de Trabalho do PCP na freguesia foram decisões tomadas pela Assembleia.

PCP



Em Vila Franca de Xira a sala da Casa do Povo foi pequena para acolher, na passada sexta-feira, os interessados na sessão com Álvaro Cunhal. Que a coisa esteve mesmo animada prova-o a hora a que terminou a iniciativa: quase 1 hora da manhã!



A entrega dos novos cartões do Partido para o biénio 1988/1989 foi um dos momentos do convívio da Função Pública no CT de Alfama em Lisboa. Também aqui a mesma nota de interesse e de vivacidade no debate, com os militantes comunistas a exprimirem abertamente as suas ideias e as suas opiniões



Debates animados com Álvaro Cunhal

Convívio da Função Pública em Alfama e sessão em Vila Franca de Xira

O debate animado, o vivo interesse dos participantes e o ambiente de franqueza e de profunda ligação ao Partido foram notas salientes e comuns em duas iniciativas do PCP que registaram a participação do camarada Álvaro Cunhal, no fim da última semana.

Assim aconteceu no Centro de Trabalho de Alfama, durante o convívio do organismo da Função Pública de Lisboa e em Vila Franca de Xira, numa concorrida sessão pública realizada na Casa do Povo.

Nesta última iniciativa, efectuada na sexta-feira à noite, o debate prolongou-se até cerca de uma hora. Depois de uma intervenção inicial do secretário-geral do PCP, o microfone passou de mão em mão em «duas voltas». Críticas e propostas de trabalho para a actuação do Partido, opiniões, sugges-

tões e levantamento de problemas sucederam-se numa atmosfera de vivacidade e interesse.

Presentes na mesa que dirigiu a sessão camaradas da organização concelhia de Vila Franca.

No CT de Alfama, o convívio realizado no sábado reuniu muitos camaradas da Função Pública de Lisboa. Para além de Álvaro Cunhal, diversos camaradas avançaram as suas opiniões, tendo sobressaído do debate a ideia, plenamente confirmada no quotidiano, que a livre expressão de opiniões por parte de todos os militantes é um direito que está assegurado no Partido. E mais: onde isso eventualmente não aconteça deverá intervir-se de forma dinâmica.

Durante a jornada de convívio de Alfama foram entregues os novos cartões do Partido para o biénio de 1988/89.

Juventude

Encontro concelhio em Alenquer

A acção do Partido nas frentes de trabalho autárquico, camponês, nas empresas e junto da juventude e ainda a política financeira e os fundos serão temas em debate no próximo domingo, dia 31, em Alenquer, no encontro concelhio de quadros convocado para discutir a aplicação das conclusões do grande encontro da Organização Regional de Lisboa

(ORL) de 7 e 8 de Novembro na «Voz do Operário».

A iniciativa de Alenquer, aguardada com vivo interesse na organização concelhia, contará com a presença do camarada José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP. Os trabalhos iniciam-se às 14.30 h no salão nobre da Câmara Municipal.

JCP em acção

Encontro regional em Braga assembleia distrital no Porto

Duas iniciativas de envergadura estão a mobilizar no Norte as organizações da JCP. No próximo domingo decorrerá em Braga o II Encontro de Jovens Comunistas do Minho. No Porto prossegue a actividade preparatória da 1.ª Assembleia Distrital da JCP, marcada para 8 de Fevereiro, sob o lema «o futuro é nosso».

Vamos por partes. A iniciativa de Braga, aberta a todos os jovens interessados, terá lugar na Escola Secundária Carlos Amarante, sob o lema «viver e participar para transformar». O encontro começa às 10 horas. Das 11 às 12 e 30 horas, funcionarão secções temáticas. Depois do almoço, entre as 14 e as 15 horas, as sessões continuam a trabalhar. Entre as 15 e as 16 horas haverá sessão plenária. Conferência de imprensa e espectáculo ao vivo com os «Pop dell'Arte» completam o programa.

São temas para o debate: o insucesso escolar, o acesso ao ensino superior, o funcionamento das instalações escolares, a falta de saídas

profissionais para os jovens que terminam cursos superiores e de formação profissional, o desemprego e o não cumprimento da lei de atribuição do subsídio de desemprego aos jovens candidatos ao primeiro emprego, a exploração da mão-de-obra infantil e juvenil, a precariedade do trabalho, o pacote laboral do Governo e a juventude, o não cumprimento do Estatuto de Trabalhador-Estudante, a falta de habitação para os jovens, a ocupação dos tempos livres e a política do FAOJ, a actividade das Associações de Estudantes do Ensino Secundário e Superior, a imprensa associativa estudantil, o movimento da juventude trabalhadora, o movimento dos trabalhado-

res-estudantes, as associações culturais, recreativas e desportivas, o movimento em defesa da paz, a imprensa regional e local, os jovens que frequentam cursos de formação profissional e programas OTJ, as cooperativas juvenis, etc.

O espectáculo musical que se realiza às 16 e 30 horas no ginásio da escola tem entrada livre. O encontro contará com a presença de Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, assim como de vários membros da direcção nacional da JCP.

Entretanto, no distrito do Porto está em discussão nas organizações da JCP o projecto de resolução da 1.ª Assembleia. O documento aborda os principais problemas da juventude do distrito, tanto na área do ensino como na esfera profissional. Questões do movimento juvenil e a acção da JCP são outros temas em foco no projecto.

Encontro de militantes na Covilhã

• Participação de A. Cunhal

«O PCP na defesa da democracia» — subordinado a este lema, vai realizar-se no próximo domingo na Covilhã um encontro de militantes do Partido, cujo início está marcado para as 10 horas na sala da Assembleia Municipal. O camarada Álvaro Cunhal, prosseguindo a sua digressão pela Beira Interior (sábado estará em Seia), participa nesta iniciativa. Ao fim da tarde, cerca das 17.30 h, estará presente num encontro com a Comunicação Social do distrito de Castelo Branco, no CT da Covilhã. No mesmo local, mas mais tarde, o secretário-geral do PCP avista-se com jovens.

Entrevista de A. Cunhal à Lusa citada pelo «Pravda»

Na sua edição do passado dia 20, o órgão do Comité Central do PCUS, o diário «Pravda» publica na 1.ª página uma notícia sobre a entrevista concedida à agência noticiosa portuguesa Lusa pelo secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal.

O diário soviético transcreve diversas afirmações de Álvaro Cunhal naquela entrevista que foi divulgada na imprensa portuguesa.

A caracterização da perestroika feita pelo secretário-geral do PCP é um dos passos citados («é inteiramente justo qualificar a perestroika como uma política revolucionária. Não se trata (...) de substituição de um regime social ou de um regime político por outro sistema e outro regime. (...) mas pode falar-se de revolução nas soluções organizativas do Estado, dos órgãos de gestão económica, das funções do Partido e do governo e no aprofundamento da democracia no Estado, na sociedade e no Partido. Também de revolução nas mentalidades. A perestroika visa o reforço e não o enfraquecimento do sistema socialista (...) no que ele tem de fundamental.»).

A «Pravda» cita ainda a afirmação de Álvaro Cunhal de que a perestroika é e será no futuro «além de uma nova e rica experiência revolucionária, um extraordinário estímulo para os comunistas, os trabalhadores, os povos, as forças democráticas e progressistas de todo o mundo».

Ainda sobre as repercussões da reestruturação em curso na União Soviética, é ainda citada a afirmação de que estas «não respeitam apenas ao movimento comunista. Respeitam a todas as forças políticas, incluindo as que governam nos países capitalistas.»

O órgão central do PCUS cita ainda as palavras do secretário-geral do PCP quando declarou à Lusa que «alguns analistas avançam a ridícula ideia de que o PCP também precisa de uma perestroika e que a perestroika do PCP seria abandonar a sua natureza e política de classe, abandonar o marxismo-leninismo, renunciar à defesa das conquistas da revolução de Abril (...) e converter-se num partido resignado ao capitalismo, se não colaborante com ele». E ainda que as repercussões que a perestroika soviética tem e terá certamente no PCP é no sentido de «maior empenhamento e reforçada confiança na luta libertadora da classe operária e do povo de Portugal, na luta pelo socialismo».

Internacional

Assassínio na Colômbia

O presidente da Câmara de San José del Guaviare, José Reys Gonzalez, foi assassinado no passado domingo, numa estrada do oriente da Colômbia.

Conhecido como militante do Partido Social Conservador, José Gonzalez havia sido eleito para o cargo que desempenhava pela União Patriótica, em meados do ano passado. Aquela coligação democrática, que integra o Partido Comunista da Colômbia e diversas outras forças que se batem pela democracia no país, tem sido alvo de sucessivos ataques terroristas desde a sua formação, em 1985, tendo perdido desde então mais de 500 militantes.

As autoridades colombianas, acusadas de passividade face à crescente onda de terrorismo praticado por grupos para-militares com reconhecidas ligações aos sectores militares mais reaccionários do regime, manifestam-se cada vez mais incapazes de fazer respeitar o direito à vida.

Entretanto, na segunda-feira, homens armados raptaram o procurador-geral da Colômbia, Carlos Mauro Hoyos, na estrada entre Medellin, no nordeste do país e o aeroporto de Rio Negro, matando dois dos seus guarda-costas. As autoridades atribuem o rapto a traficantes de droga.

Perigos do «lixo espacial»

O relatório sobre «lixo espacial» apresentado pelo Comité Internacional para a Investigação do Espaço à Assembleia Geral da ONU revela que mais de 60 por cento dos objectos observados no espaço circunferente é constituída por estilhaços com dimensões superiores a 10 centímetros, que representam um perigo para as actividades humanas no espaço e uma fonte potencial de consequências ecológicas negativas.

Segundo o relatório, nas três décadas da era espacial, desde o lançamento do primeiro satélite (soviético) em 4 de Outubro de 1957, foram registados no espaço cerca de 18 mil objectos artificiais, calculando-se que os satélites activos representem apenas 5 por cento deste número. Admite-se que metade dos referidos estilhaços contenham materiais radioactivos.

Títulos de dívida vendidos em Londres

Os bancos representados na «City» de Londres estão a testar um novo método de liquidação de dívida externa dos países em vias de desenvolvimento (PVDs). Trata-se da venda dos títulos de dívida dos PVDs a particulares e instituições que pretendam construir empresas ou desenvolver outro tipo de actividades nesses países, aceitando como condição o pagamento em moeda local em vez de divisas convertíveis.

Na opinião dos peritos que o propuseram, o novo método beneficia todas as partes, uma vez que permitem que os bancos se libertem dos títulos de dívida irrecuperáveis, os compradores poupem meios adquirindo-os a preço inferior ao normal, e os países devedores liquidem parte da sua dívida.

Entretanto, dados divulgados em Singapura durante a reunião anual dos bancos centrais dos países do sudeste asiático revelam que, até ao fim do corrente ano, a dívida externa dos países do terceiro mundo pode atingir quase 1 bilião e 250 mil milhões de dólares.

A manterem-se as actuais tendências, só a dívida externa dos países de África atingirá em 1995 os 313 mil milhões de dólares, o que agravará consideravelmente a situação daqueles países. Basta dizer que actualmente muitos dos países em vias de desenvolvimento gastam, a amortização das respectivas dívidas externas, quase 50 por cento dos proventos das suas exportações.

Oposição do Haiti exige anulação das eleições

Uma das maiores forças da oposição do Haiti, o grupo «Tet Ansanm», desencadeou uma campanha de desobediência civil em sinal de protesto contra o que considera a «farsa eleitoral» do passado dia 17, exigindo a anulação dos respectivos resultados que deram a vitória ao candidato Lestey Maniga, apoiado pelos militares no poder.

Recorda-se que às eleições foram boicotadas pela esmagadora maioria da população, que não foi às urnas. Vários governos da região das Caraíbas pronunciaram-se igualmente sobre o assunto, recusando reconhecer o futuro governo.

Estão neste caso o governo de Barbados, Santa Lúcia e do arquipélago de Trinidad e Tobago, sendo de salientar que o ministro dos Negócios Estrangeiros de Barbados apelou à revisão do estatuto do Haiti enquanto observador da comunidade caribenha (CARICOM) e exigiu que o ingresso do Haiti na organização seja condicionado à criação de um verdadeiro governo democrático.



A repressão israelita nos territórios árabes ocupados está a provocar crescentes manifestações de solidariedade para com a luta do povo palestino

Reforço da luta pela paz no Médio Oriente

Dezenas de milhar de árabes e judeus manifestaram-se no passado sábado em Tel-Aviv e Nazaré, em protesto contra a política israelita nos territórios árabes ocupados. No primeiro caso a manifestação foi promovida pelo Movimento «Paz Agora» sendo, de acordo com os observadores, a maior realizada em Israel desde 1982. Em Nazaré, por outro lado, a oposição à política seguida pelo governo levou já à demissão do deputado árabe israelita, Abdel Derwashe, do Partido Trabalhista, que afirma discordar da «política de matança» do ministro da Defesa, Isaac Rabin, também trabalhista.

Enquanto isso, nas Nações Unidas, Perez de Cuellar lançou uma iniciativa visando levar os membros permanentes do Conselho de Segurança a facilitarem a realização, no mais curto prazo de tempo possível, de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente.

Idêntica iniciativa tinha sido proposta pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Eduard Chevardnadze, em carta ao secretário-geral da ONU. Segundo o documento, os membros do Conselho de Segurança devem iniciar consultas para prepararem e accionarem a realização da conferência, sugerindo-se que as recomendações e conclusões saídas dessas consultas sejam analisadas numa reunião do Conselho a nível de ministros dos Negócios Estrangeiros.

A União Soviética justificou a sua proposta com o facto das manifestações palestinas contra a ocupação israelita demonstrarem serem ilusórias as esperanças daquelas que contavam com o tempo para eternizar os resultados da agressão, a influência negativa para a atmosfera política e a segurança internacionais resultante da situação existente, e ainda a crescente compreensão por parte da comunidade internacional da necessidade de uma regularização política do conflito israelo-árabe.

Também os ministros da Liga Árabe apelaram para o Conselho de Segurança da ONU para que «assumam as suas responsabilidades para pôr fim à ocupação dos territórios palestinos e árabes».

O apelo resultou do Conselho Ministerial extraordinário da Liga Árabe que, no passado fim-de-semana, decidiu apoiar política, moral e financeiramente os palestinos dos territórios ocupados.

A decisão da Liga Árabe convida ainda a ONU a «vigiar a retirada das forças israelitas para que o povo palestino possa exercer o seu direito à autodeterminação».

Entretanto, associando-se

à generalizada condenação da comunidade internacional em relação à política repressiva de Israel, a CGTP-IN enviou um telegrama de protesto à embaixada de Israel em Lisboa, denunciando o prosseguimento de tal política e nomeadamente a recente decisão de expulsão de patriotas palestinos, contrária à 4.ª Convenção de Genebra de que o Estado de Israel é um dos signatários.

A CGTP-IN exige o fim desta política repressiva e a aceitação por parte do governo israelita dos esforços desenvolvidos por vários países e instituições internacionais

no sentido da resolução política e pacífica da questão palestina, com o respeito pelo direito à autodeterminação e ao estabelecimento duma nação palestina, soberana e independente nos territórios usurpados.

A convocatória de uma conferência internacional, com a presença da OLP, constitui, para a CGTP-IN, uma iniciativa válida para a solução do problema.

Na sua mensagem a CGTP-IN reafirma ainda a solidariedade aos trabalhadores e povo da Palestina na luta pelos seus direitos inalienáveis.

A responsabilidade dos trabalhadores

O Partido Trabalhista de Israel, de Shimon Perez, costuma apresentar-se como um partido democrático, situado à esquerda do partido Likud, com quem partilha o poder em Israel.

No entanto, como destacados dirigentes da Internacional Socialista já fizeram notar, o papel que os principais responsáveis trabalhistas vêm desempenhando no agravamento da tensão que se vive nos territórios ocupados está cada vez mais longe da moderação e dos princípios elementares da democracia.

No caso concreto da deportação de patriotas palestinos, por exemplo, a responsabilidade trabalhista não podia ser maior, como provam as próprias actas da reunião do Knesset (parlamento israelita).

É um extracto dessas actas, do debate de 8 de Dezembro último, enviado pelo general Matti Pilled, deputado do PLP, ao

Comité Português de Solidariedade com os Direitos Humanos do Povo Palestiniano, que a seguir reproduzimos:

— Yehoshua Matza (Likud): Quantos (palestinos) deportou no último ano?

— Isaac Rabin, ministro da Defesa (Partido Trabalhista): Em três anos deportei o triplo do que vocês (Likud) deportaram em sete anos.

— Charlie Biton (Frente Democrática para a Paz e Igualdade): Bravo, Bravo. Está verdadeiramente orgulhoso disso?

— Isaac Rabin, ministro da Defesa (Partido Trabalhista): Sim, estou orgulhoso.

— Yehoshua Matza (Likud): Se isso é verdade, então quero felicita-lo.

— Isaac Rabin, ministro da Defesa (Partido Trabalhista): É verdade. Verifique os números e verá.

Sem comentários.

RFA apoia conferência

A República Federal da Alemanha manifestou-se na segunda-feira favorável à realização de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente, na sequência de conversações entre o chanceler Helmut Kohl e o presidente do Egipto, Hosni Mubarak, que se deslocou àquele país no âmbito duma viagem a seis capitais europeias.

Esta posição da RFA reveste-se da maior importância, numa altura em que a Alemanha Federal detém a presidência da Comunidade

Europeia, abrindo novas perspectivas para um debate mais sério dos problemas do Médio Oriente no seu seio.

Para já, Helmut Kohl anunciou que a questão seria agendada para a próxima cimeira europeia, a realizar de 10 a 11 de Fevereiro em Bruxelas.

Entretanto, à partida de Bona com destino a Londres, Hosni Mubarak reafirmou a sua convicção de que a aceleração dos preparativos para a conferência internacional, sob o patrocínio das

Nações Unidas, é hoje mais necessária do que nunca, tendo em conta a gravidade da situação que se vive nos territórios ocupados por Israel desde 1967.

Recorda-se que a proposta do presidente egípcio passa pela declaração de uma trégua de seis meses na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, período durante o qual Israel se deve comprometer a respeitar os direitos dos palestinos residentes e a suspender a implantação de novos colonatos judeus naqueles territórios.

Internacional

Nuvens negras sobre as negociações de Genebra

As conversações soviético-americanas, a decorrer em Genebra, poderão vir a ser palco de novas divergências entre os dois países, dado que os Estados Unidos pretendem agora que a União Soviética dê o seu aval a uma «interpretação alargada» do Tratado de Defesa Antimíssil (DAM) que permita levar a cabo ensaios de elementos do sistema da Iniciativa de Defesa Estratégica (Guerra das Estrelas) no espaço. Esta posição norte-americana, que contraria a assumida na cimeira Reagan-Gorbatchov de Dezembro último, foi divulgada a semana passada pelo «Washington Post». O editorial do «Pravda» de segunda-feira parece confirmá-la, ao sublinhar que a interdependência entre os armamentos estratégicos ofensivos e os armamentos defensivos constitui um dos problemas mais agudos e prioritários das conversações, que deverão levar a um entendimento sobre a redução em 50 por cento dos armamentos estratégicos ofensivos.

Segundo o «Pravda», os defensores da «IDE» menosprezam esta ligação, ao insistirem que durante a vigência formal do tratado sobre a limitação dos sistemas de defesa antimíssil seja garantida aos EUA «a liberdade de acção na preparação e testes de todos os elementos necessários à criação de um

sistema ramificado de defesa antimíssil com elementos de estacionamento espacial».

Os seus cálculos são perfeitamente claros, refere o jornal soviético, fazendo notar que quando os trabalhos de preparação terminarem e se verificar a possibilidade de concretizar a «IDE» será possível liberta-

rem-se do tratado «DAM».

Recorda-se que na cimeira de Washington foi acordado que nas negociações de Genebra iria ser elaborado um entendimento que obrigasse as duas partes a observar o referido tratado «sob a forma em que foi assinado em 1972, durante as investigações, criações e testes» e a não o abandonar durante um longo período a estabelecer.

A mudança de atitude dos EUA, segundo o «Washington Post», constitui uma cedência de Ronald Reagan ao Comité dos Chefes dos Estados-Maiores das forças armadas norte-americanas, que lhe teriam apresentado um protesto secreto.

Citando fontes oficiais, aquele jornal afirma que Reagan responde assim a uma carta que o almirante William Crow, presidente do referido Comité, enviou recentemente a Colin Powell, assessor do presidente para a segurança nacional. Nessa carta, garante o «Washington

Post», o almirante Crow considera que a fórmula de investigações a efectuar no âmbito da «IDE», acordado entre Reagan e Gorbatchov, é inaceitável.

Sempre segundo a mesma fonte, Reagan encarregou agora os seus representantes nas conversações de Genebra de fazer com que a URSS aprove a antiga posição dos EUA, que interpreta o tratado «DAM» como um documento que autoriza os ensaios próximos das condições reais no espaço no âmbito da chamada Iniciativa de Defesa Estratégica.

A posição oficial da administração norte-americana em Genebra, indica o «Washington Post», supõe a observância do tratado soviético-americano sobre a limitação dos sistemas de defesa antimíssil ao longo de sete anos, enquanto a União Soviética defende que cada uma das partes observe o documento durante dez anos. No entanto, afirma o jornal, Reagan deu aos representantes dos EUA indicações para não debaterem o prazo da observância do tratado enquanto a URSS não aceder à chamada «interpretação alargada» do tratado «DAM».

O «Pravda», por seu turno, recordando os acordos da cimeira de Washington, sublinha que a URSS os observa rigorosamente, fazendo notar que tal posição foi materializada através do «protocolo do tratado entre a URSS e os EUA de redução em 50 por cento dos armamentos estratégicos ofensivos», há poucos dias apresentado em Genebra.

Esperança de acordo

Apesar das nuvens negras que se adivinham nas negociações de Genebra, devido ao volte-face norte-americano, a pressão internacional e



as expectativas de um acordo fazem-se já sentir na cena política internacional.

Falando numa conferência de imprensa, em Washington, o vice-chanceler e ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, Hans-Dietrich Genscher, manifestou esperança de que num futuro próximo possa ser celebrado um tratado de redução em 50 por cento dos armamentos estratégicos ofensivos, informando que a questão havia sido debatida durante a recente visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Eduard Chevardnadze, à RFA.

Também a Espanha se manifestou a favor de um tal acordo entre os EUA e a URSS, no decorrer da visita que Chevardnadze efectuou àquele país na semana passada. De salientar, ainda, que o governo espanhol garantiu ao representante soviético que o país não tem nem terá armamento nuclear próprio e que não receberá no seu território armas nucleares alheias. Idêntica posição foi manifestada em relação às armas químicas.

Em Viena, onde entretanto recomeçou o encontro de representantes dos Estados participantes na Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa, foi igualmente sublinhada a importância do acordo soviético-americano e as condições favoráveis que o mesmo cria para o bom termo daquele encontro.

Como foi assinalado na reabertura dos trabalhos, as consultas de Viena entre os 23 países do Tratado de Varsóvia e da Nato criaram uma oportunidade real de concluir a elaboração das competências e proceder ainda este ano às conversações sobre redução dos efectivos e forças convencionais na Europa.



Nas conversações de Genebra, os EUA procuram alterar os acordos estabelecidos na cimeira de Washington

Cooperação Leste-Oeste em defesa da paz

O Partido Social Democrata da Finlândia, o Partido Socialista Operário Húngaro e o Partido Socialista Italiano, lançaram há dias uma importante iniciativa conjunta cujo objectivo é a cooperação europeia no domínio do desarmamento para a manutenção da paz e da segurança ao mais baixo nível possível de armamentos.

Esta iniciativa inédita, que reúne partidos com responsabilidades governamentais em países de sistemas políticos bem distintos, desde a Itália integrante da NATO à Hungria membro do Tratado de Varsóvia e à não-alinhada Finlândia, traduz bem os novos ventos que sopram na Europa a favor do desanuviamento.

Como se afirma no docu-

mento divulgado pela agência noticiosa húngara, MTI, consideram aqueles três partidos que existe hoje na Europa uma oportunidade sem precedentes para construir uma paz mais segura, pelo que convidam todos os países europeus sem armas nucleares, como eles, a associarem-se ao projecto que pretendem levar a cabo.

Um projecto que assenta, sobretudo, na consciência da necessidade de uma procura activa da segurança entre os países europeus, especialmente os que não possuem armas nucleares, através das linhas de divisão políticas, militares e ideológicas.

Nesse sentido, os subscritores do documento defendem que a confiança mútua é a verdadeira base de paz e da segurança, propondo-se desenvolver todos os esforços para uma efectiva redução das forças e armamentos convencionais, bem como das armas nucleares.

Os Partidos Social Democrata da Finlândia, Socialista

Operário Húngaro e Socialista Italiano, dirigidos respectivamente por Kalevi Sorsa, Janos Kadar e Bettino Craxi, alertam ainda para a importância da criação de zonas livres de armas nucleares e de outros armamentos para a libertação da Europa da ameaça da guerra nuclear, sublinhando que a aceitação do regime de não proliferação é a base dos esforços para reduzir tal ameaça.

Assim, advertem que as reduções de armas nucleares de médio alcance e dos armamentos estratégicos não devem conduzir a uma nova corrida aos armamentos, seja onde for.

Considerando que o desarmamento é uma das principais tarefas que se colocam na actualidade à Europa, os três partidos salientam que é necessário um papel forte e determinado de toda a Europa para criar um sólido e equilibrado processo de construção da confiança mútua e do desarmamento.

Propondo-se trabalhar juntos para contribuir para uma efectiva paz na Europa, os autores da iniciativa abrem desta forma novos caminhos para o desanuviamento e a cooperação do Atlântico aos Urais.

«A Lei de Meios (para 1969) anuncia maiores apoios financeiros do Estado aos monopólios e aos grandes agrários. Anuncia isenções fiscais que lhes serão feitas sob o pretexto de «incentivar os investimentos». Anuncia estímulos para que as pequenas economias caiam no logro de ser absorvidas por grandes empresas privilegiadas, designadas pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos. Anuncia mais pesados encargos fiscais sobre as pequenas e médias empresas, sob o pretexto de que «visivelmente menos afectam a política de fomento». Anuncia um novo regabofe de acumulações na administração das grandes empresas para os grandes capitalistas e apaniguados do regime, sob o pretexto de que são «valores humanos de que o País não é excessivamente rico» e que por isso devem diminuir os impostos para os «rendimentos do trabalho» que presentemente os tocam.

Fiel serventário dos grupos monopolistas e do imperialismo, o Governo propõe-se assim extrair ainda da difícil situação económica do País novos pretextos para aumentar os já excessivos réditos do punhado de milionários que serve e o apoiam.»

(«Sem Salazar, o salazarismo continua» — «Avante!», VI Série, n.º 398 (Especial), Janeiro 1969)

Avante!

«A fim de reivindicarem mais uma vez a revisão do contrato colectivo e obterem uma resposta do ministro das Corporações a uma exposição em que a classe fazia várias reivindicações, entre elas a destituição da comissão administrativa do Sindicato e a eleição de uma direcção escolhida pelos trabalhadores, concentraram-se na sede do Sindicato mais de 500 operários da Carris. No decurso da concentração foi eleita uma comissão de Unidade que ali mesmo foi encarregada pela classe de a representar junto das várias entidades. Como o presidente da comissão administrativa se negasse a receber os operários escolhidos, todos, indignados, lavraram o seu protesto e exigiram o reconhecimento dos seus delegados. Ali mesmo decidiram diligenciar junto do ministro das Corporações no sentido de serem resolvidos os seus problemas.»

Operários da Carris! Deveis continuar bem unidos e apoiar e acompanhar a vossa comissão na luta pelas vossas justas reivindicações. A vossa unidade e firmeza garantir-vos-á a vitória!»

(«Os operários da Carris lutam» — «Avante!», VI Série, n.º 208, Janeiro 1956)

Avante!

«No dia 5 de Janeiro o Governo anunciou numa portaria a extinção do campo de concentração do Tarrafal, conhecido no nosso país e no estrangeiro pelo nome que lhe deu o nosso povo — o campo da morte lenta — onde o fascismo assassinou patriotas e lutadores pela Paz como Bento Gonçalves, Caldeira, António Guerra, Mário Castelhana, Januário e tantos outros. (...)»

A extinção do Tarrafal é uma vitória das forças democráticas, é uma vitória do Partido Comunista Português e do povo sobre o fascismo.

Mas, apesar de obrigado a este recuo, o fascismo mantém a sua criminosa intenção de levar para longe da Pátria os melhores filhos do povo, para mais facilmente os torturar e assassinar. Por isso criou, no interior de Angola (próximo de Silva Porto), um novo campo de concentração para presos políticos, para onde fentará deportar os mais dedicados democratas e amigos da Paz. (...)»

Que apareçam escritas por toda a parte as palavras: «Nem mais um preso político para fora do Continente! Extinção do campo de concentração de Angola!»

(«Nem mais um preso político para fora do Continente!» — «Avante!», VI Série, n.º 184, Janeiro 1954)

Em Foco

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 735

28 de Janeiro de 1988

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



O grupo rock soviético Século XX em actuação no Cinema Alvalade no passado domingo

O II Encontro de Amizade entre as juventudes portuguesa e soviética, que decorreu em Portugal entre os dias 18 e 25 de Janeiro de 1988, promovido pela Komsomol Leninista da URSS e a Juventude Comunista Portuguesa, constituiu uma sólida afirmação de intercâmbio, de amizade e de espírito solidário entre os jovens de ambos os países.

(...)

O Encontro possibilitou uma correcta informação dos jovens portugueses acerca do entusiasmo e empenhamento com que a juventude soviética participa nas transformações em curso no seu país e um interessante contacto com a sua música, danças, realizações artísticas e desportivas.

O Encontro possibilitou também aos jovens soviéticos integrantes da delegação tomar contacto com o movimento juvenil português nas suas diversas expressões no plano político, social, cultural e desportivo.

Do Comunicado Final sobre o 2.º Encontro de Amizade realizado em Portugal de 18 a 25 de Janeiro organizado pela Juventude Comunista Portuguesa e a Komsomol Leninista da URSS.

Jovens soviéticos e portugueses

dialogam sobre a Perestroika na URSS

«Independentemente das convicções políticas, a juventude portuguesa interessa-se pelo que se passa na União Soviética. Temos de admitir que, em todos os locais que visitámos, o contacto com os jovens portugueses foi muito rico devido à sua participação activa», disse Valentin Denissov, chefe da delegação política soviética e membro do Secretariado do Komsomol Leninista, no início do debate que decorreu no passado sábado, no Hotel Embaixador, em Lisboa, uma das iniciativas da 2.ª Semana de Amizade entre a Juventude Portuguesa e a Juventude Soviética.

Os muitos jovens presentes tornaram vivo e interessante o diálogo, colocando variadas questões. Só foi pena não haver mais tempo, pois as perguntas choviam e o convívio estava animadíssimo.

Os temas mais questionados foram a *perestroika*, claro, e o seu reflexo em todos os sectores da vida soviética; o ensino e a formação profissional; a situação da mulher nesta fase da reestruturação; o aborto e a habitação. No entanto as discussões mais quentes geraram-se em torno dos conflitos bélicos regionais, do desarmamento e o desanuviamento.

Valentin Denissov começou por explicar que a *perestroika* é a transformação da sociedade soviética, e para a sua concretização são necessários três factores fundamentais: a aceleração do desenvolvimento socioeconómico da sociedade soviética; a democratização e a *glasnost* (transparência), desenvolvida, principalmente, através dos órgãos de informação. Aqui alguém perguntou se antes da *perestroika* não havia essa transparência. Foi Olga Dmitrova, jornalista do «Komsomolskaia Pravda» que respondeu: «Se antes não houvesse transparência, então não haveria sentido para a existência dos órgãos de comunicação social. Existia, só que era mais fechada. Agora essa transparência é quase total, sendo fechada só para os altos segredos do Estado».

V. Denissov afirmou que todos os jovens estão interessados em defender a reestruturação, «porque ela está a ser feita especialmente para a juventude, somos nós e os nossos filhos que iremos colher os frutos da *perestroika*».

Quanto ao ensino, a reforma nas escolas superiores iniciou-se há dois anos, por decisão governamental, reconhecendo-se a existência de problemas na administração das escolas e também na qualidade do processo de ensino e de formação profissional. Os estudantes querem um sistema de autogestão nos estabelecimentos escolares, o que hoje já se começa a implementar, fazendo parte das administrações reitorias, professores e estudantes. Um papel importantíssimo cabe ao Komsomol, que deve participar activamente no processo de formação e desenvolvimento da força criadora que é a juventude, e na activação do movimento estudantil.

Um professor, membro da delegação, falou sobre a formação profissional: «A formação profissional é uma questão muito importante para o Estado e por isso todas as organizações do país discutem este tema. No entanto, na *perestroika* há alguns pontos fracos na ligação do ensino geral com o ensino profissional, havendo problemas na qualidade do ensino em relação a material técnico. Temos estabelecimentos de ensino técnico especializado que pertencem ao Estado, e outros que pertencem às empresas. A estas cabe uma grande responsabilidade na formação profissional de quadros, pois nós pensamos que as escolas pertencentes às empresas devem proporcionar uma melhor formação. Actualmente, com a autogestão, são as empresas que pagam a formação profissional dos seus quadros, enquanto que antes da reestruturação era o Estado que pagava».

Olga Dmitrova disse que o aborto na União Soviética é livre e gra-

tuito, apesar de o país ter um grave problema demográfico e o Estado incentivar o aumento da taxa de natalidade. Neste sentido está-se a tentar resolver o problema da habitação, criando condições apropriadas para o desenvolvimento da vida familiar.

Questionados sobre o facto de a URSS fornecer armamento a países que se encontram em guerra, afirmaram que a União Soviética deseja ir mais além do que o simples embargo de armas, tomando uma posição mais radical, porque não é o embargo que irá impedir o fornecimento de armas convencionais, que é feito também através do mercado negro internacional. A URSS defende não só o embargo de armamento mas o fim da guerra.

Em relação ao desanuviamento, a juventude soviética sempre participou activamente em todas as iniciativas a favor da paz. Como exemplo lembraram o Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, realizado em Moscovo em 1985, apontando este 2.º Encontro da Amizade como mais uma contribuição na luta pela paz.

No encerramento do debate, Valentin Denissov manifestou, em nome de todos os elementos da delegação soviética, satisfação por todas as iniciativas que decorreram durante esta semana do Encontro, afirmando que é necessário desen-

volver mais contactos deste tipo, tanto na URSS como em Portugal.

Em nome da Juventude Comunista Portuguesa, organização pro-

motora do 2.º Encontro de Amizade, falou António Filipe, expressando um grande contentamento pelo aprofundar do conhecimento recípro-

co entre as duas partes e pelo melhor conhecimento da realidade da URSS e da juventude soviética, por parte dos jovens portugueses. ■



Perguntas, respostas, problemas, tudo apareceu no debate integrado na 2.ª Semana de Amizade entre a Juventude Portuguesa e a Juventude Soviética

O Komsomol não está ultrapassado certas formas é que não são actuais

— declarou Valentine Danissov em conferência de imprensa

Segundo os estatutos, só podem ser membros do Komsomol Leninista os jovens dos 14 aos 28 anos. Antes da «perestroika» praticamente todos os jovens pertenciam a essa organização. — palavras de Valentine Danissov, membro daquela organização juvenil soviética durante a conferência de imprensa dada no Hotel Embaixador, na passada segunda-feira.

Respondia a uma pergunta sobre a diminuição numérica dos membros do Komsomol, situação que confirmou ao dizer:

Nas vésperas do XIX Congresso da nossa organização existiam 42 milhões de membros, e com o XX Congresso essa cifra passou para 38 milhões. Pelos vistos, a diminuição pode vir ainda a aumentar».

Referindo-se às tarefas futuras da organização, de cuja direcção faz parte, salientou a importância de se conseguir fazer o que não foi feito no período anterior e trabalhar qualitativamente melhor, juntamente com os sindicatos e o Governo para

o aperfeiçoamento da base material da juventude.

Valentine Danissov referiu, igualmente, a importância da tarefa para que toda a juventude participe activamente na vida social, destacando que no meio juvenil se têm formado grupos de iniciativa, a que a imprensa do seu país usualmente chama grupos informais, mas que na realidade são encabeçados pelo Komsomol, pois a maior parte dos seus elementos são membros desta organização.

Destacou, ainda, no seguimento das questões que lhe foram colocadas, a importância de um ensino económico à juventude.

E precisou:

Nas condições actuais ser-se um bom engenheiro significa ser-se um bom economista e sem essa condição não pode haver uma boa autogestão financeira».

Quanto aos jovens trabalhadores — acrescentou — a tarefa que se coloca perante os sindicatos e o Komsomol é o de dar-lhes o máximo de conhecimentos. Antes era o Estado que acarretava com os prejuízos das empresas e os colectivos das empresas na maior parte dos casos nem sequer sabiam que os prejuízos existiam.»

Anteriormente, Valentine Danissov afirmou que «o Komsomol Leninista não pode ser considerado no seu todo uma organização ultrapassada, simplesmente certas formas já não são actuais».

Nesse sentido referiu que, antes do XX Congresso, se realizou uma ampla discussão e, numa atmosfera democrática, muitas situações foram esclarecidas para se saber em que aspectos o Komsomol tem de centrar a sua atenção tanto no trabalho presente, como no futuro.

Uma das primeiras questões foi a de esclarecer qual o papel que o



Durante a conferência de imprensa da delegação juvenil soviética na passada segunda-feira



A delegação soviética que participou na 2.ª Semana de Amizade foi recebida no Centro de Trabalho do PCP na Soeiro Pereira Gomes por uma delegação do PCP constituída pelo secretário-geral Álvaro Cunhal e pelo camarada Ângelo Veloso, da Comissão Política. Depois de uma troca de informações, no refectório do Centro de Trabalho realizou-se um convívio

Komsomol deve desempenhar na *perestroika* em curso. Uma das tarefas apontadas foi o empenhamento sério do seu trabalho na organização dos Pioneiros, que são o futuro da organização leninista. Considerou, igualmente, importante que, face às transformações económicas, é uma tarefa central a questão da preparação profissional.

Mas uma questão considerou de importância fundamental, a qual resumiu numa curta pergunta:

Onde vamos procurar os verdadeiros dirigentes juvenis?

Considerando que este problema vai exigir muito tempo, destacou a necessidade de surgirem jovens, não só empenhados na *perestroika*, mas capazes de para ela mobilizarem a juventude.

A delegação da juventude comunista soviética que veio a Portugal para participar no II Encontro de Amizade da Juventude Soviética e Portuguesa, promovido pela JCP (o primeiro encontro efectuou-se no

ano passado, em Minsk), teve encontros com a Juventude Socialista, com a Juventude Operária Católica e com a Juventude Renovadora Democrática, tendo ainda sido recebida pela Comissão da Juventude da Assembleia da República, pelo Presidente da mesma e pelo Ministro da Juventude.

Para além da vertente cultural, com a actuação do conjunto de rock «Século XX» e do Grupo Folclórico

«Arco-Íris» nalgumas regiões do país, a delegação contactou ainda com a realidade portuguesa, tendo visitado, no Alentejo, a UCP «Esquerda Vencerá» e a empresa nacionalizada Quimigal.

Na conferência de imprensa os representantes da delegação do

Komsomol estavam acompanhados por Góis de Carvalho, Paula Coelho e Francisco Pereira, membros do Secretariado da JCP.

Nas suas palavras introdutórias, Paula Coelho considerou esta uma experiência a continuar por parte da JCP, já que a considerou como a maior iniciativa realizada no nosso país, não só pelos encontros com outras organizações juvenis e organismos oficiais, mas também pelo facto de na vertente cultural ter sido possível juntar mais de 40 grupos de música rock, ao longo das actuações por todo o país. ■

122 portugueses com o «XX vek»

A música fez amigos no Bairro Alto

Da delegação soviética fazia parte a jovem banda *rock* «XX vek» («Século XX»). Na quarta-feira da semana passada tiveram a sua primeira actuação no «Rock Rendez-vous». Depois, no Bairro Alto, tiveram um encontro com músicos portugueses que foi qualquer coisa digna de nota no animado rincão lisboeta.

Não há como o contacto directo, tu cá, tu lá, para fazer amizades, para um melhor conhecimento mútuo, para o desfazer de mitos e preconceitos, para ultrapassar as distâncias que, ainda por cima, não têm sido só geográficas.

O encontro de dia 20 — como esta semana de amizade e outras iniciativas que comunistas e amigos da URSS têm levado a cabo ao longo dos anos — foi mais uma peça nesse contacto directo, no conhecimento mútuo que assenta na troca de informações e opiniões entre gente que descobre, afinal, muita coisa em comum nos seus sentimentos.

Quanto às realidades, vêm ao de cima as diferenças. Já sabemos que a verdade, também no que toca ao confronto ideológico, não é muito do agrado daqueles que pretendem manter o *status quo* da exploração. Por isso preferem a mistificação e a confusão.

A *perestroika* soviética também neste aspecto está a tirar cada vez mais falsos triunfos aos anticomunistas. E, dos outros, eles não têm, como se vai vendo.

Cento e vinte e dois portugueses, uns conhecidos a solo, outros pela sua participação em grupos musicais (mais de quarenta, segundo quem os conseguiu contar), reuniram-se naquela noite num restaurante ali da praça por iniciativa da Juventude Comunista Portuguesa. Os soviéticos eram só seis, os elementos do «Dvadsáti vek».

Deu para falar de tudo um pouco, pelo menos com alguns dos que lá estavam: como se forma uma banda na União Soviética, que apoios passa a ter do Estado quando o nível artístico e o reconhecimento do público lhe permite a profissionalização, se há droga entre os músicos e a juventude, quanto ganha um elemento de um grupo musical...

Era com uma pontinha de inveja que os portugueses reagiam a informações dos elementos do «Século XX», como, por exemplo: temos trabalho durante todo o ano, ganhamos entre 300 a 350 rublos por mês (o salário médio da URSS é de 200), passamos 10 meses em digressões pelo país e não temos nenhum espectáculo dos 200 que fazemos por ano, com menos de mil pessoas... Para não lembrar aquela história do Alexandre Saratski estar agora a terminar o conservatório de Leninegrado...

Foi, nitidamente, pouco o tempo para o convívio que todos desejavam. Fome já antiga, que os governos do nosso país se têm preocupado em matar com o esquecimento e o voltar de costas (desde 1980 que estão congeladas as relações culturais com a URSS, recorde-se). Felizmente, ainda há outras portas que se abrem para o mundo novo que por «lá» andam a construir os soviéticos e outros ilustres ausentes da nossa televisão e da maioria dos jornais.

Naquela quarta-feira, terminado o jantar-convívio já para além da meia-noite, alguém dos portugueses lançou uma chave para mais uma dessas portas: «E se fôssemos beber um copo e conversar mais um bocadinho?»

Daí a nada, num bar da Rua da Barroca, continuava a conversa: «Em Dezembro houve em Moscovo o Rock-Panorama, um espectáculo que juntou mais de 50 grupos de toda a URSS...» Alguns frequentadores da casa arregalavam os olhos. No meio do barulho, alguém gritou «Vêm aí os russos!». Esta já não pegou, e houve logo uma voz que corrigiu: «Não senhor! Já cá estão, e são ucranianos.»

O convívio continuou, violando todos os horários do programa, até por volta das seis da manhã... porque às sete o grupo soviético saía de Lisboa.

No domingo, os amigos que a música fez voltaram a encontrar-se, no Cinema Alvalade. O «XX vek» tocou, grupos portugueses trouxeram discos seus, conversou-se mais um pouco. De parte a parte ficou no ar a vontade de tornar mais frequentes encontros deste tipo. Os amigos gostam de se ver amiúde. ■

Da pesada era o rock soviético

E o *rock* soviético chegou a Lisboa, pela mão da Juventude Comunista Portuguesa. *Rock* da pesada, de fazer tremer os alicerces do cinema Alvalade, nos últimos tempos já habituado a toda uma outra actividade que não a de projectar filmes.

O *rock* chegou e convenceu. Que o digam os «jotacápês» e não só eufóricos com os acordes do grupo de *rock* «Século XX», a quem não faltou, no início, o fumo a envolver o palco para que a sua entrada em cena tivesse maior impacto.

Prato forte deste espectáculo que se realizou na tarde do domingo passado, o «Século XX», pela primeira vez a actuar fora da União Soviética, não é, não pode ser uma consequência directa da *perestroika*, pois revelam uma presença em palco e um tipo de música que requer já uma experiência anterior, profunda, que não se ganha em alguns meses.

Destaque para a vocalista, Tatiana Kotcherguina, que numa introdução breve comparou a actuação do grupo a um desafio de futebol, outra coisa que é do amplo agrado da juventude — vejam-se as «torcidas» verdes, vermelhas, azuis ou de outras cores.

E de um desafio se tratou, entre a assistência e os *rockers*, estes dan-

do o máximo que podiam, os outros exigindo o máximo de que eram capazes; as raparigas às cavalitas dos rapazes, a assistência mais jovem esmagada de encontro ao palco, várias bandeiras vermelhas da JCP agitadas ao ritmo da música.

E até alguns jovens que já não o eram — eufemismo para falar de certos espectadores de 50 e mais idade que por lá apareceram — aguentaram a pé firme pelos últimos acordes que a aparelhagem sonora debitava em decibéis incontáveis. Ou seja, quem passou, mesmo de

raspão, pelo fenómeno dos «Beatles» ainda lhe puxa o pé para estas coisas.

Mas nem só o *rock* soviético esteve em evidência, embora fosse o prato forte do espectáculo, quanto mais não seja pela novidade que podia representar, mas cuja qualidade afirmou.

Antes tinham actuado os «Peace Makers», o Grupo Folclórico soviético «Arco Íris» e Jorge Lomba e que foram do agrado total, para não dizer incondicional, da jovem assistência. ■



■ Henrique Custódio

Câmaras levam Executivo a tribunal

Cinco Câmaras Municipais decidiram, no passado dia 19, proceder judicialmente contra o Governo de Cavaco Silva junto do Supremo Tribunal Administrativo. Para quem se precipite a supor que se trata duma iniciativa dos comunistas para chatear o executivo, aqui vai a seco, e antes do mais, a identificação desses municípios: Aveiro (CDS), Barreiro (PCP), Braga (PS), Coimbra (PSD) e Portalegre (PS). Como se vê, trata-se de uma decisão, politicamente, com largo consenso.

E consenso porquê? Porque o Governo de Cavaco Silva está em dívida para com estes municípios em qualquer coisa como 350 000 contos (pelos menos...) pelo não cumprimento do aprovado no Orçamento de Estado para 1987: a transferência desta verba para as referidas Câmaras a título de indemnização compensatória devida pelo tarifário social estabelecido na exploração de serviços de transportes colectivos urbanos do âmbito municipal (transcrição do ponto 1 do Art.º 13 da Lei 49/86 do OE para 1987, que precisa, assim, a obrigação governamental para com estas autarquias).

Parece que o «calote» se está a tornar uma instituição da direita. Só que, neste caso, é o próprio Governo a partilhá-lo sobre outros órgãos da administração, lesando por isso, e em última análise, os muitos milhares de munícipes por ele afectados. Trata-se de uma história obviamente mal contada e que por isso desembocou em mais esta derrota política do executivo de Cavaco Silva, ao ser posto em tribunal por outros órgãos do Poder. Ora quando há histórias «mal contadas», urge desmontá-las e contá-las de novo.

Há apenas cinco Câmaras Municipais com transportes colectivos próprios — exactamente Aveiro, Barreiro, Braga, Coimbra e Portale-

gre. Estes municípios recebiam, não com regularidade, mas pontualmente, uma indemnização compensatória do Poder Central vinda do Orça-

A moda dos «calotes» também chegou ao Governo!



COIMBRA — Os autocarros dos transportes municipalizados são indispensáveis para o normal funcionamento da bela cidade do Mondego — e não só por causa dos estudantes



AVEIRO — «A «Veneza» portuguesa não tem as ramificações de canais da congénere italiana, para poder prescindir da sua rede de transportes



PORTALEGRE — Cidade do Alto Alentejo de montes e serras cercada, como a cantava José Régio, continua a depender dos transportes municipalizados para a circulação urbana; o Governo deve achar que o melhor é passarem a andar a pé...

mento de Estado para, naturalmente, as apoiar neste encargo de prestação de serviços públicos.

1986 foi o último ano em que se fez tal pagamento (num total de 350 000 contos); daí para cá tem sido os autocarros a andar... e as Câmaras a pagar.

Mas estas não baixaram os braços. Em 1987 os cinco municípios diligenciaram junto da Assembleia da República, apresentando as suas razões e conseguindo que se prescrevesse no Orçamento de Estado que foi aprovado para esse ano uma verba igual à do ano anterior — 350 000 contos — a ser-lhes atribuída com os mesmos objectivos: indemnização compensatória. A decisão ficou consagrada no supracitado Art.º 13 da Lei n.º 49/86 do Orçamento de Estado para 1987, cujos três pontos eram claros quanto ao que o Governo devia fazer, ou seja: pagar aos cinco municípios. Já transcrevemos o primeiro ponto; será esclarecedor tomarmos conhecimento dos restantes:

Ponto 2 — «A verba referida é distribuída pela aplicação do critério passageiro/km transportado».

Ponto 3 — «O Governo regulamentará, por Decreto-Lei, o regime de atribuição aos municípios referido no n.º 1 de indemnizações compensatórias decorrentes do tarifário social estabelecido, relativos a anos subsequentes ao presente exercício orçamental».

Ou seja: O Orçamento de Estado



BARREIRO — Uma das maneiras de lá se chegar, é de comboio, mas lá dentro são os transportes municipalizados que garantem a deslocação das pessoas

para 1987 não só obrigava o Governo a pagar os 350 000 contos aos cinco municípios em causa, como lhe impunha que legislasse no sentido de garantir os pagamentos nos anos subsequentes.

O Governo não fez uma coisa nem outra. Optou por tentar eludir a violação legal que a sua dupla recusa constituiu, reclamando a inconstitucionalidade (também) do Art.º 13 do Orçamento de Estado.

Da «inconstitucionalidade» aos «crítérios»

Na verdade, como talvez estejam lembrados, o ano passado o Primeiro-Ministro Cavaco Silva extraiu uma repolhuda lista do Orçamento de Estado para 1987 e pediu ao Tribunal Constitucional que se pronunciasse sobre a sua inconstitucionalidade. O Art.º 13 constava dessa lista. Só que no passado dia 15 de Janeiro foi publicado no «Diário da República» o já esperado acórdão n.º 461/87 do Tribunal Constitucional, que recusou liminarmente o pedido de inconstitucionalidade feito pelo Governo em relação a esta matéria, confirmando e fundamentando que este estava a actuar inconstitucional e ilegalmente.

As cinco Câmaras Municipais envolvidas em todo este processo desenvolveram novos esforços junto das Comissões parlamentares de Equipamento Social da Assembleia da República, bem como numa reunião que tiveram com o Presidente da República, para tentar desbloquear a situação.

Assim, e dado que o Governo alegava, entretanto, que não sabia que critérios utilizar na distribuição dos 350 000 contos, as Câmaras acordaram entre si (numa reunião em Dezembro, na Assembleia da República) que a distribuição deveria ser feita como em 1986, isto é: 15% para Aveiro, 25% para o Barreiro, 22,5% para Braga, 35% para Coimbra e 2,5% para Portalegre. Foi elaborado um documento com estas percentagens, que foi subscrito por todas as Câmaras Municipais envolvidas e entregue a quem de direito: à Assembleia da República e ao ministro do Equipamento Social e Transportes.

«Seriedade»?!...

Como já estão a adivinhar, o Governo continuou a não fazer nada, o que quer dizer, simplesmente, que passou a desrespeitar também um acórdão do Tribunal Constitucional, além de assumir a violação frontal do cumprimento da Lei ao não respeitar o definido no Orçamento de Estado.

Vale a pena abrir um parêntesis para explicar o estratagema usado pelo Governo ao invocar a (frustrada) inconstitucionalidade do Art.º 13 do Orçamento de Estado para 1987. Pegou na Lei das Finanças Locais e invocou o seu Art.º 12, que recusa a atribuição de indemnizações compensatórias. Só que o Art.º 13 (por coincidência com o mesmo número do do Orçamento de Estado) afirma logo a seguir, textualmente: «O Governo poderá, porém, tomar excepcionalmente providências orçamentais necessárias à concessão de auxílio financeiro em várias situações, nomeadamente a

resolução de bloqueamentos graves nos casos em que os municípios explorem transportes colectivos».

É precisamente o caso destes cinco municípios: são os únicos que exploram transportes colectivos e estão absolutamente bloqueados com esta situação. Tão bloqueados que, em desespero de causa e face ao desprezo governamental quer pela legalidade, quer pelas «demar-

ches» por eles desenvolvidas, reuniram-se no passado dia 19 de Janeiro em Coimbra e deliberaram, em conjunto, proceder judicialmente contra o Governo, junto do Supremo Tribunal Administrativo, ficando ainda acordado que, posteriormente, o problema poderá ser levado ao Tribunal Europeu.

Recordando de novo a heterogeneidade política dos municípios que

tomaram esta iniciativa sem precedentes, resta-nos concluir o óbvio: a «popularidade», «seriedade» e «eficácia» deste Governo — laboriosamente coreografadas pela Comunicação Social às suas ordens — são tão verdadeiras e consistentes que até os seus próprios correligionários e adjacências conjugam esforços com partidos democráticos para lhe exigirem o devido... e o porem em tribunal. ■

Hélder Madeira, CM do Barreiro: Não à discriminação de municípios

O camarada Helder Madeira é presidente da Câmara Municipal do Barreiro e conhece, portanto, em pormenor esta questão da dívida dos 350 000 contos do Governo Cavaco Silva aos cinco municípios que exploram transportes colectivos.

A conversa que tivemos com ele foi bastante esclarecedora e carreu elementos para o trabalho que dedicámos a este problema. Transcrevemos de seguida o breve depoimento que, na oportunidade, fez ao nosso jornal, abordando principalmente os factos que dizem respeito ao Barreiro.

«Como é sabido, isto é um problema que se arrasta há muito.

«O sistema dos transportes municipalizados no Barreiro arrancou em 1957, com uma frota de cinco autocarros (só urbanos), e após o 25 de Abril as coisas foram avançando: em 1974 tínhamos 38 autocarros urbanos e seis de turismo e hoje já possuímos 74 urbanos e sete de turismo, o que faz uma respeitável frota de 91 autocarros.

«Os Serviços Municipalizados sempre desenvolveram a sua actividade normal e temos vindo a reivindicar indemnizações compensatórias à exploração de transportes, que atingiu um nível apreciável, pois actualmente estamos a transportar 25 milhões de passageiros/ano, contra 11 milhões em 1974 e 2,5 milhões em 1957.

«Temos uma boa taxa de cobertura dos custos de exploração,

pois cobrimo-los na ordem dos 70% o que é um bom indicador, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

«Ora o problema é este: e os outros 30%, quem os suporta?

Aí é que nós reivindicamos que seja o Governo a fazê-lo, à semelhança do que faz com outros operadores de transportes — casos da CP, da Carris, da Rodoviária Nacional, do Metropolitano, dos STCP, etc. Se essas empresas recebem indemnizações compensatórias, nós achamos que também as devemos receber.

«E pormenorizemos com alguns exemplos: a Carris serve a população de Lisboa, a Rodoviária Nacional a de Setúbal e os STCP a do Porto, sem qualquer custo para os respectivos municípios. Então por que é que os nossos cinco — Aveiro, Barreiro, Braga, Coimbra e Beja — havemos de ser onerados por isso? Nós pensamos que não deve haver discriminação entre municípios e que, portanto, também devemos receber indemnização compensatória.

«Isto sem falarmos dos imperativos legais decorrentes do Orçamento de Estado para 1987, que o Governo está a violar frontalmente e que forçou os cinco municípios à decisão de proceder judicialmente contra o Governo, junto do Supremo Tribunal Administrativo.

«E em relação ao Barreiro há ainda uma particularidade: dado estarmos inseridos no passe intermodal da Região de Lisboa — cujos preços são fixados pelo Governo — só por isso a Câmara Municipal do Barreiro devia receber indemnização compensatória. E nunca a recebeu». ■



Hélder Madeira, presidente da Câmara Municipal do Barreiro



BRAGA — No centro da cidade até se anda bem a pé, mas a «capital minhota» não é só o seu centro histórico; o seu quotidiano depende também dos transportes municipalizados

Sem salários justos não há paz social, nem nos cemitérios

Governo perde o pé na Concertação

«Incompreensível» e «incoerente» são alguns dos epítetos com os quais o ministro Cadilhe se refere à atitude da CIP (e não «inocente», como por notória gralha vem no «Avante!» da semana passada). Tão notória já não parece a atitude do ministro das Finanças e do seu Governo, que continuam, pelos vistos, a não abandonar de vez o mito da «paz social» enquadrada pela direita. A falsa imagem de estabilidade, que uma concertação traria por inspiração televisiva, acaba de levar um forte abalo dentro do próprio Conselho de Concertação Social, onde continuam a prevalecer as teses do Governo e do secretário-geral da UGT. Paz haverá, mas não nos salários que essa gente pretende impor.

Não são pacíficos os salários, como não o é toda a política de rendimentos e preços que pretende este ano ganhar corpo contra direitos, interesses e garantias constitucionais.

As prospeções, introspeções e esperanças do Governo quanto a uma evolução da economia portuguesa, que não vai certamente dominar, chocam-se com a força sindical e dos trabalhadores organizados, dispostos a defender a todo o custo um poder de compra já muito abalado por anteriores prospeções, introspeções e esperanças de toda a direita que tem passado pelos governos sempre apressados em baixar os salários e em fazer crescer os grandes problemas nacionais.

O que pode ser a «cláusula de salvaguarda»

O Governo teria aceite, segundo fonte ligada à UGT, uma «cláusula de salvaguarda» que não figurava no acordo assinado em Julho de 1986, sem a participação da CGTP, e que o Governo tentou pôr em prática sem êxito no que respeita aos aumentos salariais em 1987.

Essa nova cláusula, tão propagandeada pelos mentores da UGT, fica-se pela mais vaga generalidade. Limita-se a preconizar «medidas de carácter compensatório», adequadas não se sabe a quê.

No sábado, Torres Couto diria

na Televisão que essas medidas, pelos vistos não especificadas na tal cláusula, teriam a ver com a produtividade.

A parte da produtividade que caberá, por exemplo, ao grande patronato e a que restará para os aumentos salariais em 1988 não iria além, segundo a mesma fonte de 2,5/2,7 por cento a somar à taxa de inflação esperada pelo Governo, a UGT, a CCP e a CAP para este ano.

Isto no que respeita aos aumentos salariais, que assim poderiam chegar, no entender da UGT, aos 8,5/9 por cento. Mas nada nessa cláusula tem base real. Se fosse de outro modo, o Governo não assinaria o acordo, ou não teria ninguém para apresentar em público como seu subscritor pela parte sindical. Aceitando a tal «cláusula de salvaguarda», que se limita a «apontar» e não a salvaguardar, o Governo, aparentemente, fez a vontade aos negociadores da UGT e mais exactamente ao secretário-geral, Torres Couto.

Como se sabe, mesmo com essa cláusula, a CGTP não aceitou assinar o acordo, e a CIP abandonou mesmo a sala na altura da apresentação pelo ministro das Finanças da versão final do projecto resultante das negociações.

A «cláusula de salvaguarda» funcionaria, citando ainda fonte próxima da UGT, apenas quando se verificasse que a inflação subiria além da esperada pelo Governo e



Como na Carris, também noutras empresas, os sindicatos da UGT serão impelidos pelos seus próprios filiados a não aceitar o acordo assinado pela UGT (foto do plenário de trabalhadores da Carris efectuado em S.º Amaro no dia 21)

na prevista de acordo com a verificada no ano passado.

Assim e apesar da inovação relativamente ao acordo de 1986, os trabalhadores terão que contar com um aumento da produtividade da ordem dos 2,7 por cento, segundo as GOP's, sem saberem que parte lhes caberá dessa pequena percentagem para os seus salários.

Mas a verdade é que não terão, por esse lado, que contar com nada. Terão, isso sim, de fazer valer a sua capacidade de luta, de unidade, de negociação.

O resto são «recomendações» e troca de galhardetes entre Cadilhe/Torres Couto/ Cavaco/ Governo/ CCP e CAP.

O carácter «compensatório» da cláusula que, segundo fonte ugésta, o Governo e o grande patronato teriam tido muita relutância em aceitar, não chegou naturalmente para demover a CGTP.

Importância mínima lhe teria atribuído a CIP, que recusou o acordo por motivos muito diversos e mesmo opostos, naturalmente aos da CGTP-IN.

CIP toma atitude de «má fé negocial»

Ao contrário do que pretendem fazer crer à opinião pública os porta-vozes mais próximos da direcção da UGT, este parceiro social, que, com a composição que tem actualmente, se limita a fazer o jogo do Governo, aceitou «mais uma vez, sem qualquer contrapartida para os trabalhadores», as «condicionantes que o Governo impôs à revisão contratual dos salários na contratação colectiva». Afirma-o a CGTP que, um dia depois (19 do corrente) da última reunião do CPCS (Conselho Permanente de Concertação Social), em que Cadilhe apresentou o

projecto definitivo, publicava um comunicado acusando a CIP (confederação patronal da indústria) de ter assumido «uma atitude de má fé negocial».

Leituras que por aí se fizeram relativamente ao presumível papel técnico que a CGTP teria desempenhado durante as negociações, em detrimento de uma tomada de posição política, não correspondem por sua vez à verdade.

Para desfazer equívocos vários, o melhor é transcrever ponto por ponto e na íntegra o comunicado da CGTP-IN, com data de 19 do corrente:

«1. O acordo que o Governo pretendia estabelecer para 1988 e para o médio prazo acabou por se limitar a ter como horizonte temporal 1988 e a ser apenas subscrito por duas organizações patronais com fraca influência na negociação colectiva, a CAP e a CCP, e pela

Torres Couto faz carreira

Sábado passado no «Expresso», sábado passado no jornal televisivo do primeiro canal, Torres Couto faz carreira como empresário sindical.

Uma coisa é na verdade ser secretário-geral da UGT, outra são as ambições pessoais que o seu «discurso» não esconde.

Disse ele na televisão que «sindicalismo é política». Se bem interpretámos as suas palavras, o que não parece difícil, pois, diz ele, «não é homem de duas caras», a sua política e o seu sindicalismo resumem-se, afinal, a pactuar com todos os que possam em qualquer momento avalizar-lhe a sua ambição de empreendedor empresário à custa da UGT...

O facto de se referir a si próprio na terceira pessoa, que não é a do Espírito Santo, mas a assumpção magestática do futuro proprietário de um banco, o facto de repetir — demasiado a nosso ver — o Torres Couto faz, o Torres Couto não faz, o Torres C. vai e não vai, o Torres C. assinou isto e não assinará aquilo, dá-lhe um sucesso palavroso de novo-rico que faz lembrar os barões de antigamente.

Mas barão ou baronete, logó se verá. O que interessa agora é o fac-

to de a UGT, por directa influência de TC, ter assinado o assim chamado acordo de rendimentos e preços para o ano corrente.

TC manobrou. O Governo é que teria cedido a imposições da UGT. Claro que não lhe foi difícil ceder, visto que essas imposições não terão qualquer reflexo na prática do acordo, se alguma prática vier a ter.

As imposições da UGT a este Governo, que para ser parceiro social não pode prescindir da UGT, resumem-se, no fim das contas — é o TC que o diz — ao facto de Cadilhe, pela voz de TC, ter aceite que «o referencial de Outubro» fosse igual ao «referencial de Janeiro», suprema especulação sobre a taxa de inflação esperada que, para não ir mais longe, já teve os reflexos que se sabe na massa salarial da Função Pública e todos esperamos que não venha a ter na Carris.

TC é um homem com um projecto. Não terá realmente duas caras, mas tem muitos bolsos. Um deles é a «habitação social», e os outros, que passam todos pelo banco sindical, não podem dispensar Torres Couto, que já ameaçou demitir-se e tudo e mais à maneira bem conhecida dos políticos com um projecto...

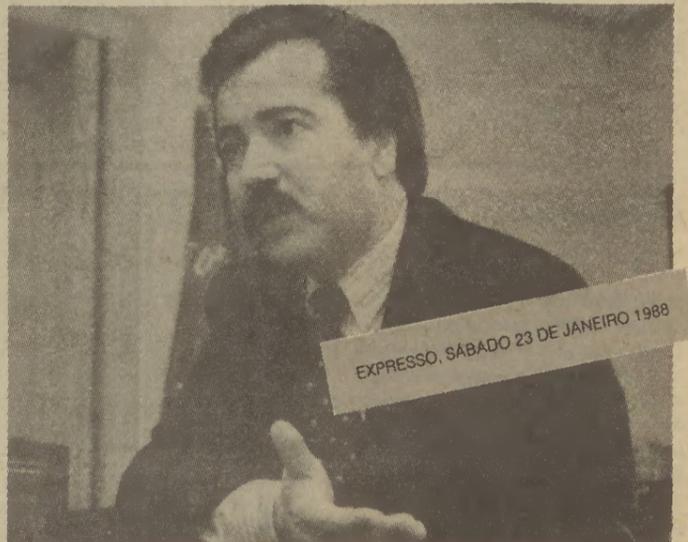
pessoal.

Torres Couto pode ir longe, tão longe como Cavaco Silva, possivelmente. Torres Couto tem o apoio financeiro dos seus amigos multinacionais, como tem (ou tinha?) Maldonado Gonelha, bem conhecido mentor do divisionismo sindical.

Mas os tempos são outros. E, de acordo com eles, TC permite-se ser pessoalmente desonesto, principalmente quando afirma que a «CGTP geralmente não sai de 1975». Couto sabe que mente. Mas é também pela hipocrisia e pela falsidade que passa, não há dúvida, o seu projecto pessoal.

Repare-se nesta simples verificação: No ano passado, o acordo do CPCS assinado com a UGT e sem a participação da CGTP, não conseguiu impor qualquer tecto salarial. Os aumentos nas tabelas, muito superiores ao que o Governo e a UGT previram, foram conseguidos com o esforço prolongado da acção de massas, e com a capacidade negocial que conseguiram impor.

Este ano, essa acção dos trabalhadores e dos seus sindicatos representativos não terá outro caminho para ultrapassar os 5/6 por cento que o acordo de rendimentos e



O empreendedor empresário sindical falou e disse

preços pretende impor.

Torres Couto, no meio dessa luta, limita-se a acenar — por muito que diga que não — com uma ilusória cláusula do acordo que preveria, como ele afirma, mais uns dois/três por cento além daqueles 5 ou 6, conforme a produtividade...

Não basta. Não basta nem é credível que essa mirífica cláusula permita que os salários acompanhem — pelo menos acompanhem — a subida dos preços em 1988 e mes-

mo a taxa de inflação esperada pelo Governo e o grande patronato.

Mas uma coisa é TC e a outra os sindicatos representativos que, por uma ou outra razão, integram a UGT. É mais que tempo de distinguir e ver claramente que Torres Couto e os seus amigos se distanciam cada vez mais dos sindicatos e dos interesses concretos dos seus filiados para fazerem, por sua conta e em nome da UGT, a sua «política sindical».



UGT que, mais uma vez, sem qualquer contrapartida para os trabalhadores, aceitou as condicionantes que o Governo impôs à revisão contratual dos salários na negociação colectiva.

«2. Desde o início que a CGTP-IN advertiu que a definição por consenso no Conselho de uma política de rendimentos deveria abarcar em termos concretos as diversas matérias que a compõem, designadamente as questões fiscais e parafiscais (tendo, aliás, apresentado várias propostas nos diversos domínios da política de rendimentos). O Governo, porém, com o apoio das organizações patronais, procurou restringir a discussão aos diferenciais da inflação esperada, ao mesmo tempo que foi tomando, unilateralmente, uma série de medidas importantes, com forte impacto na política de rendimentos. Foi o caso de, à margem do Conselho (CPCS), o Governo ter procedido a um agravamento considerável da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, através da não actualização dos escalões e das deduções do Imposto Complementar, da actualização insuficiente dos escalões do Imposto Profissional, do agravamento dos impostos indirectos, designadamente do IVA. Todas estas medidas reduzem o poder de compra dos trabalhadores e, se os referenciais da inflação esperada fossem utilizados, na negociação colectiva, conduzi-

ram a uma redução real das remunerações líquidas.

«3. Por outro lado, tais referenciais, além de ficarem muito aquém da inflação registada (9,4%), são claramente irrealistas, pois o processo de desinflação está progressivamente a perder vigor. Caso fossem aplicados (aqueles referenciais) teriam como consequência, dada a subestimação da inflação em que incorrem, uma nova redução da parte dos salários nos rendimentos, que continua distante dos níveis europeus.

«4. A agravar as condições lesivas do acordo para os interesses dos trabalhadores está o facto de não ter ficado previsto qualquer mecanismo concreto de verificação e

de compensação efectiva dos trabalhadores, caso os referenciais de inflação (como pensamos que irá acontecer) ficarem abaixo dos valores reais. Desta vez, nem sequer a chamada cláusula de salvaguarda que, apesar de ser inócua foi o alibi para que a UGT não denunciasse o acordo de 1987, foi aceite pelo Governo, o que, desde logo, indicia que nem sequer ele próprio fez muita fé nos seus referenciais de inflação.

«5. Por estes motivos, a CGTP-IN não poderia aceitar subscrever um acordo que avalia como prejudicial para os interesses dos trabalhadores. Porém, esta atitude foi em tempo oportuno transmitida aos outros membros do Conselho, quando se começou a desenhar o tipo de acordo que o Governo pretendia concretizar.

Mas a atitude da CIP foi em tudo diferente.

Após ter pressionado com êxito para limitar o acordo, em termos concretos, aos referenciais de inflação e para que esses referenciais tivessem como média, em 1988, 5 por cento (o que praticamente conseguiu, pois a média ficou-se em 5,25%), a CIP, na última reunião, declarou, com pretexto em argumentos estranhos à política de rendimentos (legislação laboral, privatizações e revisão constitucional),

É escandalosa a insuficiência dos salários em todos os sectores da produção e serviços

que até aí nunca tinha colocado, que não subscreveria o acordo do Governo.

A CIP teve um comportamento de má fé negocial, que a CGTP-IN não pode deixar de denunciar publicamente.

Acresce que, com esta atitude de não assumir um acordo para o qual contribuiu decisivamente, a CIP pretende pressionar o Governo para que este leve rapidamente por diante o violento projecto de alteração da legislação laboral.

«6. Finalmente, a CGTP-IN considera que o frágil acordo celebrado não constitui enquadramento credível para a negociação colectiva, nem pode ser usado para limitar a livre negociação colectiva nas empresas e nos sectores económicos.»

Pensa-se que esta tomada de posição da CGTP-IN é suficientemente clara para dispensar mais comentários e elucidar todos os que têm feito leituras deficientes ou muito parcelares da posição verdadeira da Central. ■

Política de rendimentos é uma farsa

A CGTP-IN tem motivos concretos para afirmar que a «política de rendimentos é uma farsa».

A estratégia do Governo seria fundamentalmente a de «fixar limites salariais». Nisso não se distingue das organizações do grande patronato, nem dos dirigentes da UGT encabeçados por Torres Couto.

O objectivo dessa estratégia seria evidentemente o de «diminuir ainda mais o poder de compra dos trabalhadores».

No entanto, há outras maneiras de negociar, lutando se necessário por melhores resultados.

A comissão executiva do conselho nacional da FSTIQFP (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Portugal) divulgou recentemente os «aumentos salariais já assinados no sector, para vigorarem em 1988».

São citadas as seguintes empresas:

- Sores 14%
- Lever 12%
- Fima 12%
- Knorr 12,5%
- Sôda Póvoa 11%
- Gist-Brocades 9,8%
- Calma 9,8%
- Óptica 11,2%

A Federação dos químicos chama ainda a atenção para o facto de o acordo do CPCS (Conselho Permanente da Concertação Social) vir agravar a «instabilidade social, pois os trabalhadores irão intensificar a luta por aumentos salariais que permitam defender o seu poder de compra». ■

Quem se equilibra nos seis e meio?



JORNAL da FENPROF

Aumentos negociados atingem 13 por cento

As tabelas de alguns sectores destacados da indústria e dos serviços demonstram, segundo a CGTP, que os valores alcançados nos aumentos salariais variam entre 8,3 e 13 por cento. Numa nota do passado dia 5, a *Inter* acrescentava que há outros processos em negociação nos quais as posições do patronato se situam entre esses valores.

Um levantamento feito pela Central no campo da negociação colectiva mostrava nessa altura «resultados positivos, ainda que insuficientes».

A nota da CGTP era acompanhada do seguinte quadro:

Aumentos salariais na contratação colectiva			
CONVENÇÃO	TABELA SALARIAL	INICIO VIGÊNCIA	OBSERVAÇÕES
CCT Betão pronto	9,8%	1/11/87	
CCT Comércio retalhista Distrito Portalegre	13,0%	1/12/87	
CCT Cerâmica-barro vermelho (escrit.)	10,5%	1/12/87	
CCT Transp. rodoviários ligeiros (táxis)	13,0%	1/1/88	
ACT Hospital CUF e Clínica S. Bento	10,0%	1/1/88	
AE Jardim Zoológico	9,2%	1/1/88	
CCT Comércio de carnes - Santarém	11,0%	1/1/88	
ACI Fermentos	9,8%	1/1/88	
ACI Empr. de vigilância	8,9%	1/1/88	10% nas diurnidades
CCT Serviços de limpeza	8,3%	1/1/88	
AE Sicopor	12,0%	1/1/88	
AE Caima	9,7%	1/1/88	Global: 10%

5.º Congresso Provou-se: Governo quer impor

«passas do Algarve» à Regionalização



V Congresso do Algarve, que terminou no passado fim-de-semana em Albufeira, teve como «ponto forte» a discussão em torno do problema da regionalização. Se era evidente que a grande maioria dos participantes no Congresso, defendia

entusiasticamente a rápida criação da região administrativa, nas hostes do PSD a confusão e as contradições eram patentes. Os alibis criados em volta do problema da simultaneidade na criação das regiões, ou «inconvenientes» criados devido à integração no espaço comunitário, os constantes apelos à ponderação eram os argumentos esgrimidos.

À revelia da posição nacional do seu partido, António Vairinhos, deputado PSD pelo Algarve, manifestou-se pela eliminação do princípio da simultaneidade e favorável à regionalização. Logo Cabrita Neto veio pôr «a casa em ordem», transmitindo o ponto de vista oficial: vai haver regionalização, mas «em simultaneidade e com ponderação».

Respondendo, na sessão de encerramento, às afirmações do eng. João Matoso, membro da organização, que defendeu a rápida regionalização e se mostrou céptico quanto às intenções do executivo, o ministro António Capucho confirmou os receios dos algarvios: regionalização sim, mas muito, muito devagar, foi a tônica da sua intervenção.

Carlos Brito, Presidente do Grupo Parlamentar do PCP e único deputado pelo Algarve que apresentou uma comunicação ao Congresso, desfez todas as dúvidas quanto ao empenhamento do Partido no processo de regionalização, pondo em destaque que se a questão da simultaneidade é um obstáculo, esta deve ser eliminada, salientando o facto de a regionalização contribuir para a ampliação e aprofundamento do sucesso do Poder Local Democrático, assente na descentralização

administrativa, na autonomia financeira e no carácter electivo dos seus órgãos. Em contraponto com os que afirmam que não se pode criar assimetrias e que a regionalização do Algarve, de imediato iria criar duas regiões, o Algarve e o resto do país, respondeu que a criação da região administrativa do Algarve «pode ser a locomotiva do processo de regionalização».

Nas conclusões do Congresso sobre este tema, lamenta-se que o processo não tenha registado avan-

ços, recomenda-se que, através da revisão constitucional, sejam introduzidas as alterações que contribuam para desbloquear o processo e manifesta-se a «inequívoca expressão sobre a urgência da criação das regiões, devendo-se avançar para regiões em separado, quando estiverem reunidas as condições, como é o caso do Algarve».

CEE

Os problemas relacionados com a integração na CEE, foram pouco abordados em intervenções de congressistas.

José Cruz, membro da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, falou sobre «as pescas e a adesão à CEE», salientando o facto de a tendência a diminuir do rendimento global da frota de pesca do Algarve, devido ao envelhecimento e deficiência de que enferma e, por não se conhecerem no plano prático medidas dinâmicas que a fa-

çam sair do atraso. Pelo contrário acrescentou:

«O que se conhece são medidas que não escondem as veladas intenções de destruição da pesca artesanal a pretexto da adesão».

Esta intervenção veio proporcionar um aceso debate em torno dos problemas da pesca artesanal, da criação de recifes artificiais para a recomposição de stocks com apoios comunitários e as medidas de protecção a tomar, tendo sido chamada a atenção dos técnicos bem intencionados quanto à defesa dos stocks poderem contribuir para que se tomem medidas, que poderão causar graves problemas sociais à classe piscatória algarvia, com o abatimento de unidades de pequeno porte, para, depois, a CEE beneficiar dos peixes já grandes aqui criados, obtendo quotas de pesca mais elevadas, por falta de apoio do Governo ao sector, na integração.

Mendonça Pinto, vice-presidente da Comissão de Coordenação da

Região do Algarve, introduziu um vivo debate, ao constatar que não estamos a andar ao «ritmo necessário para o aproveitamento dos fundos estruturais da comunidade», quando o Algarve ainda só consumiu 33 por cento das ajudas de pré-adesão. Informou ainda que os projectos candidatados pelo Algarve, nos diversos sectores, representam um volume de investimento na ordem dos 3,2 milhões de contos, sendo a ajuda da comunidade de 1,8 milhões de contos, faltando até ao mês de Outubro passado a utilização de 67 por cento dos financiamentos a fundo perdido, devido sobretudo às dificuldades de implementação de projectos no sector de transformação de produtos agrícolas.

Correia da Cunha, ex-presidente da Comissão de Saneamento Básico do Algarve, afirmou que se está «a actuar como se tivéssemos 40 anos pela frente até à entrada em vigor do Acto Único, quando esta

As muitas questões de

Regiões administrativas

(...) Somos de opinião de que só se avançará decididamente no processo de regionalização quando se afrontar a questão complexa da delimitação. Apesar disso entendemos que o desenvolvimento numa primeira fase, da questão das atribuições das regiões administrativas pode ser, no presente quadro político, uma boa forma de esclarecer perante o País real interesse das regiões administrativas e arredar os fantasmas que alguns pretendem levantar à volta delas para intimidar as populações.

O actual Governo através do Programa que apresentou à Assembleia da República defende «o desenvolvimento gradual do processo de regionalização» e pronuncia-se a favor de «uma lei-quadro sobre a regionalização, que permita uma decisão sobre as funções e competências das Regiões Administrativas».

Na altura em que escrevi esta comunicação observei: o tempo esclarecerá o que significam estes propósitos programáticos. Há que anotar no entanto que eles representam uma significativa diferença em relação ao Programa do anterior Governo que sendo da responsabilidade do mesmo Primeiro-Ministro e do mesmo partido ignorava, pura e simplesmente, a regionalização. Nem mesmo o Governo pode ser indiferente ao impulso que a causa da regionalização teve em 1986 e 87:

Não foi preciso esperar muito tempo para que viesse o primeiro balde de água fria do Governo Cavaco Silva e do PSD sobre a Regionalização. Ao contrário do que prometera, o PSD não incluí no seu projecto de revisão da Constituição a eliminação do princípio da simul-

taneidade na criação das regiões administrativas e não dá qualquer abertura para a criação da Região Administrativa do Algarve. Não é o único balde de água fria vindo do lado do Governo e do PSD, como veremos...

Há que esclarecer, agora que a decisão sobre as funções e competências das Regiões Administrativas está há muito tomada. Com efeito, o artigo 257.º da Constituição define com toda a clareza as atribuições das regiões administrativas. São, por ordem de referência constitucional as seguintes: 1.º - «participação na elaboração e execução no plano regional»; 2.º - «coordenação e apoio à acção dos Municípios, sem limitação dos respectivos poderes»; 3.º - «direcção dos serviços públicos».

Este enunciado sintético é por si só esclarecedor das importantíssimas funções que as regiões administrativas podem desempenhar no interesse das populações. Mas há necessidade de aprofundá-la. É o que nos propomos fazer tendo em conta os problemas, as carências, as potencialidades e as aspirações da região algarvia.

(...) As experiências de desenvolvimento regional prosseguidas com as estruturas desconcentradas actualmente existentes, se podem apresentar alguma pequena obra positiva, no que toca a algumas infra-estruturas, mostraram-se completamente incapazes de dar a volta à questão do desenvolvimento regional. É aqui a altura de falar do segundo balde de água fria lançado pelo Governo e o PSD sobre a Regionalização. O PSD não se limita a querer impedir a criação das regiões administrativas, no seu projecto de revisão da Constituição o PSD propõe a redução das suas atribuições na área fundamental de desenvolvimento regional! Pretende

que seja eliminado no art.º 257.º a expressão: «além da participação na elaboração e execução do plano regional...»

O Algarve tem muito a ganhar com um papel forte de região administrativa na definição das prioridades do desenvolvimento regional, na elaboração de um verdadeiro plano integrado acompanhado de atribuições claras que lhe permitam uma acção persistente para a sua concretização. (...)

■ Carlos Brito

Saídas profissionais no Algarve

(...) Não constitui hoje qualquer novidade dizer-se que o Algarve é das regiões do nosso país que sofreu alterações mais profundas na estrutura da sua economia, nos últimos 25 anos. Tais modificações resultam de uma série de factores conjugados nos quais avultam: o impacto da explosão da actividade turística na região, as importantes modificações introduzidas na agricultura e ainda as alterações que se têm vindo a verificar nas pescas. Para tal igualmente contribuiu a decadência em que se encontra a tradicional indústria conserveira, e a perda de peso que hoje dispõe no Algarve a também, outrora importante, indústria corticeira.

(...) Estas profundas alterações estruturais que configuram um quadro radicalmente diferente no Algarve de hoje, deveriam ter pressuposto não só medidas de reciclagem e reconversão de uma parte importantíssima da população activa, como acções de formação profissional que fossem ao encontro da nova realidade existente. Será que assim foi?

Antes ainda de abordar em concreto os problemas da formação profissional, é justo determo-nos, um pouco que seja, sobre o problema do emprego/desemprego existente na região, já que, na minha opinião, tão importante questão é também, malgrado as políticas de desenvolvimento que para o País têm vindo a ser implementadas ao longo dos últimos anos, um fenómeno profundamente ligado às enormes distorções de afunilamentos em que hoje se encontra a estrutura económica do Algarve.

É assim claro que a região mantém um número de desempregados que oscila entre 9% e os 5,5% da população activa (isto segundo os discutíveis dados oficiais) conforme se reporte a Janeiro ou a Setembro numa curva que, de ano para ano, vai deixando de fora um número maior daqueles que procuram uma ocupação estável para garantir a sua subsistência.

(...) A real dimensão do fenómeno emprego/desemprego no Algarve é todavia mais complexo e profundo que a natureza dos dados referidos pode deixar transparecer. Ele tem a ver com a enorme extensão que hoje atinge o trabalho precário através do clássico uso e abuso dos contratos a prazo, tendo vindo a evoluir, negativamente, nos últimos anos para outras formas entre as quais se destaca o trabalho sem contrato, clandestino, à tarefa ou à hora, onde o vínculo com a entidade patronal é por demais ténue, deixando o trabalhador sem qualquer protecção e pondo em causa o exercício e o benefício de regalias e direitos consagrados na lei.

(...) Voltando à formação profissional e pegando na situação da hotelaria como exemplo paradigmático, o que temos na realidade?

Já vimos que este sector se afir-

ma hoje como o mais importante no quadro da economia da região, não só pela riqueza nele produzida mas igualmente pelo número de trabalhadores que comporta. Passados mais de duas décadas sobre a explosão do seu desenvolvimento no Algarve, em matéria de formação profissional o distrito continua a dispor de uma escola exígua, desadequada, flagrantemente contrastando, pela negativa, com a importância desta actividade económica.

(...) Em relação a outras áreas da economia da região a situação não é muito diferente. Vejamos o caso da agricultura onde, a partir do início da década de 70, se processou uma importante modificação, particularmente no litoral, com a introdução dos citrinos, culturas forçadas em hortícolas e, de uma maneira geral, se assistiu a uma certa expansão do regadio.

A introdução de novas culturas, passados mais de uma década, não se assistiu a (...) esforços devidos e necessários no domínio da formação técnica dos agricultores. Em muitos casos tudo se passou a partir da imitação daquilo que o vizinho tenha feito ou, ainda um tanto caritativamente, os agentes da ajuda técnica foram, em não poucos casos, os vendedores de fertilizantes ou pesticidas da indústria química.

De tudo isto se ressentiu negativamente (para além de outros factores) os êxitos, o progresso, o desenvolvimento da horticultura e fruticultura.

Nas pescas as carências de formação de mão-de-obra qualificada são hoje, para além de mais, um desafio que se coloca à modernização do sector e à reconversão de uma boa parte da nossa frota. Este facto é tanto mais importante quanto a integração na CEE nos está a colocar já, e nos colocará num futuro muito próximo desafios, face aos



A criação da Região do Algarve – anseio das suas populações e necessidade objectiva local – defronta-se com a obstrução deliberada do Governo de Cavaco Silva, como se viu neste 5.º Congresso. Não foi preciso muito tempo para o PSD esquecer as suas promessas eleitorais (na foto, praia da Rocha, em Portimão)

está à porta», salientando ainda o facto de «se estar a cumprir ainda a pré-adesão, depois de 2 anos já cumpridos de adesão».

No dia do encerramento do Congresso, num painel com convidados para discutir o reflexo da adesão, António Féu, ex-deputado do PRD e ligado ao sector das pescas, constatou que «o balanço da adesão no sector das pescas tem sido largamente negativo», estando-se a actuar como se «a política de pescas portuguesa fosse a comunitária». Salientou ainda o facto de as ajudas «virem tarde e a más horas», sendo grande parte dos subsídios absorvidos por encargos financeiros, devido à necessidade do armamento português ter de começar projectos com fundos próprios, que muitos não têm, tendo de recorrer à banca. Afirmou ainda, ser necessária uma política de pescas que «reforce a nossa capacidade negocial».

Neste painel ainda entrevistaram Luís Filipe Madeira, deputado ao Parlamento Europeu, que defendeu o federalismo e afirmou que se está a «marchar a passo de caracol, quando não a andar para trás», e Lucas Pires que, como é óbvio, não criticou a integração, mas o Governo, pela maneira como a tem conduzido.

Turismo e investimentos estrangeiros

Neste painel dedicado ao Turismo, salienta-se a intervenção de **Vitor Neto**, que abordou o tema «turismo algarvio — novas contradições e velhos problemas» (e que resumimos aqui ao lado).

Horácio Cavaco, presidente da Região de Turismo do Algarve, afirmou que «o Algarve deve primeiro

melhorar a oferta e só depois exigir qualidade», anunciando para 1 de Fevereiro, o início de uma campanha nesse sentido.

Quanto aos investimentos estrangeiros na região, merece destaque a comunicação de **Susana Faisca**, geógrafa urbanista da CCR.

Os estrangeiros de nacionalidade inglesa, alemã e holandesa, ocupam o primeiro lugar da procura turística, além de serem os primeiros investidores do sector imobiliário.

Os ingleses têm o maior índice de efectivos em qualquer concelho, sendo a diferença em relação aos restantes bastante acentuada, com relevância nos concelhos de maior expansão turística — Albufeira, Lagoa e Loulé, que foram também os que atraíram maior número de investidores. Quanto à quantificação e análise da distribuição dos imóveis transacionados e do seu valor, os prédios urbanos com 1701 unida-

des, são o tipo de imóveis que suscita maior procura. Lotes, prédios rústicos e apartamentos, em número superior a 1000, também ocupam taxa significativa de mercado. De 84 para 85, o acréscimo global de imóveis vendidos foi de 56,3 por cento. Os concelhos com maior volume de transacções são os de Loulé e Lagoa, que no total representam 51 por cento do total regional. O valor de imóveis comprados ascendeu a cerca de 13 milhões de contos. Os ingleses têm feito crescer o seu peso entre os investidores estrangeiros, chegando a 70 por cento do total. Concentrado em Loulé, Lagoa e Albufeira, o investimento estrangeiro apresenta no Sotavento e interior valores baixos, mas com tendência a subir.

Outros painéis do Congresso

O fraco peso que as questões sociais ocuparam no conjunto das comunicações, foi a nota negativa do Congresso. Apenas as intervenções de **José Morte**, coordenador da USAL/CGTP-IN, **Fernando Amaro**, presidente do Sindicato da Hotelaria e **Carlos Luís Figueira**, que falou de forma desenvolvida da questão da falta de saídas profissionais no Algarve, abordaram o problema (ver também resumo ao lado).

A cultura e património algarvio

também foram temas de debate. De destacar a comunicação do Prof. **Horta Correia** que falou sobre a relação entre identidade cultural e património colectivo numa altura em que «a descaracterização do Algarve atinge proporções de ruptura». **Margarida Tengarrinha** traçou um perfil do Pintor Samora Barros.

Biologia e recursos aquáticos, investigação e desenvolvimento, agricultura e recursos hídricos, ambiente e sociedade, foram outros temas em debate.

Ao longo de uma maratona de 187 comunicações, foram analisadas questões de importância relevante, apresentadas reivindicações e discutidas propostas no sentido de desbloquear ou melhor ajudar a desbloquear os problemas mais urgentes da região.

Uma nota final, para saudar, a inovação que foram os três painéis especiais, no último dia, onde participaram convidados da organização e foram debatidos temas tão importantes como a regionalização, balanço da adesão à CEE e o turismo do Algarve.

Uma palavra também para a excelente organização do Racial Clube de Silves.

Uma nota negativa para a presença quase protocolar de elementos do Partido Socialista, com fraca ou quase nula participação nos trabalhos.

■ H. A.

algumas intervenções

quais, não estamos nem a preparar-nos, nem a criar condições de resposta adequadas.

(...) Perante este quadro de problemas reais que se colocam à formação profissional no Algarve é pelo menos gritantemente injusto que no OE/87 a formação profissional na região tenha sofrido o corte de 3,800 milhões de contos previstos anteriormente no PIDAC para acções de formação e edificação de estruturas de apoio à formação profissional (...).

■ **Carlos Luís Figueira**

Turismo algarvio: novas contradições velhos problemas

(...) **Afirmações feitas por nós**, aqui, no 2.º e 3.º Congressos, 1982 e 1984 foram objecto de cerradas críticas. Eram os tempos em que o turismo era considerado a «galinha dos ovos de ouro», ou o «petróleo» algarvio.

Mas hoje já toda a gente fala de Planeamento, de defesa dos recursos naturais e culturais, de diversificação de mercados, etc., com a naturalidade de quem o faz desde sempre.

É verdade que também, a nível oficial, o «discurso» sobre o turismo mudou. Existe um **Plano Nacional de Turismo** — elaborado em 1984 entrou em vigor em 1986, para o período 86/89 — e que contém um **diagnóstico sobre a realidade do Turismo** e aponta linhas de acção globalmente justas.

Tudo isto é positivo — sem dúvida. Valeu a pena a polémica. Mas a

verdade é que — no plano prático — 4 anos passados, não se nota ainda uma **inversão significativa** da situação negativa detectada no diagnóstico — e podemos até dizer que surgiram novos e graves problemas.

É ou não verdade:

— que não se travou a destruição e degradação dos espaços naturais e do património cultural, histórico e urbanístico, nem o avanço do cimento, nem se criaram mecanismos eficazes para o impedir? O Algarve que o diga.

— Que se mantiveram e agravaram os desequilíbrios regionais da oferta turística (Algarve — 1.º destino turístico nacional) e no interior de algumas regiões (como o Algarve) a concentração da oferta se acentuou?

— Que não se alterou — tendo-se até agravado — a nossa dependência turística dos mesmos países: 85% dos turistas provêm apenas de seis países. Só aos ingleses correspondem 40% das dormidas. Dessas, 75% concentram-se no Algarve (47% em 1981), representando 65% do total das dormidas de estrangeiros na nossa região? (Entretanto gastaram-se, inutilmente, milhões de contos de promoção no estrangeiro).

— Que não melhorou a qualidade da nossa oferta, e piorou a qualidade da procura? (É o tema da qualidade).

— Que as camas paralelas — no Algarve — aumentam a ritmo duplo das legais?

— Que os turistas são cada vez mais, mas a sua estada é cada vez mais curta, e os seus gastos cada vez menores? Etc.

— Que surgiram fenómenos perniciosos como o «Time-share» e a presença ilegal de dezenas de milhares de estrangeiros — e a descaracterização cultural do Algarve?

É ou não é verdade tudo isto?

— Claro, com isto não se pretende negar que entretanto melhoraram algumas coisas no plano das infra-estruturas, etc. Mas não chega. O que é facto é que o **Plano Nacional do Turismo** não está a ser aplicado naquilo que tinha de mais urgente: travar a destruição — pelo menos isso — e delinear, coordenar, o desenvolvimento.

Entretanto a vida não pára, e o turismo no Algarve a continuar esta situação pode entrar em poucos anos numa situação de ruptura (...)

■ **Vitor Neto**

Samora Barros — pintor do Algarve

Prestar homenagem a Samora Barros neste 5.º Congresso, o primeiro Congresso do Algarve que se realiza depois do centenário do seu nascimento, é o objectivo desta comunicação.

Nascido em Albufeira em 3 de Abril de 1887 a sua vasta obra abrange um longo período, de 1915 a 1972, ano da sua morte. Esta tão fértil produção artística, de uma temática multifacética que vai desde o retrato à paisagem, da grande composição histórica à natureza morta, tem como personagem principal e sempre presente o Algarve. São as suas paisagens e costumes, as sua história e as suas gentes, os seus frutos, a sua luz, que ele retrata com um amor, uma exclusividade, não igualados por qualquer outro pintor.

Por isso lhe chamo **Samora Barros — pintor do Algarve**.

(...) Pois que a sua terra e os seus contornos o conheçam melhor a ele! Assim como todos aqueles que procuram o Algarve e que, a ser-lhes acessível a obra de Samora Barros, aprenderiam a ver

com outros olhos a nossa terra e a sua gente.

Para que este voto se cumpra, aqui deixo a sugestão, que creio já foi ventilada aquando da comemoração do centenário do nascimento do pintor, em Albufeira: a criação e um museu Samora Barros, numa instalação condigna da sua obra, é homenagem que os seus contemporâneos lhe devem e que enriqueceria culturalmente a nossa região.

■ **Margarida Tengarrinha**

Trabalho emprego e formação profissional

O Algarve é conhecido por possuir pouca capacidade produtiva instalada. Apesar disso (e como se diz), as fábricas continuam regularmente a encerrar. Não espanta, pois, que o emprego seja o problema mais preocupante da população algarvia.

A resolução dos problemas de emprego no Algarve deverá passar pela consideração do emprego como o objectivo central e prioritário da actividade económica da região.

A concretização de tal política exige, designadamente:

— o aproveitamento das potencialidades da região; a promoção do emprego; regulamentação, com a participação do Movimento Sindical, nas iniciativas locais de emprego e a elaboração de um Plano Regional de Formação Profissional que fixe prioridades de acordo com as necessidades do desenvolvimento económico e social da região.

(...) **Conservas:** Imobilismo e descumprimento levaram o sector à beira da extinção. Ainda há dois anos

eram 23 fábricas, hoje são 14 e, destas, 4 estão paralisadas. Foram 850 trabalhadores para o desemprego, outros 350 correm esse risco.

Pescas: No «Estudo de Impacto do Novo Ordenamento Legal», elaborado pela Direcção Geral das Pescas, foi assumido que «o necessário reordenamento e racionalização da actividade da frota de pesca, em particular da artesanal conduzirá, naturalmente, entre outras consequências, a uma diminuição do número de embarcações em actividade e à redução dos efectivos das tripulações». A pesca artesanal, no Algarve, representa 95% das embarcações e 85% dos pescadores. (...)

Cortiças: Há vinte anos eram 143 fábricas e 6000 trabalhadores. Hoje são 21 e cerca de 1000 trabalhadores. (...)

Agricultura: Diz-se que as principais culturas do Algarve já são de «cimento armado». Como quer que seja, o sector vai perdendo peso em termos de ocupação de trabalhadores. (...)

O Turismo pode não ser a solução, nem tão pouco o Comércio, em que nos cerca de 3500 estabelecimentos existentes é muito reduzido o número dos que funcionam com mais de 4 trabalhadores. (...)

— Por tudo isto não espanta que o emprego seja o problema mais preocupante da população algarvia como é, também, da população portuguesa.

É de concluir, pois, que a resolução dos problemas do Algarve nesta área impõe que se considere o emprego como objectivo principal da política económica da região e que o emprego e o combate ao desemprego passa pelo seu desenvolvimento harmonioso.

■ **José António P. dos Santos Morte**

ARGENTINA

A Argentina viveu a semana passada novo episódio da conspiração militar latente no país desde o seu regresso à democracia formal.

A exemplo de situações anteriores, as chefias da maioria das unidades manifestaram o seu apoio ao chefe de Estado-Maior do Exército, os chefes dos diferentes ramos das Forças Armadas declararam o apoio ao presidente Raul Alfonsín, o mesmo sucedendo com os principais partidos políticos do país. Numa palavra, a rebelião militar foi dominada pelas forças leais ao governo argentino. No ar fica no entanto a pergunta: até quando?

A história desta rebelião não acrescenta nada de novo à situação política que se vive na Argentina, a não ser talvez no que toca ao agravamento da tensão que nunca deixou de existir entre o poder político e o poder militar.

Mas traz uma vez mais para o domínio público a evidência da precariedade duma democracia que não soube — ou não quis? — expurgar do corpo social e do poder que detêm no seio das Forças Armadas os principais responsáveis pelos crimes

lar na sua própria casa, não faltou sequer a «sentença» de prisão domiciliária, pronunciada por um juiz que assim reconhecia uma situação de facto de total impotência legal, ao mesmo tempo que consagrava a impunidade dos militares que abertamente se opõem ao regime.

Se a Aldo Rico não foi difícil sair da prisão, também o não foi passar de casa para o regimento que liderou a rebelião.

E o mesmo se pode dizer quanto ao seu desaparecimento. Segundo



A democracia à mercê da impunidade golpista

cometidos durante as sucessivas ditaduras militares.

O tenente-coronel Angel Leon e o ex-tenente-coronel Aldo Rico, que chefiaram a rebelião militar deste início de 1988, tinham estado envolvidos na conspiração golpista de Abril do ano passado.

A rocambolesca farsa judicial que então levou Aldo Rico a uma prisão de luxo, donde saiu há dias com a maior das facilidades para se insta-



fontes não oficiais, até à data desconhece-se o paradeiro de Aldo Rico, que terá abandonado de helicóptero o regimento de Monte Caceros, antes da rendição deste e após ter sido aceite o seu pedido de uma trégua de seis horas.

Um exemplo esclarecedor quanto às formas como na Argentina são «punidos» os promotores de revoltas militares.

E um exemplo, sobretudo, do tipo de relacionamento que desde 1983 existe entre o poder civil e o poder militar, dominado por sucessivas cedências do primeiro em relação ao segundo e duma crescente chantagem deste sobre o primeiro.

Não é pois de surpreender que nuvens negras pesem sobre a democracia argentina. Nuvens que se tornaram ainda mais cerradas após a aprovação da famigerada lei do «Ponto Final».

Ponto Final — absolvição da guerra suja

A ditadura militar argentina ficará na história da América Latina como um exemplo da mais sangrenta repressão, da mais brutal perseguição política, da mais feroz liquidação dos direitos humanos.

Assassinios em massa, prisões, torturas, roubos e venda de crianças deixaram na Argentina um rasto de dor que o tempo não pode apagar e uma sede de justiça que não se deixa iludir com medidas pseudo-conciliatórias em nome da reconciliação nacional.

Até hoje, as Mães e Avós da Praça de Maio procuram o paradeiro de entes queridos, tentam descobrir se estão vivos ou mortos; movem todas as dificuldades para juntar as famílias que a ditadura separou.

E exigem justiça. Exigem o julgamento exemplar dos responsáveis pelos crimes cometidos, a maioria bem conhecidos das suas vítimas.

A resposta do poder civil a esta exigência popular, ao contrário do que se afirmava pretender, não contribuiu para a paz social.

Ao aprovar a lei do «Ponto Final», o governo de Raul Alfonsín pretendeu passar uma esponja sobre os crimes da ditadura, reduzir ao mínimo as responsabilidades dos militares (a coberto da chamada «obediência devida»), pôr uma pedra sobre o passado trágico do país.

Ignorando ou iludindo o facto elementar de que, com tal atitude, deixava aberto o caminho para que os militares que serviram a ditadura e dela se serviram confirmassem o seu estatuto de total impunidade.

Mais grave ainda, deixava aberto o caminho para o regresso aos crimes do passado.

A experiência aí está a demonstrá-lo. A par de sucessivas rebeliões militares sempre que o poder civil toma alguma medida menos do agrado dos oficiais, regista-se na Argentina um recrudescimento da escalada repressiva, cujos alvos são, como no passado, os democratas.

E enquanto militares no activo se davam ao luxo, em meados do ano passado, de dizer que nem sequer queriam uma amnistia porque isso seria admitir que tinham cometido algum delito, militantes da Juventude Comunista, bem como de outras organizações democráticas, designadamente peronistas, continuam presos.

Nem outra coisa seria de se es-



perar. Basta dizer que após três anos e três meses de regime constitucional, apenas 30 militares foram julgados e 10 condenados, alguns com penas irrisórias, como o caso do brigadeiro Orlando Agosti, que integrou uma das Juntas genocidas, libertado em finais do ano passado.

E que dizer do facto dos tribunais civis terem processado menos de 200 implicados no terrorismo de estado, quando a própria comissão formada pelo governo para investigar esses casos elaborou uma lista de 2800 repressores e os organis-

mos de defesa dos direitos humanos terem uma com cerca de 4000 implicados?

Como afirmou a propósito o secretário-geral do Partido Comunista da Argentina, Athos Fava, foi o governo, com as suas vacilações, que deu azo às atitudes golpistas das Forças Armadas e lhes deu alento com a aprovação do «Ponto Final».

Para lhes fazer face, o povo argentino tem de continuar, como no passado, a sua luta pela democracia, de que a justiça é parte indissociável. ■

Nunca mais...

Há cerca de um ano, a Coordenadora da Luta contra a lei do «Ponto Final» aprovou um documento que é uma manifestação de luta contra a impunidade dos militares argentinos, para que o horror não se repita nunca mais.

Vale a pena lembrar aqui, no rescaldo da nova intentona golpista, as razões então invocadas contra aquela lei.

(...) Rejeitamos o Ponto Final porque a lei 23.492 faz parte de um projecto político que começou em 1983. Porque põe em prática uma verdadeira amnistia, que iliba os que planearam e executaram o que o Direito Internacional classifica de verdadeiro genocídio contra o nosso povo e coloca a nossa cidadania sob a chantagem permanente da ameaça de um golpe militar.

Os mesmos que foram absolvidos pelo poder executivo e pelo parlamento, são os que hoje põem bombas, prestam homenagem aos condenados por delitos contra a humanidade e fazem proclamações reivindicando os seus crimes como uma luta heróica. A população democrática enfrentá-los-á com todos os meios ao seu alcance para defender o Estado de Direito.

O aparato repressivo que o «ponto final» visa proteger significa a impunidade da repressão genocida de ontem e a ameaça repressiva das lutas operárias, estudantis e populares de hoje e de amanhã.

Porque o «ponto final» representa uma ameaça contra todo o povo argentino é que nos propomos continuar a luta até conseguir a anulação desta lei manifestamente anticonstitucional. Não aceitamos nem aceitaremos nunca que só uma ínfima parte dos responsáveis e executores do terrorismo de Estado sejam julgados e eventualmente condenados. Como parte da luta contra o «ponto final» o povo deve julgar as leis enviadas pelo poder executivo ao parlamento e que são sancionadas por legisladores que esquecem que o seu primeiro dever é cumprir de acordo com a vontade popular. (...) ■



Gazetilha

por Ignotus Sum

Canto e descanto aqui, de canto em canto, canto no meu recanto, taco a taco, o carácter, o gesto, a voz, o encanto, o poder de Cavaco, a que me ataco pois com seu frenesi é que me encanto. Musa, não valha eu nem um pataco, se o não cantar de modo que assim veja sem mesmo a Salazar guardar inveja!

Aconteceu que na INDEP, empresa do Estado, tiveram os operários em Dezembro passado, uma surpresa: ficaram simplesmente sem salários. Juntaram-se e gritaram. Com franqueza! O que eles são, são mesmo perdulários. Podiam bem seguir outro caminho. Por que não mesmo um seminariózinho?

Homens, mulheres, todos (afinal é tudo a mesma fonte de sarilhos) diziam: **-Que Natal, mas que Natal, vai ser o nosso e o dos nossos filhos?** Mas ao projecto governamental somente queriam pôr mais empecilhos. Punham, sem consideração pela república, punham em grande perigo a ordem pública.

Eles não viam que a Administração nenhuma culpa, enfim, tinha a coitada. Ela é amiguinha, e o seu coração por não poder pagar-lhes mais se enfada. Mas que fazer, mas que fazer se não se não tinha dinheiro pra mais nada senão para os uísques, para as flores desses senhores administradores?

Gritavam eles que, se trabalhavam, deviam receber o pagamento. Da lógica actual pois não cuidavam. Trabalhar e ganhar? Que pensamento subversivo! Não viam, se gritavam, como está ultrapassado o argumento. De tais protestos via-se que a chave era à acção do Governo pôr entrave.

Foi então que se viu todo o formato desse grande estadista lusitano o grande sucessor de Viriato colega de Trajano e Fabiano na sua decisão, ciência e tacto dignos do canto só camoneano. Cavaco Silva usou toda a perícia ao mandar contra eles a polícia.

Ei-la que avança decididamente contra homens e mulheres reunidos corre, bate, persegue toda a gente com os seus bastões eléctricos erguidos. Entre o povo indefeso ali presente há já trabalhadores mal-feridos. Batalha aquela foi, com toda a glória, digna de haver registo em nossa História!

Grande Cavaco, ah, grande Figura, mais que Napoleão a batalhar, maneja o gládio contra a gente impura, pôê, já perto do abismo, a Pátria a andar. A Fama nos compêndios tem segura que ao combate da INDEP foi buscar. Grande Cavaco, de orgulhosa fronha: cerca-lhe a testa a coroa da vergonha!

Pontos Cardeais

Será?!...

Leonor Beleza, como titular do Ministério da Saúde, é o dinamismo em pessoa. Despede médicos, fecha serviços, transforma hospitais em empresas capitalistas, manda policiá-los, diz que quem quer saúde, paga-a, gera o caos e garante que está tudo bem, conseguindo ainda o prodígio de virar tudo e todos contra a sua política de arrasa hospitais.

Ultimamente esta expressão — «arrasa hospitais» — deixou de ser metáfora, no quotidiano governamental da ministra. Passando da filosofia política ao camartelo das realizações práticas, a referida senhora anunciou a pretensão de alienar os terrenos do Hospital Júlio de Matos a favor de uma urbanização a ser «torneada» pelo arquitecto Tomás Taveira. Entre os protestos que se levantaram um pouco por todo o lado, avulta uma moção aprovada por unanimidade pelos médicos daquele estabelecimento de saúde, sublinhando que tal decisão «prejudica gravemente a assistência psiquiátrica hospitalar e é manifestamente contrária a imperativos científicos, históricos, patrimoniais e éticos».

Mesmo considerando os antecedentes destruidores da ministra da Saúde, é incompreensível estra sua sanha contra o Hospital Júlio de Matos — de resto, uma das poucas unidades de Saúde no nosso país vocacionadas para o diagnóstico e tratamento dos mistérios da mente humana. Será por isso?!...

Adamastores

A «Bartolomeu Dias», réplica da caravela quinhentista que

dobrou o Cabo da Boa Esperança há 500 anos, chegará previsivelmente a Mossel Bay, na África do Sul, no próximo dia 3 de Fevereiro, onde a aguardam diversas festividades comemorando o feito e a efeméride. Só que, segundo informa a imprensa sul-africana, o presidente da comissão local das festividades, um tal Richard van der Hoss, decidiu não participar pessoalmente nas comemorações para «não ser criticado» pelos racistas da zona, dado Mossel Bay ser uma circunscrição onde há divisão de praias para brancos e para negros. Daí o risco de a actual caravela aproar em «território de negros»...

Se Bartolomeu Dias pudesse repetir a proeza de há 500 anos decerto concluiria que, comparado com tais bestas, o Adamastor era um encanto.

Empurrões

Talvez inquieto pelas suas próprias sondagens — que lhe mostram o prestígio em queda vertical — ou enervado pela agitação laboral que, um pouco por todo o País e em cada vez mais importantes áreas da economia nacional contesta, de greve em punho, a política governamental, Cavaco Silva perdeu a cabeça na recente cerimónia de assinatura do Acordo de Política de Rendimentos para 1988 e ordenou à sua segurança pessoal que impedisse o representante da CGTP-IN, Carvalho da Silva, de usar da palavra, tendo por isso sido cercado e afastado dos microfones. A solidez do Governo de Cavaco Silva parece assentar já em novos fundamentos — o empurrão. O homem esquece que



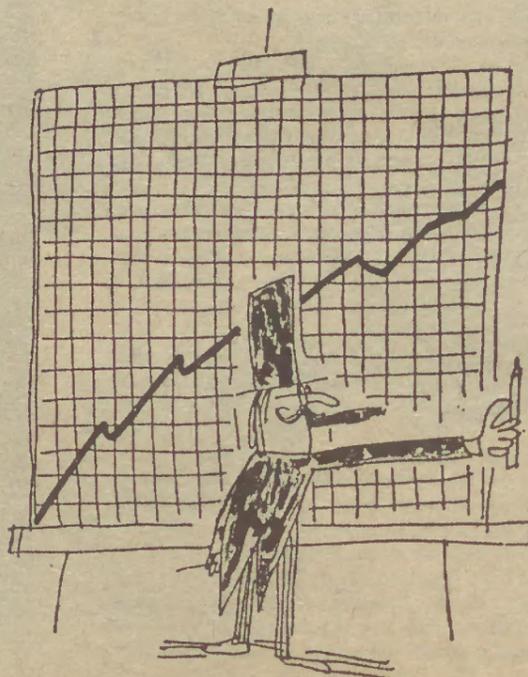
quando se começa assim, acaba-se também a ser... empurrado.

Manutenção

Um pouco por toda a parte e graças à diligência de entidades várias, têm surgido os designados **circuítos de manutenção**. Que, como todos sabem, se destinam a, mediante saltos, corridas, flexões e outras práticas, garantir aos usuários a manutenção de uma saúde e forma física adequada. Antes de haver esta realidade **manutenção** com conotações físicas e atléticas, quando se falava de **manutenção** a referência era a **Manutenção Militar**. Tratava-se (e, por enquanto, ainda se trata) de um departamento das Forças Armadas que supria o essencial das necessidades das ditas, material bélico à parte.

Pois informam as gazetas que a Manutenção está em riscos de se transformar em manutenção... do sr. Belmiro de Azevedo e do grupo SONAE!

Segundo parece, a manutenção tem umas instalações frigoríficas que interessam ao homem das OPVs misteriosas. Como acontece sempre com estes governos, estas instalações que, na mão do Estado, parece serem um terrífico quebra-cabeças madre de prejuízos imensos, transferidas para as mimosas mãos do capital privado transformar-se-ão em coisas de inefável rentabilidade. Ainda segundo as gazetas, parece até haver quem presentemente esteja na Manutenção e se prepara para tratar da sua manutenção nos corpos gerentes do sr. Belmiro. Por este andar ainda havemos de ver o 1.º sargento da messe dirigir-se à SONAE: «O vizinho não tem aí um ramo de salsa que me dispense?»



Agenda

Swante!

Ano 57 — Série VII
N.º 735

28 de Janeiro de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta 28 no Centro de Trabalho
Vitória.

• **PALMELA**

Plenário da Organização de Freguesia de Pinhal Novo, às 21.00, no Centro de Trabalho.

Sexta 29

• **SEIXAL**

Plenário dos trabalhadores das autarquias, às 18.00, no Centro de Trabalho, com a presença de João Bernardino, membro do CC.

• **AMARANTE**

Reunião de militantes da organização do Vale do Tâmega, às 21.00, com a presença da camarada Edgar Correia, membro da Comissão Política do CC do PCP.

• **LISBOA**

Reunião de militantes, da Indústria Farmacêutica, às 19.00,

• **ALGÉS**

Sessão, às 21.30, na Liga de Algés, com a presença da camarada Alda Nogueira, membro do CC.

• **QUEIJAS**

Plenário de militantes, às 21.30, no Centro de Trabalho, com a presença da camarada Carlos Pinhão, membro do CC.

• **LINDA-A-VELHA**

Plenário de militantes, às 21.30, na Academia.

• **LARANJEIRO**

Plenário de Organização, às 21.30, no Centro de Trabalho, com a presença da camarada Rogério de Brito.

• **SETÚBAL**

Jantar/convívio, às 20.00, no restaurante Solar do Lago.

Sábado 30

• **PALMELA**

Plenário de Organização de Freguesia, às 21.00, no Centro de Trabalho.

• **ALTO ESTANQUEIRO/MONTIJO**

Sessão, às 21.00, na sede dos Águias Negras, com a presença da camarada Ercília Talhadas.

• **SAMOUCO**

Almoço/convívio.

• **AMORA**

Plenário da Organização Local, às 15.30, no Centro de Trabalho.

• **ARRENTELA**

Plenário da Organização de Freguesia da Arrentela, às 15.30, no Centro de Trabalho da Torre da Marinha.

• **CORROIOS**

Plenário da Organi-

zação de Freguesia, às 15.30, no Centro de Trabalho.

• **LISBOA**

«Encontro de Quadros do PCP Sobre a Participação Popular no Processo de Revisão Constitucional», com início às 10.00, no Salão da Junta de Freguesia de Alcântara.

Plenário de militantes, nas fábricas da INDEP, às 15.00, no Centro de Trabalho Vitória, com a presença da camarada Francisco Lopes.

• **VIALONGA**

Visita à Freguesia de Vialonga, com início às 15.00, concentração junto ao mercado da D. Cândida.

• **LAMEGO**

Plenário de militantes, às 21.00, no Centro de Trabalho.

• **DAMAIA**

Almoço/convívio, às 13.00, no Centro de Trabalho.

• **VENTEIRA/AMADORA**

Almoço/convívio, às 13.00, no refeitório da CMA, com a presença dos camaradas Rogério de Carvalho, membro do CC e Fernando Pereira, vereador da CMA.

• **ALGUEIRÃO/MEM MARTINS**

Almoço/convívio, às 13.00, no Centro de Trabalho.

• **CACÉM**

Plenário de militantes, às 16.00, na Sala da Junta de Freguesia.

• **MONTELAVAR**

Visita dos vereadores da CDU, à freguesia, com concentração às 09.30, em Fação de Além.

• **ALGÉS**

Plenário de militantes sobre a frente de trabalho autárquico, às 14.30, no Centro de Trabalho, com a presença da camarada Jorge Cordeiro, membro do CC.

• **BURACA/AMADORA**

Plenário de militantes, às 15.00, no ATL da Buraca, com a presença da camarada Carlos Pinhão, membro do CC.

• **FALAGUEIRA/VENDA NOVA**

Plenário de militantes, às 15.30, na Sociedade Filarmónica e Recreio Artístico da Amadora, com a presença dos camaradas Manuel Pedro, membro do CC e Armando Romão, vereador da CMA.

• **QUELUZ**

Visita dos vereadores da CDU, com concentração às 09.30, no Casal do Olival.

• **ALMADA**

Encontro, sobre o tema: «A Emancipação da Mulher», às 15.00, na Incrível Almadense.

• **FUNCHAL**

Encontro Concelhio de militantes, às 16.00, no Centro de Trabalho.

Domingo 31

• **MONTIJO**

Almoço/convívio, às 13.00, com a presença da camarada José Manuel Maia, membro do CC.

• **SESIMBRA**

Assembleia de Organização Concelhia, às 14.00.

• **PORTO**

Romagem ao Cemitério de Prado do Repouso promovida pela União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, para assinalar a Revolta Republicana do 31 de Janeiro de 1891.

• **ALCOBAÇA**

Colóquio/debate, sobre «Mercados de Origem e Comercialização», às 15.00, na Sala da Assembleia Municipal, com a presença da camarada Rogério de Brito.

• **ALENQUER**

Encontro de quadros do Concelho, às 14.30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, com a presença da camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP.

• **ALCABIDECHE**

Entrega de cartões e almoço/convívio, no Salão dos Bombeiros; às 15.00, intervenção política pelo camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

Terça 2

• **FUNCHAL**

Reunião de Quadros sobre Informação e Propaganda, às 18.30, com a participação da camarada Vítor Neto, membro do CC.

Álvaro Cunhal

Sexta-feira

Condeixa-a-Nova — 17.00, visita e contacto com os trabalhadores da cooperativa de produção «Cerâmica Estrela de Conimbriga».

Marmeleira/Souselas — 19.30, jantar, na Casa do Povo

Coimbra — 21.30, Sessão de esclarecimento, no Teatro Avenida.

Sábado

Seia — 11.00, encontro com a Comunicação Social do Distrito da Guarda, no Centro de Trabalho de Seia.

Às 12.00, inauguração do Centro de Trabalho (reconstruído).

Encontro de militantes, às 15.00, na União Desportiva de Seia.

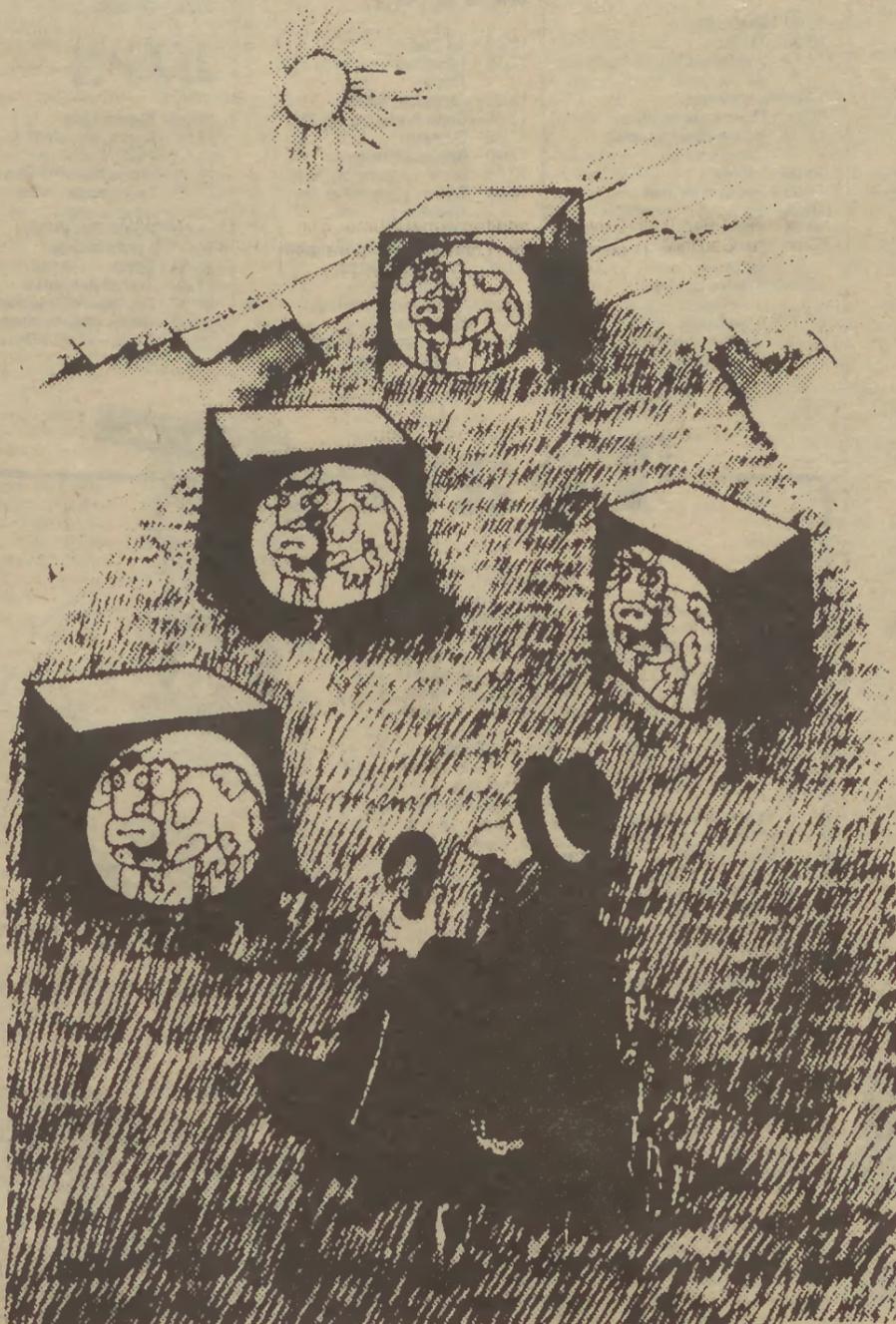
A partir das 18.30, convívio, no Centro de Trabalho.

Domingo

Covilhã — 10.00, Encontro de militantes, sob o lema: «O PCP na Defesa da Democracia», na Sala da Assembleia Municipal.

Às 13.00, almoço/convívio. Encontro com a Comunicação Social do Distrito de Castelo Branco, às 17.30, no Centro de Trabalho da Covilhã.

Encontro com jovens às 18.30 no espaço da JCP, no Centro de Trabalho da Covilhã — visita de jovens da Marinha Grande.



KIVELLI, Adriano (Suíça) in Catálogos da VI Bienal de Sátira de Gabrovo, Bulgária.

Governo PSD quer liquidar as leis do trabalho

**PACOTE LABORAL
UMA LEI
PARA DESPEDIR!**

O governo pretende alargar indiscriminadamente as situações que podem levar ao despedimento individual; pretende facilitar os despedimentos colectivos e os contratos a prazo.

**Uma arma
contra todos os trabalhadores**

No projecto do governo tudo serve para despedir: «inaptidão» do trabalhador às suas funções; «inadaptação» às modificações tecnológicas; razões económicas; perda de «confiança», etc. Se esta lei fosse aprovada todos os trabalhadores poderiam ser despedidos em qualquer momento.

Uma lei contra os jovens

Se ela fosse aprovada os jovens até aos 25 anos ou candidatos ao 1.º emprego, só poderiam ser contratados a prazo. Uma discriminação inaceitável.

**Contra a insegurança
e a instabilidade!
Pelo direito ao trabalho!**

**DIZ NÃO
AO PACOTE LABORAL**

SECTOR MINEIRO



ESTRATÉGICO EM PORTUGAL situação e perspectivas

ENCONTRO PROMOVIDO PELO PCP COIMBRA, 15 DE MARÇO DE 1987

DOCUMENTO-BASE	11
1. Caracterização global do sector	13
2. A actual crise económica e social no sector	24
3. Perspectivas e necessidades de desenvolvimento	28
4. Propostas	37
A actual situação ao nível das substâncias minerais	41
1. Pirites complexas	43
2. Minérios de cobre e zinco	46
3. Minérios de ferro	49
4. Minérios de tungsténio	52
5. Minérios de estanho	56
6. Urânio	59
7. Carvão	63
8. Petróleo e gás natural	66
9. Quartzo e feldspato	68
10. Sal (sal-gema e sal marinho)	69
11. Ouro	72
12. Prata	75
13. Outros minerais importantes para o futuro	77

INTERVENÇÕES	79
A prospeção mineira em Portugal — Claudino Cardoso	81
A situação social no sector mineiro — Adriano Matoso	84
Higiene, segurança e comodidade nas minas — António Banza	87
Algumas reivindicações do patronato mineiro — Jorge Lopes	89
A siderurgia e o desenvolvimento mineiro — António Lima	92
A electrometalurgia do silício — Henrique Cunha	95
A actividade extractiva no quadro da adesão à CEE — Joaquim Miranda	97
Aspectos da apropriação das riquezas minerais nacionais pelo capital estrangeiro — Fernando Sequeira	102
Os grandes projectos minero-metalúrgicos — Florêncio Bernardes	110
Projecto Cobre — Helena Bastos	118
A situação social em Trás-os-Montes — António Figueiredo	124
Minas do Pejão — Carlos Alberto	125
A Empresa Nacional de Urânio, EP — Orciano Santos Pereira	127
As minas da Panasqueira — José Maria Isidoro	133
As minas do Lousal — Manuel João Vaz	136
Alguns aspectos de Pirites Alentejanas, SA — Manuel Baltasar	139
Empresa de Desenvolvimento Mineiro — EP (EDM) — Manuel Camacho	141
O papel do Sector Empresarial do Estado no desenvolvimento mineiro — João Abel de Freitas	143
Perspectivas de aproveitamento das pirites portuguesas — José Mourão Gomes	148
Minérios de ferro e desenvolvimento da indústria siderúrgica integrada — José Fernando Pinharanda	152
Recursos nacionais em minérios de volfrâmio — Carlos Calado	158
Recursos nacionais em minérios de estanho — Carlos Calado	166
Recursos nacionais em ouro e prata — Jorge Lopes	172
Recursos nacionais de quartzo e feldspato — Luís Alves	174
O aproveitamento dos sienitos nefelíticos — Carlos Silva	182
Os recursos nacionais em sal-gema e sal marinho — Eduardo Antunes	185
Política de aproveitamento do urânio nacional — Artur Codina	187
O aproveitamento dos carvões nacionais — António Martins Alves	193
Intervenção de encerramento — Carlos Costa	197

ANEXOS	213
--------	-----

edições *Avante!*

TV O Programa

Quinta

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada», 103.º Epis.
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.20 - Gira Mundo
- 18.55 - Série: «O Império de Carson», 76.º Epis.
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro», 76.º Epis.
- 21.05 - Primeiro Andamento: «Homenagem a António Fragoso»
- 21.45 - Série: «A Clínica da Floresta Negra»
- 22.40 - 24 Horas
- 23.10 - Remate.

RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.10 - Pano Para Mangas
- 15.40 - Série: «Horizontes de Glória»
- 16.35 - Trinta Minutos Com...
- 17.10 - Telenovela: «Os Imigrantes», 176.º Epis.
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 19.00 - Formula One
- 20.00 - Série: «Cidade Nua»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.35 - Já Está!
- 23.00 - Série: «As Teias da Lei».

Sexta

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.25 - Os Anos Não Contam
- 18.50 - Série: «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela: «Roque Santeiro»
- 21.10 - Série: «Missão de Amor»
- 22.00 - O Programa das Festas
- 22.30 - 24 Horas
- 23.00 - Remate
- 23.10 - Pela Noite Dentro: «Título de Caixa Alta». Real. Gavin Millar (Grã-Bretanha/1986).

RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.10 - Agora, Escolha!
- 15.40 - Série: «Os Anos Trinta»
- 16.35 - Trinta Minutos Com...
- 17.10 - Telenovela: «Os Imigrantes»
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 19.00 - Formula One
- 20.00 - Série: «Cidade Nua»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Clube de Jornalistas
- 22.00 - Série: «O Aventureiro de Monóculo»
- 23.00 - Troféu.

Sábado

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 12.05 - Série: «A Água e a Vida»
- 12.30 - TV Mulher
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Série: «A Vida e o Mundo»
- 14.00 - Parlamento
- 14.30 - Concurso: «Sobe e Desce»

EXPRES



- 15.30 - Sessão da Tarde: «Romance no Expresso do Oriente». Real. Lawrence Gordon Clark (Grã-Bretanha/1985)

- 17.20 - Toque de Classe
- 18.00 - Saber Saúde
- 18.10 - ViváMúsica
- 19.05 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.00 - Boletim Meteorológico
- 21.10 - Série: «Cobardias»
- 22.05 - Espectáculo
- 23.05 - Cinema da Meia Noite: «Klute». Real. Alan J. Pakula (EUA/1971).

RTP2

- 09.00 - Compacto Totally Live
- 13.00 - Compacto: «Tudo ou Nada»
- 15.00 - Troféu
- 20.00 - Som da Surpresa: «Jazz»
- 21.00 - Série: «Collette»
- 22.00 - Concorde ou Talvez Não.

Domingo

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 11.15 - Missa
- 12.00 - 70x7
- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Série: «Ritmos da Cidade»
- 13.40 - Série: «Casa de Irene»
- 14.05 - Série: «A Década da Destruição»
- 15.10 - Primeira Matiné: «A Estrela». Real. Stuart Heisler (EUA/1952)
- 16.45 - Clube Amigos Disney
- 19.00 - Série: «Um Anjo na Terra»
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Eu Show Nico
- 21.30 - Série: «Pais e Filhos», 1.º Epis.
- 22.35 - Domingo Desportivo.

RTP2

- 09.00 - Music Box
- 10.00 - Troféu
- 12.30 - A Infância Antes dos 5 Anos
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos Horizontes
- 13.50 - Music Box Especial: «Beatles»
- 15.00 - Troféu
- 17.00 - Festival de Bali
- 18.00 - Série: «5.ª Dimensão»
- 18.55 - Plano Bar
- 20.00 - Série: «Quem Sai aos Seus...»
- 20.25 - Artes e Letras: «Mishima»
- 21.30 - Cine Clube — Ciclo Joseph Von Sternberg: «Marrocos».

Segunda

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.20 - Um Certo Sorriso
- 18.55 - Série - «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro»



- 21.10 - Concurso - «Com Pés e Cabeça»
- 22.50 - 24 Horas
- 23.20 - Remate

RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.10 - Agora, Escolha!
- 15.40 - Gala da Juventude
- 16.35 - Trinta Minutos Com...
- 17.10 - Telenovela - «Os Imigrantes»
- 18.00 - Ponto por Ponto
- 19.00 - Formula One
- 20.00 - Série - «Cidade Nua»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.55 - Bailado - «As Deusas na Dança»

Terça

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.25 - Série - «Vinho do Porto»
- 18.55 - Série - «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Vamos Jogar no Totobola
- 20.25 - Telenovela - «Roque Santeiro»
- 21.10 - Programa da Direcção de Informação

- 22.00 - Série - «Acção em Miami»
- 22.50 - 24 Horas
- 23.20 - Remate

RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.10 - Dois Dedos de Conversa
- 15.40 - Série - «A Dama de Monsoreau»
- 16.35 - Trinta Minutos Com...
- 17.10 - Telenovela - «Os Imigrantes»
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 19.00 - Formula One
- 20.00 - Série - «Cidade Nua»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.35 - Série - «Lá Em Casa Tudo Bem»



Quarta

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.35 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.20 - Série - «Que Profissão?»
- 18.55 - Série - «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.35 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Telenovela - «Roque Santeiro»
- 21.35 - Lotação Esgotada - «O Sargento Negro»
- 23.25 - 24 Horas
- 23.55 - Remate

RTP2

- 13.15 - Totally Live
- 14.10 - Agora, Escolha!
- 15.40 - Piano Bar
- 16.35 - Trinta Minutos Com...
- 17.10 - Telenovela - «Os Imigrantes»
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 19.00 - Formula One
- 20.00 - Série - «Cidade Nua»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Fantasia e Realidade
- 22.00 - Clube de Imprensa
- 22.45 - Série - «O Fim do Império Britânico»

Teatro O Cartaz

• LISBOA

- Centro de Arte Moderna, Sala Polivalente, Rua Dr. Nicolau Bettencourt. 3.ª a 4.ª, às 18.30, 5.ª e 6.ª e sáb., às 21.30, dom., às 16.00. O Lagarto de Ambar, de Maria Estela Guedes, enc. de Alberto Lopes (até 31/1).
- Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. A Dama do Maxim's, de Georges Feydeau, pelo Novo Grupo, enc. de João Lourenço (até 24/1).
- Teatro Ibérico, Rua de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30; dom., às 17.00. Lendas de Amor e Morte, de Yukio Mishima, enc. de José Blanco Gil.
- Teatro Maria Matos, Av. Miguel Contreiras. De 3.ª a dom., às 20.30 e às 22.45, dom. também às 16.00. Toma Lá Revista, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. de Francisco Nicholson.
- Teatro do Século, Rua do Século, 41. De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. Me-

tro-Cabaret, de Fernando Gomes.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom., às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00, 20.30 e 23.00. Festa no Parque, de José Viana.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom., às 21.30, dom. também às 16.00. Criada para Todo o Serviço, enc. Armando Cortez.

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto Figueiredo. De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 16.00. O Balcão, de Jean Genet, enc. de Carlos Avilez.

• SETÚBAL

Teatro de Bolso, Rua Baleario Dr. Paula Borba. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. O Médico à Força, de Molière, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. Carlos César e Asdrúbal Teles.



Visite o Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10

Para Crianças

• LISBOA

Comuna, sala 2, Praça de Espanha. Sáb. e dom. às 15.00. Viagem, de Sophia de Mello Breyner, enc. de João Brites, pelo o Grupo o Bando (Até 31/1).

Junta de Freguesia de Carnide, Largo

das Pimenteiras, 6-A. A Moda da Minha Avó, pelo Teatro de Animação os PAPA-LÉGUAS.

TIL - Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. dom. e feriados, às 16.00. O Avestruz Mecânico, de Carlos Manuel Rodrigues. Enc. Bento Martins.

Cinema

A selecção

...e ainda

Música, debates, etc.

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	As Asas do Desejo	★★★	★★★★	★★★	★★★	—
B	Crimes do Coração	★★	—	★★	—	—
C	O Siciliano	★★★	—	★	—	★
D	O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
E	Sem Eira ne Beira	—	—	★★★	—	★★★

Classificação de ★★★★★

A — Real. Wim Wenders — Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Bruce Beresford — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
 C — Real. Michael Cimino — Alfa/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Bernardo Bertolucci — Hollywood/1 (14.15, 18.00, 21.15, 24.00); Las Vegas/2 (15.00, 18.15, 21.30); Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/3 (14.15, 17.45, 21.00) — Lisboa.
 E — Real. Agnès Varda — Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa

Exposições

• LISBOA

Ana Leonor e Luis França — Pintura. Espaço Poligrupo Renascença. Rua Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 20.00, sáb. das 09.00 às 12.00.

António Aurélio — Pintura. Galeria Tempo da FCG. Av. de Berna, 45-A. De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00.

Armando Alves e Joaquim Antunes — O Templo de Gato, Rua Sousa Viterbo, 38-2.ª Esq. Diariamente das 16.00 às 20.00. (6/2).

Azulejos — Colectiva (Bartolomeu, Pomar, Paula Rego, Menez, Lurdes Castro, João Vieira). R. Academia das Ciências, 2-C. De 3.ª a sáb., das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

Batarda — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113.

Brinquedos Caboverdianos — Museu Nacional do Traje (ao Lumiar). De 3.ª a dom., das 10.00 às 12.30 e das 14.30 às 17.00 (até 15/4).

Catarina Baleiras — «Projecto 1988». Pavilhão de Exposições do Instituto Superior de Agronomia. Diariamente das 15.00 às 21.00 (até 17/2).

Cecília de Melo e Castro — «Info-arte». Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A.

Colecção da Livraria Buchholz — Lda. Galeria Arcada. Arcadas do Parque, 18. De 4.ª a 6.ª, das 11.00 às 20.00.

Colectiva — Escada Centro-Arte, R. da Bela Vista à Graça, 81-A.

Diálogo com Soares dos Reis — Escultura. Sociedade Nacional de Belas Artes.

Espiga Pinto — Gravura e serigrafia. Galeria de Gravura Cooperativa de Gravadores Portugueses, Trav. do Sequeiro, De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30 e das 15.00 às 17.00.

Fernando Brito — Pintura. Galeria Quadrum, Rua Alberto de Oliveira, 52 Coruchéus. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00; sáb. das 15.00 às 19.00.

Fernando Curado de Matos e Sérgio Eloy — Fotografia «Texturas». Atelier 15, Rua Freitas Gazul, 24-D. De 2.ª a 6.ª das 18.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00.

Francisco Feio — Pintura. SNBA, Rua Barata Salgueiro.

Hologramas — Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom., das 16.00 às 19.00 (até 21/2).

Inácio Matsinhe — Pintura. Forum Picoas, Av. Frontes Pereira de Melo, 38.

Isabelino — Pintura. Instituto Alemão, Campo Mártires da Pátria, 36. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e as 14.00 às 18.00 (até 5/2).

José Vieira — Pintura. Atelier 2, Rua da Emenda, 66-3.ª. De 2.ª a 6.ª, das 14.30 às 20.00.

João Ribello, Emília Mendes e Vítor Sequeira — Clube Cinquenta, Rua S. Mamede ao Caldas, 9-1.ª. De 3.ª a 6.ª das 17.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00 (até 10/2).

Jorge Alves — Design. Galeria da Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 20.00. Inaugura amanhã (até 16/2).

José de Azevedo — Aguarelas. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. Diariamente das 10.00 às 19.00 e das 15.00 às 19.00 (até 13/2).

Laura Cesana — Pintura. Centro Euro-

peu de Línguas, Av. Padre Manuel da Nóbrega, 43-2.ª dt.ª. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00, sáb., das 11.00 às 13.00 (até 31/1).

Lilly Rosa e Gary Hansmann (EUA) — Pintura e gravura. Galeria de Exposições Temporárias, Fundação Gulbenkian.

Manuel Graça Dias — Galeria Cómicos, Rua Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb., das 15.00 às 20.00 (até 20/2).

Mário Caetano — «Caixinhas de Metal». Escola Superior de Belas Artes (até 1/2).

Miguel Alberquilla — Pintura. Galeria da Rua Nova de S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb., das 16.00 às 20.00 (até 10/2).

Miguel Branco — Pintura. Galeria Monumental, Campo dos Mártires da Pátria, 101 (até 4/2).

Museu da Água de Manuel da Maia — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

Pedro Chorão — Desenhos. Loja do Desenho, Rua da Academia das Ciências, 2-B. De 2.ª a sáb., das 15.00 às 19.30 (até 20/2).

Pedro Portugal e Rui Cunha — Pintura e fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. Diariamente das 10.00 às 20.00.

Regina Silveira — «Inflexões». Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª, das 15.00 às 20.00, sáb. e dom., das 16.00 às 19.00 (até 21/2).

Silvia Westphalen — Escultura. Galeria Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb., das 14.30 às 19.00 (até 6/2).

Tapeçaria e Têxtil — Atelier Troufa Real, Rua da Horta Seca, 11-2.ª. Diariamente das 14.30 às 18.30.

«Têxtiles Mexicanos» — Museu Nacional do Traje. Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom., das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.30.

Visões Latinas — Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A. De 2.ª a

sáb. das 12.00 às 23.00 (até 13/2).

• PORTO

Desenhos Realistas — Museu Nacional de Arte Moderna. Casa de Serralves. De 3.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00.

Geraldo Burmester — Pintura. Galeria da Cooperativa Árvore, Rua Azevedo Albuquerque, 1.

Gravuras — Da Colecção Calouste Gulbenkian. Museu Soares dos Reis.

Isabel Pavão — Pintura. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1.

José Rodrigues e Pedro Tudela — Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 67 e 68.

Modernistas Portugueses (anos 30/40) — Galeria Roma e Pavia, Rua D. Manuel III. De 2.ª a sáb., das 14.30 às 20.00.

Picasso, Miró e Dalí — Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80 (até 3/2).

Teresa Magalhães — Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 19.30; sáb., das 15.00 às 19.30 (até 3/2).

Xana e José de Guimarães — «Arqueologias». Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb., das 16.00 às 20.00.

• OUTRAS LOCALIDADES

Barata Moura — Pintura «Encontros com o Tejo». Salão Nobre dos Paços do Concelho. De 2.ª a 6.ª das 21.00 às 23.00, sáb. e dom., das 15.00 às 19.00 e das 21.00 às 23.00 (até 7/2) ALCOCHETE.

«Foto/Imagem» — Salão dos Bombeiros Voluntários (até 30/1) ALVERCA.

Miguel Barbosa — Pintura, S. Marcos, Galeria S. Marcos, Galeria de Arte, Rua de S. Marcos, 3. Diariamente das 10.00 às

22.00 (até 20/2) AZEITÃO.

Gravuras da Colecção Calouste Gulbenkian — Museu de Aveiro (até 6/3) AVEIRO.

Colectiva — Escultura. Museu Nac. Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00 — COIMBRA.

Desenhos Realistas — Círculo de Artes Plásticas de Coimbra, Rua Castro Matoso, COIMBRA.

João Paulo Feliciano — «Pintura e objectos de parede». CAPC. COIMBRA.

Cristina Ataíde e Pedro Croft — Objecto em pedra. Galeria de Colares, Rua Fria, 2. De 6.ª a dom., das 15.00 às 20.00, COLARES.

Colectiva — Pintura. Sala de Exposições da Junta de Turismo (até 4/3) ERICEIRA.

Fernando Curado de Matos — Fotografia. Museu Municipal de Loures/Casa do Adro. Diariamente excepto 2.ª (até 14/2) LOURES.

Artesanato de Moçambique. Biblioteca Municipal — MONTEMOR-O-NOVO.

Azulejos Originais Portugueses — Galeria de Arte Espiral. Centro Comercial das Palmeiras, loja 14. Diariamente das 14.00 às 22.00 — OELHAS.

William Beckford e Portugal — Bibliográfica e iconográfica sobre Portugal séc. XVIII. Palácio de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — QUELUZ.

1.ª Bienal de Arte — Antigo Casino, Galeria do Turismo e Palácio Nacional de Sintra (sala das Galés) — SINTRA.

Manuela Portelinha — Fotografia. Casa-Museu Álvaro de Campos, Calçada da Galeria, 12. De 3.ª a sáb., das 15.00 às 19.00, TAVIRA.

D. Fernando II — Documental. Museu Biblioteca da Casa de Bragança. De 3.ª a dom., das 9.30 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — VILA VIÇOSA.



Música

Na Fundação Gulbenkian:
 — hoje às 21.30, no Grande Auditório, concerto pela Orquestra Gulbenkian com o maestro Alvaro Salazar e o contrabaixista italiano Fernando Grillo. Obras de Stravinsky, Grillo e Lombardi. Com os mesmos intérpretes e programa, novo concerto amanhã às 18.30

— segunda-feira, dia 1 de Fevereiro, no Grande Auditório, às 18.30, o Meos Quartet (dois violinos, viola e violoncelo) executa obras de Mozart, Janáček, Schubert

— dia 2 às 18.30, também no Grande Auditório, concerto de piano por Stanislav Bunin. Obras de Mozart, Chopin, Debussy

— dia 3 às 18.30, no Auditório Dois, concerto por solistas da Orquestra Gulbenkian: Emídio Coutinho, trombone, e Mário Laginha, piano, interpretando obras de Wagenseil, Gräfe, Bartok, Constança Capdeville.

No Teatro S. Luiz, no próximo domingo às 11 horas, último concerto do ciclo preenchido com música portuguesa do tempo dos descobrimentos. Intervém Madalena Van Zeller, cravo, e o Coro da Universidade de Lisboa sob a direcção do maestro José Robert. Entrada livre.

Entretanto, na próxima semana, tem início na mesma sala um ciclo dedicado a Mozart e a Beethoven, que decorrerá todos os domingos e terças até final de Abril. Neste primeiro programa, com início às 18.30 de dia 2, Francisco Sasseti interpreta a sonata K331 de Mozart depois de projectado o

(V. Wellenkamp/Max Bruch). Esta semana: hoje às 18.30, sexta às 21.30, sábado às 16.00 e 21.30. Preços dos bilhetes: de 350\$00 a 600\$00, com 50% de desconto para os jovens até aos 18 anos.

Cinema

O Couraçado Potemkin, o filme que Sergei Eisenstein realizou em 1925 sobre o episódio da Revolução de 1905, obra-prima incontroversa do cinema, é projectado no Forum Picoas sexta e sábado próximos, às 19 e às 22 horas.

Na mesma sala e nesse mesmo horário, dia 31, uma antestreia em Portugal: **Noites do Sertão**, de Prates Correia (Brasil); dias 1 e 2, **O Fio da Navalha**, de John Byrum (EUA).

Na Cinemateca prossegue o ciclo Cinema Alemão Pós-Fassbinder, em versões originais ou cópias legendadas em inglês ou francês.

filme Amadeus, de Milos Forman. Entrada livre.

Na Aula Magna da Universidade de Lisboa, nos dias 29 e 30 (sexta e sábado), a partir das 22.00, no Coliseu dos Recreios. Com ela vem a Banda Rojão, com nove músicos, e o grande sanfoneiro Severo, que também conhecemos da Festa do «Avante!». Vai ser (à garantia!) uma grande festa... para quem puder comprar bilhete: de 950\$00 a 2 500\$00...

Portugal-Angola

Por ocasião do 27.º aniversário do início da luta armada de libertação em Angola, a Embaixada da RPA e a Associação de Amizade Portugal-Angola organizam na Casa do Alentejo, nos dias 3 e 4 de Fevereiro, uma exposição fotográfica sobre as comunidades africanas em Portugal, e duas sessões públicas (dia 3 às 19.30 e dia 4 às 21.00) com a participação do embaixador de Angola. Ainda um sarau cultural, este programado para dia 4 às 22.00, com a participação do cantor Valdemar Bastos e do grupo, também angolano, Raízes.

Opera e bailado

Sábado, 30, às 16.00, última apresentação nesta temporada da ópera de Puccini **Tosca**, com nova encenação de Paolo Trevisi e cenografia de Charters de Almeida. No S. Carlos, com bilhetes a preço reduzido: de 375\$00 a 1200\$00.

No Grande Auditório da Gulbenkian, novo programa do Ballet Gulbenkian: «Treze Gestos de um Corpo» (coreografia de Olga Roriz, música de António Emiliano), «Grosse Fugue» (Hans van Manen/Beethoven) e «Adagio Appassionato»

ESCURSÕES

VEN CONNOSCO AO

EXCURSÃO à HUNGRIA (BUDAPESTE e LAGO BALATON)

18.06.88 29.06.88

PASSAR PELA EUROPA 18 a 19 Junho 88

CONHECER A HUNGRIA 20 a 24 e 26-30 Junho 88 - BUDAPESTE 24 - 26 e 30 - LAGO BALATON

11 dias inesquecíveis

Regresso a 27.6.88 74 000\$00/pessoa

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE SETÚBAL PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

TORREMOLINOS CEUTA

2-3-4-5 JUNHO/88

PARTIDA ST. VITÓRIA ÀS 7H30

PERCURSO:

19. DIA - LISBOA - V.F. SIBA - MONTENOR - ESTREZOS - ELVAS - CAIA - BADAJOZ - TÁFRA - SEVILHA - NALAGA - TORREMOLINOS (DORMIDA)

22. DIA - PARTIDA DE TARDE PARA ALGERIAS (DORMIDA)

32. DIA - PARTIDA DE BARCO PARA CEUTA ÀS 8H00 (MANHÃ EM CEUTA) - REGRESSO ÀS 16H00 PARA ALGERIAS

42. DIA - PARTIDA PARA CÁDIZ ÀS 12H00 - SEVILHA - BADAJOZ - CAIA - ELVAS - ESTREZOS - V.F. SIBA - LISBOA

ADULTO: 22.000\$00

CRIANÇA:

5 a 7 ANOS : PAGAM 50%

8 a 10 ANOS : PAGAM 75%

(INCLUI JANTAR-DORMIDA-P. ALMOÇO (3 Dias) - BARCO PARA CEUTA)

INSCRIÇÕES ATÉ 30 DE MARÇO

CARNAVAL de TORRES VEDRAS

DIA 14 FEVEREIRO - DOMINGO

PARTIDA ÀS 8H00 DO CT VITÓRIA (CONCENTRAÇÃO ÀS 7H45)

PERCURSO:

* LISBOA - LOURES - MALVEIRA - TORRES VEDRAS

* REGRESSO POR: PÓVOA DA GALEGA - MALHA FÃO - LOURES - LISBOA

PREÇO: 1.000\$00

INSCRIÇÕES ATÉ 6 DE FEVEREIRO

EXCURSÕES

ANDORRA 30/3 a 3/4 (Páscoa) • SALAMANCA - ZARAGOZA • ANDORRA - MADRID Preço: 17.500\$00	JUGOSLÁVIA (Adriático) 30/7 a 12/8 • RIJKA - SPLIT - DUBRO • WNK - ZAGREB Preço: 67.500\$00
NORTE DE ÁFRICA (Mediterrâneo) 3/6 a 12/6 (10 de Junho) • SEVILHA - CEUTA • TORREMOLINOS - CORDOBA Preço: 20.000\$00	RDA 30/7 a 10/8 • LEIPZIG - KARL MARX • DRESDEN - BERLIM Preço: 67.500\$00

VIAGENS EM MODERNOS AUTOCARROS
TRATAR NO CENTRO DE TRABALHO DE COIMBRA
DO PCP - RUA DA BARRA, 75-1

SERRA DA ESTRELA

2 e 3 ABRIL

ADULTO: 4.500\$00

CRIANÇA:

5 a 7 ANOS : 50%

8 a 10 ANOS : 75%

(INCLUI TRANSPORTE-JANTAR-ALOJAMENTO - P. ALMOÇO)

PARTIDA DO ST. VITÓRIA ÀS 7H00

PERCURSO:

5 Março - LISBOA - RIO MAIOR - LEIRIA - COIMBRA - MEALHADA - LISBOA - BUÇAÇO - TONELA - VISEU (DORMIDA)

6 Março - VISEU - MANGUALDE - GOUVEIA - NANTESGAS - PERNAS SAIBES - TORRE - COVILHA - NISA - MORA - V.F. XIRA - LISBOA

INSCRIÇÕES ATÉ 29 FEVEREIRO

Tempos livres OLL do PCP
Av. Liberdade, 170 - Telef. 53 21 61/4

Tempo Fim de Semana

Sábado e domingo — Céu muito nublado, com períodos de chuva, vento moderado, por vezes forte.
 (Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

Debate? Venha ele!

Depois de um imenso período de afastamento (leia-se: marginalização) o PCP voltou à televisão na pessoa do seu secretário-geral, Álvaro Cunhal.

É difícil, a quem se refere à entrevista, não protestar contra a forma como ela se processou. Aquilo a que nós assistimos não foi propriamente uma entrevista, mas um debate. Claro que Álvaro Cunhal pode sorrir das traquinices da senhora, mas tem a todo o momento, não de responder a questões, mas de esclarecer afirmações da própria entrevistadora — com o que isso representa de desperdício de tempo útil.

Debate? Pois que venha, e só será útil, mas entre pessoas que assumam responsabilidades em campos diferentes. Seria por exemplo, formidável um encontro na TV entre Álvaro Cunhal e Cavaco Silva, ou entre o partido no poder e os partidos da oposição. Um jornalista, porém, destacado para as funções de entrevistador, não pode substituir-se a esses encontros, assumindo uma posição frontalmente adversa.

E depois é a própria a dizer que não existe uma campanha contra o PCP...

Se isto não é campanha?...

Essa campanha só mesmo um cego não a vê. Ao nível da televisão, ela consiste em criar reflexos anticomunistas, reflexos de rejeição democrática. O processo ultimamente mais utilizado tem sido a repetição exaustiva de afirmações categóricas contra o PCP.

Exemplo: um membro da redacção do «Jornal de Sábado» faz uma peça sobre o «declínio dos partidos comunistas da Europa Ocidental». Esse declínio é apresentado como dado adquirido. De que elementos se serve o Barreto, autor da peça, para o provar? Do elemento eleitoral. Há uma baixa eleitoral, logo há declínio. Simples, simples, simples...

Ainda na sua maneira de ver, há duas espécies de partidos comunistas: os dependentes de Moscovo e os independentes. Ou seja os maus e os bons...

Fica lançada a calúnia. E depois convida-se o PCP para, como réu, se apresentar diante da opinião pública, já envenenada. Para se defender. Tem para isso cinco minutos. Mais nada!

Claro que aquele partido declinou o convite, ou seja: não mordeu o isco. Não fez o jeito.

Outro exemplo: no **Jornal das nove** faz-se referência a um comunicado do PCP. Além de truncadíssimo, Crespo ainda se permite intercalar no meio da leitura comentários do género «isto na maneira de ver do PCP»...

Só mais um: no **24 horas** do dia da entrevista apresentaram duas personalidades para comentá-la. **Nenhuma** era da área do PCP e uma era da mais dura linha anti-PCP, o desvaído José António Saraiva que vomitou uma série de disparates, alguns deles demasiado fétidos.

Bom. Se isto não é campanha anti-PCP...

A importância do PCP

Álvaro Cunhal não se deixou, porém, enlevar pelos fios tecidos à sua volta. Ainda lhe sobejou algum tempo para esclarecer sobre o ambiente de discussão aberta e franca, no interior do seu partido, para recordar à entrevistadora (com uma delicada inflexão que ela certamente, e com gratidão, recordará) o que era isso de tendências, sim, mas no interior do Partido Social Democrata Russo, para demonstrar com números (Margarida: reveja a sua posição na matéria e veja como foi incorrecta para quem não merecia!) como Cavaco Silva estava enfraquecido na sua base de apoio, «enfraquecido à esquerda e à direita».

A entrevistadora invocou sondagens falsamente, infantilmente: mesmo a sondagem mais divulgada dá enfraquecimento da posição do chefe do PSD. Fará bem em ler o «Expresso» do dia 23...

Mas Álvaro Cunhal referiu as sondagens mais significativas, mais demonstrativas de um significado social e político.

A nível da juventude estudantil, a perda pelo PSD de mais de 30 direcções. A nível do operariado, o descontentamento e as acções de luta em várias grandes empresas — e haja exemplo a greve na Carris, cujo alcance, por mais malabarismos que se façam, não pode ser minimizado. A nível da agricultura, as movimentações poderosas em locais tão diferenciados (alguns de forte implantação do PSD...) como Santarém, Aveiro, Pombal, Benedita, Viseu, etc. Haverá algum painel com maior significado?

Curiosamente, é a própria entrevistadora que se encarrega de lembrar que o Partido Comunista não tem influência na área governamental (o que é um truismo...) «restando-lhe apenas o terreno social»... Resumindo: o PCP não é importante no Governo, mas é importante no povo, na sociedade, na vida.

Esta, a verdade. O resto são painéis...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Desconcerto na Concertação

Acordo sobre rendimentos e preços: assim à primeira vista é terrificamente democrático... Até há «parceiros» que não assinam... Pena que não se possa levantar a bandeira da unanimidade; em contrapartida, faz jeito para poder falar de «extremismos»...

Extremos, de facto: a CIP não assina — e tem um acordo que serve o capital. A CGTP não assina — e luta em defesa dos trabalhadores.

A menos que se dê razão à CGTP...

• «Do desfecho do acordo sobre rendimentos e preços assinado no Conselho de Concertação Social o mínimo que se pode dizer é que foi surpreendente. A sua eficácia é duvidosa, a partir do momento em que não teve a adesão da associação patronal representativa de todo o sector industrial e da central que agrupa quase todos os sindicatos operários, com uma capacidade de mobilização que se não é a mesma de há alguns anos, ainda é capaz de suscitar alguma perturbação (...)

O que acontece com estes acordos é que o seu conteúdo é muito mal conhecido. (...)

Quanto sabem exactamente em que sentido a sua vida ficou condicionada por um contrato que, afinal, ignora ou pouco conhece?

Do exterior fica-se com a ideia de que o Governo fixa, com mais ou menos rigor previsional, uma taxa de inflação, a que os sindicatos deverão subordinar as suas exigências salariais e as empresas a fixação dos preços.

Mas será este exigido objectivo do destino de um contrato social, será sequer que a política de rendimentos diz respeito apenas aos assalariados e que os rendimentos compreendem apenas a componente salário?

Poder-se-á fixar o rendimento dos trabalhadores apenas com base nos salários, sem ter em conta a política fiscal (os impostos podem comer grande parte do crescimento dos salários), a segurança social (se me diminuírem as comparticipações nos medicamentos e encarecerem os serviços de saúde diminuem-me os rendimentos, com a desvantagem de tais aumentos de encargos não integram o índice de inflação), a política de emprego (os desempregados não têm rendimentos)?

Poder-se-á falar de política de rendimentos e de preços e de investimentos para as empresas sem negociar o nível das taxas de juro, isto é, o custo do crédito, sem criar incentivos ao investimento de risco e penalizações fiscais aos lucros de especulação?

Os salários e a inflação não podem ser os únicos valores a equacionar, a menos que se dê razão à CGTP quando diz que os salários são a única almofada que amortecia o comportamento dos outros rendimentos e preços, ou que «se pretende que os sacrifícios do processo desinflationista sejam quase exclusivamente suportados pelos trabalhadores».

(«Diário Popular», 20 Jan.)

A CIP tem razões...

• «É claro que a recusa da CGTP a subscrever o acordo

se afigurava previsível desde o início, por mais que em determinados momentos do debate tenha adoptado uma atitude porventura mais dialogante do que seria de esperar, em face da oposição de princípio que definiu em relação ao actual Governo. Os próprios termos de negociação constituem, afinal, factores de divergência profunda relativamente aos restantes parceiros sociais, uma vez que a CGTP é o único a preconizar que o referencial determinante seja a taxa de inflação verificada no ano anterior, e não os índices esperados para o ano a que o acordo diz respeito.

Já em relação à CIP, há razões para surpresa, tanto mais que os argumentos invocados apresentam solidez discutível e as divergências em matéria de inflação esperada são de tal modo ténues que mais se afigura simples pretexto para o distanciamento político que a Confederação da Indústria quis afirmar perante o Governo. Na verdade, ao pretender que a ausência de reformas estruturais para o sector colha como razão bastante para justificar a sua postura no Conselho de Concertação — quando o Executivo consumiu menos de seis meses de um mandato que se prevê de legislatura —, a CIP não está evidentemente a julgar o Executivo pelo que fez ou não fez até agora, mas a exprimir a sua falta de confiança quanto ao que ele possa vir a fazer.

De resto, o presidente da Confederação fez uma observação perfeitamente esclarecedora na conferência de Imprensa que concedeu: «Pactuámos com o Governo quando ele se queixava de não o deixarem concretizar as reformas estruturais, por ser minoritário, mas essa situação deixou de existir em 19 de Julho.» Por outras palavras, agora que existe uma maioria parlamentar, a CIP não se compromete: quer esperar, para ver até onde vai Cavaco Silva, e ficar de mãos livres para pressionar a governação no sentido que mais lhe interessa. São, portanto, razões políticas que a movem.»

(«Diário de Notícias», 20 Jan.)

... que Cavaco subscreve

• «Mas afinal, o que, na opinião da CIP, condiciona de tal modo a evolução da economia portuguesa que sem ser resolvido torna para a confederação patronal inaceitável, afinal, qualquer acordo de rendimentos? (...)

São, em concreto, algumas exigências: a revisão ousada da parte económica da Constituição, o pagamento de indemnizações justas aos espoliados pelas nacionalizações selvagens de 1975, a redução do peso do sector público através da privatização mais rápida das empresas dominadas pelo

Estado, a alteração da legislação laboral, a redução das necessidades de crédito do sector público que condicionam o crédito disponível para as empresas privadas, o apoio ao investimento industrial e a redução das taxas de juro (...).

De facto, em nenhum país da CEE existem os contrangimentos constitucionais que temos, situações com todo o cortejo de limitações psicológicas que daí resultam para a actividade económica, em nenhum deles e o sector público tem um peso e uma voracidade creditícia tão elevadas, a legislação laboral é tão restritiva, as taxas de juro são tão elevadas em termos reais ou absolutos».

J. M. Júdeice, «Semanário», 23 Jan)

«A postura da CIP é mero «bluff», porque hoje já ninguém duvida da parcialidade governamental. Difíceis vão ser os dias com uma postura assim...»

(Daniel Amaral, «O Jornal», 22 Jan.)

As tralfulhices da UGT

• «O acordo firmado limita-se a estabelecer tectos salariais. É, por isso, inaceitável que a UGT o tenha subscrito. A verdade é que o fez. Aceitando um referencial de inflação esperada para 88 de 5,25% (média), depois de afirmar a pés juntos que não abdicaria dos 6% e da CIP ter exigido os 5%. Aprecie-se, pois para que lado o Executivo pendeu e o terreno cedido pela UGT.

De resto, pouco antes do início desta discussão, no CPCS, a UGT divulgou um estudo segundo o qual a taxa de inflação média para 88 seria de 8,1%»

(«o diário», 23 Jan.)

«Segundo o presidente da UGT, Pereira Lopes, tratou-se de «um bom acordo» e para ele «não houve chantagem, nem moeda de troca, nem a UGT as aceitaria.»

(«Semanário», 23 Jan.)

Um tiro pela culatra

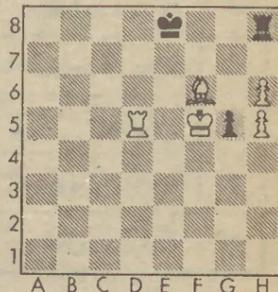
• «O Governo está perante uma situação politicamente armadilhada. Não pode considerar, como em 87, quando houve unanimidade entre representantes dos patrões e dos trabalhadores, que este acordo é «um marco histórico» e, pelo contrário, foi obrigado, pela voz do PSD, a congratular-se apenas com o «bom senso» daqueles que o assinaram — a Confederação da Agricultura Portuguesa, a Confederação do Comércio Português e a União Geral dos Trabalhadores. Outras circunstâncias, a CGTP-IN seria o habitual alvo de propaganda política: a ovelha trespalhada do rebanho da concertação social... Foi isso que aconteceu há um ano. Desde então, o que mudou?

A CGTP sentou-se à mesa das negociações, tornando mais claros (sobretudo para a opinião pública) os interesses em jogo e os comportamentos dos parceiros sociais.»

(«o diário», 23 Jan.)

Xadrez

CXXXVIII
28 de Janeiro de 1988
Proposição N.º 138
Por: W. Langs Taff
«chess Amateur», 1922
Pr: [3]: Pg5-Th8-R68



Br: [5]: Ps.h5, h6-Bf6-Td5-Rf5

Mate em 2 lances

Jogo N.º 138
Torneio Internacional
de Szirak, 1987

Br: Christiansen
Pr: Flear

1. d4, d5; 2. c5, c6; 3. Cc3, Cf6; 4. e3, e6; 5. Cf3, Cbd7; 6. Bd3, d:c4; 7. B:c4, b5; 8. B62, Bb7; 9. 0-0, a6; 10. e4, c5; 11. e5, Cd5; 12. a4, C:c3; 13. b:c3, c4; 14. Cg5, B67; 15. Bf3, Bf3; 16. D:f3, 0-0; 17. Dg4, Cb6; 18. a:b5, a:b5; 19. T:a8, C:a8; 20. C64, Rh8; 21. T61, b4; 22. T63, b:c3; 23. Th3, g6; 24. Df4, g5; 25. Cf6 e as pretas abandonam.

Solução do N.º 138

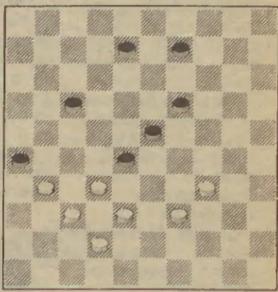
Chave: 1. h5:g6 en passant! (ameaça: 2. Td8+)

1. ..., 0-0; 2. h7+

■ A. de M.M.

Damas

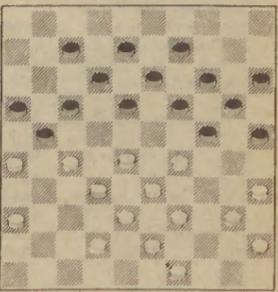
CXXXVIII — 28 de Janeiro de 1988
Proposição n.º 138
Por: J.J. Van Tol e Th. van Prooijen
Roterdão, 1977
Pr.: [7]: 8-9-17-19-23-26-28
Br.: [7]: 31-32-34-37-38-39-42



Jogam as brancas e ganham

Golpe N.º 138

Por: Tony Sijbrands (NL)
«La Dépêche du Midi», 5-2-1984
Golpe executado durante uma simultânea
(Golpe precedido de um gambito e de um forcing)
Pr.: [15]: 7-8-9-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-24-25
Br.: [15]: 26-27-28-29-32-33-35-36-38-39-40-42-43-45-49



As brancas jogam e ganham

Soluções do N.º CXXXVIII
N.º 138 (JJvT e TvP): 34-29 (23x43) 32x21 (43x41) 42-37: — se (41x32) 31-27 (26x17) 27x38+ — se (26x17) 37x46 (17-22) 31-27 (22x31) 46-4+
Golpe N.º 138 (TS): 29-23 [gambito] (18x29) 27-22 [forcing] (7-11)* 32-27 (21x23) 22-18 (13x22) 35-30 (24x44) 33x2 (44x33) 38x27+

■ A. de M.M.